

Universidade Federal de Campina Grande
Centro de Humanidades
Unidade Acadêmica de História
Programa de Pós-Graduação em História
Área de Concentração: História, Cultura e
Sociedade
Linha de Pesquisa: História, Cultura das
Práticas Educativas

Representações de Gênero em Meio a uma
Modernidade Seletiva: A Imprensa Periódica
na Paraíba e em Pernambuco nas Décadas
de 1870 e 1880

PATRÍCIA BARROS DE OLIVEIRA

Campina Grande - PB
Julho / 2016



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE – UFCG
CENTRO DE HUMANIDADES – CH
UNIDADE ACADÊMICA DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – PPGH
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: HISTÓRIA, CULTURA E SOCIEDADE
LINHA DE PESQUISA: HISTÓRIA CULTURAL DAS PRÁTICAS EDUCATIVAS

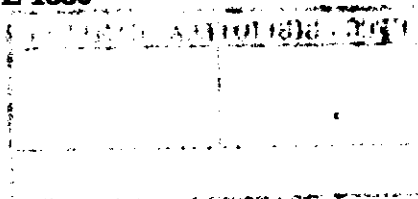
**REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO EM MEIO A UMA MODERNIDADE SELETIVA:
A IMPRENSA PERIÓDICA NA PARAÍBA E EM PERNAMBUCO NAS DÉCADAS DE
1870 E 1880**

PATRÍCIA BARROS DE OLIVEIRA

CAMPINA GRANDE - PB
JULHO / 2016

PATRÍCIA BARROS DE OLIVEIRA

**REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO EM MEIO A UMA MODERNIDADE SELETIVA:
A IMPRENSA PERIÓDICA NA PARAÍBA E EM PERNAMBUCO NAS DÉCADAS DE
1870 E 1880**



Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, do Centro de Humanidades da Universidade Federal de Campina Grande, como requisito para obtenção do título de Mestre em História.

Orientador (a): Profº. PhD Matheus da Cruz e Zica

Linha de Pesquisa: História Cultural das Práticas Educativas

CAMPINA GRANDE - PB

JULHO / 2016



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE HUMANIDADES
UNIDADE ACADÊMICA DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

Às 14:00 horas do dia 06 (seis) de julho de 2016 (dois mil e dezesseis), no(a) Sala do Mestrado da Universidade Federal de Campina Grande, a Comissão Examinadora da Dissertação para obtenção do grau de Mestre apresentada pelo aluno(a) Patrícia Barros de Oliveira intitulada "Representações de Gênero em meio a uma modernidade seletiva: a imprensa periódica na Paraíba e em Pernambuco nas décadas de 1870 e 1880", em ato público, após arguição feita de acordo com o Regimento do referido Curso, decidiu conceder ao mesmo o conceito "APROVADO COM DISTINÇÃO", em resultado à atribuição dos conceitos dos professores doutores; Matheus da Cruz e Zica (Orientador), Maria Lúcia da Silva Nunes e Iranilson Buriti de Oliveira. Assinam também a presente Ata o Coordenador do Programa o Prof. Iranilson Buriti de Oliveira e o Secretário do PPGH, para os devidos efeitos legais.

Parecer: *A banca destaca o imediatismo da temática no PPGH, a qualidade textual, o bom trato com as fontes e um diálogo pertinente com o referencial teórico-metodológico. Por esse motivo aprova com distinção e sugere a publicação.*

Campina Grande-Pb, 06 de julho de 2016.

1. *Matheus da Cruz*
2. *Maria Lúcia da Silva Nunes*
3. *Iranilson Buriti*
- 4.
- 5.
- 6.

AGRADECIMENTOS

Ao Prof. Dr. Matheus da Cruz e Zica, orientador desta pesquisa, por ter me inserido no universo da pesquisa acadêmica, por ter me aceitado no corpo de seus orientandos, por toda atenção dedicada a este trabalho, por sua imensa paciência com minhas limitações, pelas indicações de leitura e direcionamentos apontados;

Ao Prof. Dr. Iranilson Buriti de Oliveira, pela acolhida no PPGH-UFCG;

Ao casal Wellington Caetano e Ana Paula Lacchia e ao colega Roberto Viana pela hospedagem em Campina Grande;

À minha irmã pela ajuda na formatação do texto;

A FFF pelo carinho com que sempre me acolheu nos momentos mais difíceis.

Resumo

Este trabalho trata das representações culturais que registraram as interfaces entre gênero e modernidade na Parahyba do Norte e em Pernambuco durante as décadas de 70 e 80 do século XIX. Para pensarmos as relações de gênero mobilizamos a teoria de gênero de Joan Scott, qual seja a de não polarização dos sexos; também nos valem do conceito de práticas e representações culturais de Roger Chartier; e de modernidade para Gumbrecht, que a entende no formato de cascatas, cenário no qual múltiplas ideias e conceitos ganham forma sequencialmente, e para Koselleck, que a demarca a partir de mudanças responsáveis por reconfigurar o espaço de experiência e o horizonte de expectativa da sociedade a partir de fins do século XVIII em diante. Dois fatores motivaram a construção da pesquisa: a falta de estudos no campo da História que abordassem a temática no período recortado em relação à Paraíba e a consciência de que a falta de estudos de ambos os gêneros correlacionados contribui para a permanência de uma cultura social que separa os sexos em rígidas fronteiras. Para o desenvolvimento da pesquisa, adotamos a noção de que a formação das identidades de gênero poderia ser adquirida também via contato com produções culturais a exemplo do jornal, suporte para a circulação de imagens relacionadas a formas de ser feminino e masculino por meio de ideias vinculadas à modernidade. Consideramos também que na Paraíba a modernidade configurou-se de maneira seletiva. Isso porque no período em estudo ela tinha por principal característica a multiplicidade de imagens que se tomavam por realidade a partir das escolhas feitas pelos agentes de opinião via imprensa. A década de 70 do século XIX, momento em que ocorrem a emergência do abolicionismo, do Partido Republicano e o fim do padroado no Brasil, ofereceu, sem dúvida, farto conteúdo à imprensa, que também produziu esses eventos, inclusive relacionando-os às questões de gênero e a ideias de modernidade, conforme poderá ser visto nos capítulos que compõem esta dissertação.

Palavras-chave: Gênero; Modernidade; Jornal; Parahyba do Norte; Pernambuco; Século XIX.

Abstract

This work deals with the cultural representations that recorded the interfaces between gender and modernity in Parahyba do Norte and Pernambuco during the 70s and 80s of the nineteenth century. To think about gender relations mobilized gender theory Joan Scott, which is the non polarization of the sexes; also we make use of the concept of cultural practices and representations of Roger Chartier; and modernity to Gumbrecht, that means in the form of waterfalls, scenario in which multiple ideas and concepts take shape sequentially and Koselleck, that demarcates from changes responsible for reconfiguring the space experience and the horizon of expectation of society from the late eighteenth century onwards. Two factors motivated the construction of the research: the lack of studies in the field of history that addressed the issue in cut period in relation to the Paraíba and the knowledge that the lack of studies of both correlated genres contributes to the permanence of a social culture separates the sexes in rigid boundaries. For the development of research, we have adopted the notion that the formation of gender identities could be acquired also through contact with cultural productions such as the newspaper, support for the circulation of images related to ways of being male and female through related ideas modernity. We also believe that in Paraíba modernity set up selectively. This is because during the study period it had as main characteristic the multiplicity of images that took for reality from the choices made by via press opinion agents. The 70-nineteenth century, a time when the emergence of abolitionism occur, the Republican Party and the end of patronage in Brazil, offered undoubtedly had enough content to the media, which also produced the event, including linking them to issues gender and modernity of ideas, as can be seen in the chapters of this dissertation.

Keywords: Gender; Modernity; Newspaper; Parahyba do Norte; Pernambuco; XIX century.

SUMÁRIO

Introdução	08
Capítulo I: Comparação entre nações e mobilização de ideias religiosas: chaves para a leitura das relações de gênero na modernidade oitocentista.....	19
1. A modernidade e seus modelos: à francesa, mas nem tanto.....	19
2. Pelo viés da religião: um outro modo de ler a modernidade.....	40
Capítulo II: A face feminina da modernidade.....	51
1. A mulher viril.....	51
2. Sobre o trono cristão: boa esposa e mãe.....	63
3. “Uma instrução para além do indolente serviço d'agulha”.....	65
4. Moda: a fugacidade do tempo moderno e a mulher.....	77
Capítulo III: Modernidade e crise das virilidades: diversidade e normatividade masculinas em jornais paraibanos e pernambucanos (1870-1880).....	83
1. O humor como agressão defensiva.....	83
2. “Galeria de homens ilustres”.....	92
Conclusão	106
Referências	111
Fontes	118

Introdução

Pesquisar as relações que envolvem gênero e modernidade é um desafio que me foi lançado em 2012 pelo professor Matheus da Cruz e Zica durante o semestre em que fui sua aluna de graduação na disciplina de História da Educação na Universidade Federal da Paraíba. Na ocasião, frequentei seu grupo de pesquisa e compus o corpo de seus orientandos de Iniciação Científica que investigavam as representações de gênero e docência na Paraíba do final do século XIX até o começo do XX.

Nesse período, constatamos a carência de trabalhos¹ que tratassem das representações de gênero na Paraíba do século XIX. Consultando as fontes, percebemos a recorrência da associação entre gênero e modernidade, em imagens que se mesclam num cenário de representações que parecem, muitas vezes, contraditórias.

Diante dessa percepção direta das fontes é que nos empenhamos na elaboração de um estudo mais arrojado que desse conta da relação entre as duas temáticas. Assim, nos propusemos a pesquisar sobre as questões que envolvem essas representações no final dos oitocentos, período em que a simbologia da modernidade se faz presente com mais força no Brasil como chave de leitura do tempo histórico.

O corpo documental deste trabalho é composto por oito jornais publicados na Parahyba do Norte na década de 1870 (*A Esperança*, 1877; *A Ideia*, 1879; *A Opinião*, 1877; *Correio Noticioso*, 1876; *Echo Escolastico*, 1877; *O Conservador*, 1875 e 1877; *O Liberal Parahybano*, 1879; *O Typographo*, 1876) e por cinco editados no Recife até a década de 1880 (*A Lanceta*, 1889 e 1890; *Jornal do Domingo*, 1877; *O Americano*, 1870; *O Encouraçado*, 1875; *O Trabalho*, 1873). De 1880, utilizamos em alguns momentos apenas *A Lanceta*, para oferecer um contraste em relação à década de 1870.

Os exemplares, cujas edições estão incompletas, foram recolhidos no acervo do projeto de pesquisa *Jornais e Folhetins do Século XIX* (vinculado ao Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal da Paraíba, é coordenado pela professora Socorro de Fátima Pacífico Barbosa. O material pode ser consultado no endereço eletrônico <http://www.cchla.ufpb.br/jornaisefolhetins/acervo.html>), no Instituto Histórico e Geográfico

1 Embora aquele século permaneça carente de pesquisas sobre a temática de gênero correlacionada, destacamos o vigoroso trabalho que vem sendo desenvolvido pelos pesquisadores Charliton José dos Santos Machado e Maria Lúcia da Silva Nunes na UFPB sobre mulheres no século XX. A parceria entre os dois vem resultando na publicação de diversos trabalhos individuais ou conjuntos [ver Machado (2006), Machado & Nunes (2007) e Machado, Nunes & Santiago (2010)] que tem contribuído para uma maior sensibilidade em relação às questões de gênero.

da Paraíba, na Fundação Joaquim Nabuco (PE) e no *site* da Biblioteca Nacional.

Incorporamos à discussão alguns periódicos editados no Recife com a finalidade de aprofundar a problemática pesquisada nos jornais paraibanos, haja vista a forte ligação mantida entre aquela cidade e a capital paraibana durante o período histórico abarcado por este trabalho². As publicações recifenses enriquecem a pesquisa por apresentarem contrapontos em relação às representações de gênero e de aspectos da modernidade que se fizeram presentes na Paraíba oitocentista, de modo a complexificar as questões problematizadas no corpus documental.

Poucos são os estudos devotados à origem e à caracterização da imprensa regional no século XIX, o que nos dificulta traçar a composição de um cenário mais rico sobre o embate social e político no qual esses impressos e seus idealizadores estavam inseridos. Na Paraíba, o trabalho de Horácio de Almeida (1978) nos informa que

O primeiro jornal que teve a Paraíba foi a *Gazeta do Governo da Paraíba do Norte*, surgido a 16 de fevereiro de 1826. Durou até fins de 1827, quase todo consagrado a publicação dos atos oficiais. Imprimia-se na tipografia que o governo da Província adquirira, denominada Tipografia Nacional da Paraíba. Seu diretor era o inglês Walter Boardmann. (ALMEIDA, 1978, p.146)

A pesquisadora Fátima Araújo (1983), embora se proponha a traçar a história e a ideologia da imprensa paraibana, restringe-se ao registro de dados históricos e técnicos. Do ano em que foi publicado até o presente, o conteúdo não foi revisto nem ampliado.

De Pernambuco, com cujos periódicos estamos dialogando, tivemos contato com o livro *História da Imprensa de Pernambuco (1821-1954)*, do pesquisador Luiz do Nascimento. Na obra, ele apresenta um apanhado dos jornais editados no Recife de 1829 até 1900. Dos anos de 1870, contudo, figuram poucos periódicos e nenhuma menção é feita àqueles que compõem esta dissertação. Publicado em 1966, parece não ter inspirado outros pesquisadores a aprofundar os estudos.

Apesar da carência de trabalhos e das limitações dos já existentes, é possível, a partir dos rastros deixados pelos jornais, tecer imagens que nos aproximem do que eles poderiam ter sido e representado; a partir do conteúdo das páginas e do que nelas está implícito, nos situar em relação à posição de realidade a partir da qual falavam ao público.

Sobre o recorte temporal, optamos por focar a década de 70 do século XIX devido à

2 Era para a Faculdade de Direito do Recife que a elite paraibana enviava seus filhos para estudar; era com Pernambuco que transações comerciais significativas eram realizadas; naquele Estado, intelectuais e políticos circulavam trocando ideias e firmando alianças.

sua importância para a história brasileira. É nesse momento que questões como a emergência do abolicionismo, do Partido Republicano e o fim do padroado estão em evidência. Logo, não parece ser fortuito que os jornais comecem a aparecer com conteúdos mais transgressores e debates mais acalorados.

Além disso, essa década abriga intelectuais brasileiros³, a exemplo de Joaquim Nabuco e dos membros da Escola do Recife⁴ (movimento intelectual encabeçado por Tobias Barreto e que se desenvolveu no estado de Pernambuco de 1860 a 1880), que atuaram intensamente na imprensa periódica, utilizada para ecoar suas ideias acerca de questões nacionais prementes – tais quais a reforma das instituições políticas e do Estado, a secularização das instituições – que estavam sendo repensadas naquele momento (ALONSO, 2000).

De acordo com Barbosa (2010, p.13), circunscrever a Escola não é tarefa simples: “As limitações [...] começam desde a definição do que pode ser entendido por escola, até a delimitação de seus membros e representantes”. Apesar disso,

independente de quem esteja inscrito nesse “movimento”, eles possuem alguns traços em comum. Quase todos foram nomeados para exercer cargos na magistratura, assumiram posições políticas nos âmbitos federal, estadual ou municipal, publicaram críticas literárias, livros, artigos em jornais [...] (Idem, p.15)

Nosso segundo motivo para a realização desta pesquisa é a consciência de que a falta de estudos de gênero que correlacionem masculino e feminino contribui para a permanência de uma cultura social que separa os sexos em rígidas fronteiras. Assim, procuramos fugir de abordagens que dividem os gêneros em dois polos – um feminino e outro masculino –, tratados, muitas vezes, de maneira apressada, como simples vítima, quando, na verdade, “um implica o estudo do outro.” (SCOTT, 1995, p.75)

Joan Scott, que escreve a história das mulheres a partir da perspectiva de gênero, toma esse conceito como categoria histórica, usada “como uma maneira de se referir à organização social da relação entre os sexos” (SCOTT, 1995, p.72). Categoria histórica que perpassa a cultura, gênero, assim compreendido, é uma “forma de indicar 'construções culturais' – a criação inteiramente social de idéias sobre os papéis adequados aos homens e às mulheres.” (SCOTT, 1995, p.75)

Dizemos isso porque a palavra gênero passou a ser tradicionalmente empregada na

3 A Geração de 70, como ficou conhecida, abrigou intelectuais de pensamentos bastante diversos, variando do agnosticismo e o anticlericalismo àqueles que se mantiveram católicos, como Lúcio de Mendonça, idealizador da Academia Brasileira de Letras. (MELLO, 2007, p.102)

4 A Escola e a Geração de 70, contudo, não serão a tônica desta dissertação.

historiografia como indicativo de estudos sobre mulheres. Esse registro, conforme a própria Joan Scott (1995, p.75), “constitui um dos aspectos daquilo que se poderia chamar de busca de legitimidade acadêmica para os estudos feministas, nos anos 80”. Após os anos 80, esse enfoque já não era mais capaz de atender à demanda por uma compreensão dos fenômenos que envolvem questões de gênero.

A importância do desenvolvimento de trabalhos que correlacionem o masculino e o feminino é destacado também por Natalie Zemon Davis, conhecida como historiadora da cultura das mulheres, a quem Scott cita, demonstrando uma consonância de ideias entre elas:

Penso que deveríamos nos interessar pela história tanto dos homens como das mulheres [...]. Nosso objetivo é compreender a importância dos sexos, isto é, dos grupos de gênero no passado histórico. Nosso objetivo é descobrir o leque de papéis e de simbolismos sexuais nas diferentes sociedades e períodos, é encontrar qual era o seu sentido e como eles funcionavam para manter a ordem social ou para mudá-la. (DAVIS *apud* SCOTT, 1995, p.72)

Ambas as historiadoras frisam a necessidade de interpretar os “papéis” e “simbolismos” que são atribuídos a homens e mulheres em diferentes sociedades no decurso do tempo. Por isso o valor histórico atribuído por Scott (1995) às imagens sociais culturalmente construídas que evocam representações (frequentemente contraditórias) de gênero – Eva e Maria como símbolos da mulher, por exemplo, na tradição cristã ocidental – num contexto específico.

Zica (2011) destaca também o aspecto individual e subjetivo dessas caracterizações:

Uma das principais implicações de tal maneira de compreensão da realidade é a de que não há uma identidade generificada passível de ser terminada, finalizada. Durante toda a vida o sujeito irá se debater entre, de um lado, os modelos prescritivos de gênero, sempre idealizados e circunscritos a cada período e lugar específicos, e, de outro, sua condição de falta de adequação a qualquer uma dessas prescrições devido, simplesmente, à condição irreduzível de sua individualidade que é sempre, em algum ponto, singular. (ZICA, 2011, p.20)

Essas interpretações nos levam a pensar em uma formação de gênero de maneira mais ampla, que se daria também via produções culturais, entre elas o jornal, “haja vista que em uma variedade de âmbitos da vida social há circulação efetiva de representações e práticas culturais que sugerem modelos de gênero fortes o suficiente para definirem as construções das identidades dos indivíduos por elas interpelados.” (ZICA, 2011, p.21)

Guiando-se por essa perspectiva de instâncias culturais formativas, Guacira Lopes

Louro (2007), em estudo sobre educação de gênero no século XX, toma o cinema como uma pedagogia cultural, ou seja: embora educar não seja a finalidade primeira do cinema, por meio dele o público toma conhecimento de determinadas representações do real, formas de ser, de pensar, de agir. Nesse processo, enquanto algumas práticas são afirmadas, outras são cristalizadas e até mesmo rejeitadas.

Um dos pontos-chave desses espaços e meios que podem ser compreendidos como pedagogias culturais, como lembra Louro (2007), é o apelo. A forma como o sujeito é interpelado é diferente, é mais sedutora, é como um lazer, de maneira que a mensagem passa despercebida pelo sujeito. É nesse sentido que Pallares-Burke (1998, p.145) afirma: “[...] os meios de comunicação modernos, até os que se pretendem ser de puro entretenimento, sempre ensinam.”

Inserindo, analogamente, o jornal no campo de instância cultural formativa da sexualidade e dos gêneros – ao prescrever modos de ser homem, ser mulher e de experimentar a sexualidade –, analisaremos as representações que ele tornou possíveis para o público leitor da Paraíba na década de 1870, sem perder de vista seu “currículo oculto” (Cf. Pallares-Burke, 1998, p.145. Esse currículo oculto nem sempre carrega uma mensagem que é conscientemente escondida. Às vezes ela pode estar oculta também para o próprio redator), responsável por disseminar e organizar informações, criar valores, atitudes e ideias sobre uma multiplicidade de temas. Procuramos perceber como as imagens do “ser moderno” se articulam às representações de gênero disponibilizadas por esses periódicos.

O século XIX, ao se apresentar como herdeiro do século XVIII, portador das luzes e da razão, é marcado por ideais de modernidade, palavra que “foi interpretada e apropriada de uma maneira geral como 'época da história', em que predominariam as categorias da 'novidade', da 'superação' e do 'progresso' sob a égide do marco da Revolução Francesa.” (CARVALHO, 2012, p.1)

Mais do que demarcar a passagem de um tempo histórico a outro, a modernidade configura uma maneira de ler esse tempo, implicando na “modificação no modo de compreensão do mundo que se observa a partir de meados do século XV e que se desenvolve até hoje” (HANSEN, 2000, p.52). Ainda segundo Hansen (2000), essa modificação traz em seu bojo a valorização da razão como instância por excelência de definição dos parâmetros sociais, políticos, culturais e cognitivos, e da secularização.

O homem, que se torna agente primordial na qualificação do tempo e do espaço, passa

a empregar vocábulos como educação, ciência, desenvolvimento econômico, progresso, civilização e nação nos discursos produzidos naquele referido século. Pouco se tem dito, no entanto, que outra imagem também foi largamente associada ao moderno naquele contexto. Falamos aqui do feminino que, naquele momento, parece ter sido encarado, inclusive por muitos homens, como sendo o portador do novo, da possibilidade da construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Enquanto uma nova imagem é construída para o feminino, para Le Rider (1992, p.160), o masculino é desconstruído, atitude que “aparece como sendo estreitamente ligada à própria idéia da modernidade”. É nesse contexto de mundo marcado pelas referências do moderno que o jornal ganha força na construção de suas representações, pois é

A partir do século XVIII, e principalmente do século XIX, [que] a imprensa se torna a forma principal de expressão e de formação da opinião pública. Nessa idade de ouro, a imprensa não tem concorrente na mídia. Inicialmente, ela é um mundo masculino, de que as mulheres vão lentamente se apropriando. Não sem dificuldade. (PERROT, 1998, p.76)

Por meio do jornal, o leitor acredita ser informado, não educado. A linguagem pretensamente neutra e objetiva e a reportagem dos fatos como se fossem um reflexo da realidade são características do fazer jornalístico que levam o leitor a aceitar que nesse registro de fatos não há interferência ideológica por parte do jornalista ou da empresa responsável pela publicação.

Nos jornais do século XIX a linguagem utilizada na redação dos textos, muitos deles sob pseudônimos, era mais literária. Ainda assim, não podemos desconsiderar os objetivos a que se propunham essas publicações. Dirigidos, em sua maioria, por partidos políticos ou por órgãos religiosos, cada um desenvolvia suas próprias estratégias para ganhar espaço no jogo social, político e econômico, influenciando leitores com o direcionamento de opiniões em busca de legitimidade.

O uso dos periódicos como fonte foi revisto pela Nova História, que alterou a concepção de documento e de sua análise. Até então, os jornais não eram considerados fontes fidedignas pelos historiadores para o estudo do passado, “uma vez que [...] continham registros fragmentários do presente, realizados sob o influxo de interesses, compromissos e paixões. Em vez de permitirem captar o cotidiano, dele forneciam imagens parciais, distorcidas e subjetivas” (LUCA, 2008, p.112). A partir dela, os historiadores reconsideraram que tais impressos “[...] podem ter muito a dizer sobre o modo complexo pelo qual as

culturas são produzidas, mantidas e transformadas.” (PALLARES-BURKE, 1998, p.145)

Levando-se em conta esses aspectos, mobilizamos o aporte teórico desenvolvido por Roger Chartier para a interpretação de nosso problema de pesquisa, notadamente os conceitos de apropriação, prática e representação culturais. Esse historiador classifica as representações culturais como determinantes para a construção de identidades. Elas não são, assim, “simples reflexos verdadeiros ou falsos da realidade.” (CHARTIER, 2009, p.7)

As representações do mundo social ultrapassam o rótulo de meras refletoras da realidade porque, distantes da neutralidade, “[...] são sempre determinadas pelos interesses de grupo que as forjam. Daí, para cada caso, o necessário relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem os utiliza.” (CHARTIER, 1990, p.17)

Na imprensa, os jornalistas, produtores de discursos que são, se apropriam, nesse ato, das ideias em circulação naquele momento e procuram lhes conferir o sentido necessário para elaborarem as representações que atendam a seus propósitos. Nesse processo, enquanto algumas representações ganham visibilidade, outras são ocultadas, pois

As percepções do social não são de forma alguma discursos neutros: produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por ela menosprezados, a legitimar um projecto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas. (CHARTIER, 1990, p.17)

Assim, a partir do conceito de representação, podemos mapear os modelos de conduta que eram compartilhados e combatidos pelos jornais, haja vista, considerando os interesses diversos dos impressos, a impossibilidade de representações homogêneas. Elas podem divergir, inclusive, em um mesmo periódico, a depender das múltiplas vozes que por eles falam.

Essa heterogeneidade caracteriza com bastante propriedade o período por nós pesquisado: o modo como se experimentou modernidade na província da Parahyba do Norte, ao longo da década de 1870. Período de tensões, em que o antigo e o novo disputam espaço no jogo social, incluindo a imprensa, importante suporte no qual e por meio do qual a opinião pública foi construída e divulgada, participante ativa na divulgação de ideias vinculados ao Moderno.

Analisando o conceito de modernidade, Gumbrecht (1998) descreve as mudanças a ela imbricadas com a imagem de cascatas, dada a diversidade de paradigmas que a ela se referem convivendo paralelamente. Essa multiplicidade imprime à modernidade uma feição

heterogênea, responsável por abrigar diferentes interpretações da realidade. Essas cascatas estabelecem a

sobreposição “desordenada” entre uma série de conceitos diferentes [...]. Como cascatas, esses **conceitos diferentes de modernidade parecem seguir um ao outro numa sequência extremamente veloz**, mas, retrospectivamente, observa-se também como se cruzam, como os seus efeitos se acumulam e como eles interferem mutuamente numa dimensão (difícil de descrever) de simultaneidade. (GUMBRECHT, 1998, p.9; ênfase adicionada)

Nessa conceituação, Gumbrecht nos antecipa uma questão fundamental para se discutir modernidade: a velocidade. Tratada por Koselleck (2006) como aceleração do tempo histórico, ela representa o deslocamento das bases do cronótopo tempo histórico, – antes fixadas no passado –, para um futuro que se julga ultrapassado a cada instante.

Com essa alteração, “doravante, nenhum indivíduo, nenhum grupo e nenhum momento 'histórico' tem condições de ser visto como uma repetição de seus predecessores” (GUMBRECHT, 1998, p.15). Isso porque ao homem, cuja racionalidade foi enfaticamente exaltada, foi conferida a tarefa de intervir na criação de seu destino.

Essas modificações foram engendradas

Durante a Idade Média, [quando] a auto-imagem predominante do homem o teria apresentado como parte de uma Criação divina, cuja verdade ou estava além da compreensão humana, ou, no melhor dos casos, era dada a conhecer pela revelação de Deus. Mais do que produzir conhecimento novo, a tarefa da sabedoria humana era proteger do esquecimento todo saber que tivesse sido revelado [...] O deslocamento central rumo à modernidade, por conseguinte, está no fato de o homem ver a si mesmo ocupando o papel do sujeito da produção de saber [...] (GUMBRECHT, 1998, p.12)

Esse sujeito, tratado pelo autor como “observador de primeira ordem”, tem nas suas ações o marco para estabelecer “a verdade das coisas”. Antes encarada como revelação, nesse contexto a verdade é tomada como resultado de atos humanos, e não mais de origem divina. Não é algo acabado, e sim em construção.

Essa postura aponta para uma recusa a aceitar o passado, a tradição, como referência para a ação humana. Com isso, o futuro passou a representar um tempo incerto, aberto para experimentar. Por isso, “[...] cada presente precisa ser experienciado tanto como uma modificação do seu passado quanto como sendo potencialmente modificado pelo seu futuro [...]” (GUMBRECHT, 1998, p.15)

Analisando a modernidade e suas implicações, Koselleck (2006) lança mão de dois conceitos para melhor compreender o fenômeno: espaço de experiência e horizonte de

expectativa. O espaço de experiência diz respeito ao passado como ponto de partida para se chegar ao futuro, que existiria independentemente da interferência humana. O horizonte de expectativa, por outro lado, nos fala da projeção do futuro tendo por base o tempo presente e a racionalidade humana.

Para ele, “a enorme diferença entre o presente e o futuro”, vale dizer, entre experiência e expectativa, “impregnou o novo tempo da história”. Essa distância é responsável pela sensação, em nossa época, do tempo como uma ruptura e uma transição, “em que continuamente aparecem coisas novas e inesperadas”. De acordo com esse pensamento, não haveria modernidade sem o “fosso” que separa uma da outra.

O futuro deve ser único, o que significa dizer diferente do passado e, portanto, melhor. Essa crença nos indica outra palavra-chave para a compreensão da modernidade: o progresso. Fruto da atividade humana,

O conceito de "progresso" só foi criado no final do século XVIII, quando se procurou reunir grande número de novas experiências dos três séculos anteriores. O conceito de **progresso único e universal** nutria-se de muitas novas experiências individuais de progressos setoriais, que interferiam com profundidade cada vez maior na vida quotidiana e que antes não existiam. (KOSELLECK, 2006, p.317; ênfase adicionada)

A imagem do progresso como “único e universal” se faz uma constante nos discursos em circulação no século XIX como mote para estabelecer uma comparação – por que não competição – entre as nações. Conforme essa maneira de pensar,

Um grupo, um país, uma classe social tinham consciência de estar à frente dos outros, ou então procuravam alcançar os outros ou ultrapassá-los. Aqueles dotados de uma **superioridade técnica** olhavam de cima para baixo o grau de desenvolvimento dos outros povos, e quem possuísse um nível superior de civilização julgava-se no direito de dirigir esses povos. (KOSELLECK, 2006, p.317; ênfase adicionada)

O critério para certificar o estágio de progresso em que se encontrava uma nação era a superioridade técnica. Daí a corrida para a industrialização e a predominância da máquina no desenvolvimento do trabalho. A sobreposição do artificial ao natural também nos diz respeito ao esforço de alguns países para se encaixarem no posto de desenvolvidos. Afinal, assim enquadrados, estava aberto o passe livre para dominar outros povos.

Nesse jogo de poder, no qual um país se mede pelo outro, “as experiências consideradas de êxito das nações vistas como adiantadas na marcha de civilização são

tomadas como parâmetros [...]” (LAGES, 2013, p.154). Além de se medirem, eles se projetam como modelos a serem integralmente seguidos.

No Brasil, especificamente, José Murilo de Carvalho (2005) destaca a feição conservadora da nossa modernidade, que parece ter se apropriado dos novos valores sob as regras “de uma sociedade rural, patriarcal, hierárquica”. Na Paraíba, considerando a imprensa, os elementos da modernidade foram frequentemente experimentados pelo que se falava de outras províncias e pela repercussão de notícias internacionais. Simbolicamente, essa modernidade se fez presente pelas

novidades tecnológicas: as estradas de ferro, a eletricidade, o telégrafo, o telefone, o gramofone, o cinema, o automóvel, o avião; eram as instituições científicas: Manguinhos, Butantã, a Escola de Minas, as escolas de Medicina e Engenharia; eram as novas ideias, o materialismo, o positivismo, o evolucionismo, o darwinismo social, o livre cambismo, o secularismo, o republicanismo; era a indústria, a imigração européia, o branco; era a última moda feminina de Paris, a última moda masculina de Londres, a língua e a literatura francesas, o dândi, o flâneur; e era também o norte-americanismo, o pragmatismo, o espírito de negócio, o esporte, a educação física. (CARVALHO, 2005, p.119)

Assim, interessa-nos saber que identidades culturais e práticas sociais as representações do masculino e do feminino – associadas a imagens de modernidade – construídas em jornais paraibanos do final do século XIX, quando confrontadas, estariam se tornando possíveis para os sujeitos interpelados por elas.

Defendemos a ideia de que o jornal funcionaria como suporte para a circulação de imagens relacionadas a formas de ser feminino e masculino por meio de ideias vinculadas ao processo da modernidade que se alastra pelo mundo a partir do século XIX, representações essas que teriam influenciado na construção das identidades de seus leitores.

Consideramos também a configuração de uma modernidade que classificamos de seletiva. Isso porque, assim como na tradição seletiva, conceito postulado por Raymond Williams⁵, a modernidade que se instalou na Paraíba no período em estudo tinha por principal característica a configuração de múltiplas imagens que se tomavam por realidade a partir das escolhas feitas pelos agentes de opinião via imprensa. Para o pesquisador Marcus Aurelio Tabora de Oliveira, que pensa a história da educação a partir do conceito de Williams, a tradição seletiva é um

processo seletivo bastante drástico daquilo que foi, em uma determinada ambiência social, definido como algo digno de ser perpetuado. Por motivos diversos, que

5 Historiador galês que, com suas obras, consolidou e expandiu os Estudos Culturais.

incluem relações de poder político, disponibilidade econômica e visibilidade cultural, mas também a clivagem ideológica, determinadas orientações intelectuais se fixam na cultura e definem o limite da circulação de ideias opostas ou contrárias, no seu tempo. (OLIVEIRA, 2014, p.268)

Dessa maneira, cada periódico analisado definiu, baseado em interesses tais quais os elencados por Oliveira (2014), uma face da modernidade como a própria modernidade, de modo que cada aspecto dela apresenta-se como uma só, e não como parte integrante dela.

Tendo em vista os dois eixos principais deste trabalho, optamos por dividi-lo em três capítulos. No primeiro deles, trataremos da modernidade – processo que se desenrola na atividade da imprensa, mas que também é captado por ela, dado a ver em suas páginas – sem perder de vista a discussão sobre gênero, a partir de duas senhas de interpretação: comparação entre nações e religião, categorias de que a imprensa se valeu reiteradamente para análise dos fatos que registrava.

Nos dois últimos, analisaremos mais especificamente como se deu a representação de gênero nas imprensas paraibana e pernambucana, ou seja, as prescrições de conduta atribuídas ao ser feminino e ao ser masculino em nome da modernidade, muitas vezes. Assim, o capítulo dois se volta para a face feminina da modernidade, na qual contrastam a mulher viril e a boa esposa/mãe, num cenário de reivindicação de acesso a uma instrução de cunho mais profissional para ela. O terceiro, por sua vez, abarca a modernidade e a crise das virilidades. Nele, o masculino, envolto também em suas nuances femininas, é escarneado quando feminilizado e exaltado ao figurar em uma galeria de homens ilustres.

CAPÍTULO I

Comparação entre nações e mobilização de ideias religiosas: chaves para a leitura das relações de gênero na modernidade oitocentista

1. A modernidade e seus modelos: à francesa, mas nem tanto

No Brasil do século XIX, a experiência da modernidade foi pautada por alguns modelos estrangeiros então em voga. Dentre os mais citados estão o francês, o americano e o alemão. Desses, podemos dizer que na Paraíba, de acordo com as fontes pesquisadas, houve predominância das ideias francesas, pelo menos até a década de 1870, recorte temporal de nosso trabalho. Como paradigmas, essas nações serviam de referência para as demais sobretudo nas formas de pensar, de agir, de ser.

Assim, a política, a legislação, a moda, a educação implantadas no país naquele momento sofreram a influência daquelas sociedades. Ressalte-se, porém, que, mais do que copiar um modo de pensar e um estilo de vida, o Brasil se apropriou dessas ideias, ressignificando-as e representando-as ao seu próprio modo.

Nesse sentido, seguindo os conceitos de apropriação e representação do historiador Roger Chartier (2002, p.47), o foco de nossa análise concentra-se na apreensão de “como um grupo ou um homem 'comum' apropria-se à sua maneira, que pode ser deformadora, das ideias ou das crenças de seu tempo”. Essa apropriação produz um discurso que não é neutro e tende, para se legitimar, a menosprezar outros.

A apropriação fica bastante evidente quando falamos de moda, por exemplo. Devido à diferença de estação entre Brasil e Europa, tornava-se praticamente impossível reproduzir aqui os moldes das roupas em uso lá fora com o mesmo modelo e o mesmo tecido. Seguiu-se a tendência, porém com adaptações. Essa abertura ao estrangeiro, contudo, nem sempre é aceita de bom grado por todos.

A interferência do que vinha de fora era consciente e até contestada por algumas pessoas. O jornal, suporte no qual as ideias de um tempo ganham registro, e, por isso, importante na formação da opinião pública, é responsável por nos ajudar a pintar um cenário do que foi discutido na sociedade de então.

Na Paraíba de 1870, circulou *O Liberal Parahybano*, órgão do Partido Liberal. Como tal, defendia o fortalecimento do parlamento e uma maior autonomia na província,

representando os interesses dos senhores rurais e das camadas médias urbanas. Assim como grande parte dos jornais do período, recorria ao anonimato – artifício para despistar perseguições de adversários políticos – na assinatura dos textos que publicava. Um de seus idealizadores é o jornalista Artur Achilles dos Santos, opositor do senador Álvaro Machado, chefe do partido republicano na Paraíba do Norte.

Nesse cenário de maior abertura a notícias do exterior, *O Liberal Parahybano* mantinha uma coluna intitulada *Correspondencia*. Nela, reportava à população paraibana os últimos acontecimentos na capital francesa. Para o Brasil era importante manter-se informado desses fatos. Tendo isso em vista, e até mesmo como estratégia de autopromoção, o jornal mantinha um correspondente em Paris. Da coluna publicada na edição de 16/09/1879, temos notícias de brasileiros em férias e da relação deles com a cidade:

CORRESPONDENCIA.

Pariz, 19 de Agosto de 1879.

[...] os theatros estão quasi todos fechados, e os directores preparão as novidades para estação de outonno e inverno. Pariz, n'esta quadra do anno, só é habitada por estrangeiros e empregados. A aristocracia emigrou. Em recompensa, os hotéis em que se falla portuguez estão cheios de Brazilleros. Os nossos patricios receião o frio e aqui chegão no momento em que a vida pariziense acha-se como suspensa. Encontrão-se, por grupos, de dia nos Boulevards e monumentos; á noute, nos bailes publicos, como Mabile e Bullier, ou n'esse logar de delicias que se chama Folies-Bergese. D'ess'arte não podem apreciar a verdadeira vida d'este povo, tão grande nas artes e industria como na corrupção, e voltão ao Brazil com as ideias mais falsas a respeito d'este paiz, onde não poderão estudar nem o movimento scientifico e litterario, uma intensa vida dos operarios, d'esses operarios que fazem maravilhas admiradas pelo mundo inteiro. (Jornal *O Liberal Parahybano*, edição 53, 16/09/1879)

O correspondente deixa transparecer sua desaprovação à estadia dos brasileiros em Paris. Segundo ele, o que deveria ser aproveitado na cidade era o aspecto racional, encarnado no movimento científico e literário, e que poderia trazer uma contribuição significativa – em sua concepção – ao desenvolvimento do país. Em vez disso, os brasileiros apenas se divertem, frequentando a casa de música sinônimo de tentações eróticas – *Folies Bergère*.

A *Folies Bergère* marcou época pela sua “liberalidade de costumes”, como se dizia no XIX. Nela, os frequentadores podiam se encontrar nos jardins internos e nas áreas de passeio do teatro. O que o jornalista deixa escapar entre a crítica, ao censurar um possível excesso sexual parisiense que tanto agradava aos seus conterrâneos, é que os brasileiros estão em Paris no período de baixa estação. Talvez por isso não tenham encontrado atividades mais sérias e científicas a se fazer.

Essa liberdade sexual, associada, no texto, à corrupção, é vista como uma ameaça aos bons costumes, comportamento que se quer evitado. É a face francesa que deve ser repudiada. Por outro lado, a vida parisiense, que deveria ser mais apreciada, segundo o repórter, é representada pelas artes e pela indústria; esta, fruto do citado movimento científico, desencadeador do progresso.

Na indústria são os operários “que fazem maravilhas admiradas pelo mundo inteiro”. A palavra operário, aqui, parece ter sido ressignificada, tomada quase no sentido de artista. Não se trata de qualquer operário, mas daquele que, auxiliado pelas máquinas, conduzindo-as, elabora produtos dignos de admiração, tal qual uma obra de arte. É o oposto do que pensa Walter Benjamin (1985), para quem a máquina, em vez de cooperar com o trabalho humano, anula sua criatividade.

A própria visão de Benjamin acerca de Paris como capital do século XIX, polo irradiador de ideias de modernidade, de galeria a céu aberto, com vitrines elaboradas para a contemplação de mercadorias, nos remete a essa imagem desenhada por *O Liberal Parahybano*, para quem a cidade é um produto em exposição e um centro difusor de cultura.

Embora Paris tenha sido apontada como a capital do século XIX, alguns de seus costumes não eram bem apreciados, como às vezes pode parecer, por todos os brasileiros que a eles foram contemporâneos. Impresso na Typographia Conservadora (PB), o jornal *A Esperança*, sob a inscrição da literatura, da recreação e da notícia, apresenta essa atitude – de aceitação e recusa a um modelo – a partir do diálogo – aparentemente apenas uma anedota – entre dois amigos:

Conversação de dous amigos na pedra da Matriz

– Devo também dizer-lhe que vi muita moça chic, com os seus toilettes de caudas pequenas, outros medianos e outros com tres metros de comprimento; e o que me fazia mais pasmar era a sobradaria de tres andares que se trazia a cabeça parecendo com aquelles grandes pentes antigos que o vulgo denominou – tapa missa.

– Eu a falar-lhe a verdade prefiro os taes pentes tapadores, aos taes tres andares, porem como talvez seja uso de França e não querendo eu me chrismem de carrança, vá lá que seja: tudo está bom. bello e bellissimo, e melhor estaria se não custasse aquelle objecto com que se comprão os melões.

– E não posso deixar de notar que em tudo estamos imitando a França, de Mac-Maon, como bem sejam em modas, toilettes, usos e costumes, e até em peso e medidas, que, como sabe o velho amigo, o systema que está hoje introduzido em nosso paiz, é o metrico francez⁶, e até nos exames para os lugares de nossas repartições, dá-se hoje preferencia a lingua franceza, a qualquer outra.

– Pergunto-lhe agora onde iremos parar com tanto francezismo?

– Eis a razão porque dizem que os brasileiros são macacos.

– Ora bem, botamos o francezismo e o macacaria para o lado e passemos adiante. (Jornal *A Esperança*, edição 30, 30/07/1877)

6 Conhecido também por Sistema Métrico Decimal, foi criado durante a Revolução Francesa. Trataremos mais especificamente desse item na discussão sobre a Revolta do Quebra-Quilos.

Recorrendo estrategicamente a um cenário de imagens de conhecimento geral levadas ao ridículo, o jornal talvez conseguisse uma melhor recepção dos leitores à ideia que ele queria transmitir, qual seja, a de uma incorporação desenfreada a tudo que seja francês – moda, vocabulário, sistema métrico – simplesmente pelo fato de ser francês.

Não se trata, porém, de uma simples imitação, de adotar um costume tal e qual. No caso do sistema métrico, por exemplo, havia uma necessidade comercial, de se adequar a um padrão unificado, que já era utilizado por outros países com quem o Brasil mantinha relações comerciais. A adoção pelo Brasil do sistema métrico francês não foi simplesmente uma cópia, e sim resultado de uma proposta apresentada à Câmara dos Deputados em 1830 pelo deputado gaúcho Cândido Baptista de Oliveira.

Somente em 1862, contudo, o sistema foi adotado, após a publicação de artigo no *Jornal do Comércio* do Rio de Janeiro, em que o deputado discorre sobre o posicionamento dos países “civilizados” da Europa e da América do Norte diante do novo padrão decimal. Entendemos o apelo a esse recurso como uma forma de conseguir respaldo social, e não de simplesmente “macaquear”.

A ideia foi reforçada pela comissão enviada à Exposição Universal de Paris de 1855. Apesar dos esforços, a implementação do sistema métrico decimal foi lenta. O regulamento definitivo para a execução da Lei 1.157 viria apenas em dezembro de 1872, dez anos após sua promulgação (DIAS, 1998).

Destarte, o autor nos traz um cenário do quanto o modo de viver e de pensar franceses se fizeram presentes no Brasil durante o final século XIX, sem deixar de lado o fato de que algumas pessoas tinham consciência dessa penetração estrangeira nos hábitos brasileiros, que, acolhida incondicionalmente, além de desnecessária, nos levaria ao ridículo. No entanto, a crítica parece ficar nela mesma, não avançando num debate sério e mais aprofundado sobre os problemas nisso implicados.

Com relação ao gênero, naquela mesma conversa são os homens (os dois amigos) que analisam a realidade e se posicionam sobre ela. Porém, o alvo da crítica, apesar de inicialmente ser a mulher, tratada genericamente como “moça chic”, é estendido também ao homem, se considerarmos as palavras Mac-Maon (político francês que atuou como chefe de Estado da França e presidente da Terceira República), sistema de pesos e medidas, exames de admissão em repartições públicas, relacionadas ao universo masculino: política, administração, vida pública.

O fato de somente a mulher ter sido advertida pelos excessos no vestir-se, e sob a pena da ridicularização, nos leva a questionar se os homens também não cometeriam os mesmos exageros, ao ponto de se enquadrarem igualmente na comicidade. Parece mais natural ao feminino ser ridicularizado, enquanto ao homem isso seria privado em decorrência de um suposto maior bom senso.

Nas regras de etiqueta e no vocabulário, demasiadamente franceses, o homem, embora referido indiretamente, também estaria se pautando, política e socialmente, por essa influência. É esse exagero (“francesismo”) que leva um dos amigos a concordar com o chavão de que os brasileiros são macacos, ou seja, copiam irrefletidamente e de bom grado hábitos que lhes sejam impostos por outros.

Essa afirmação seria verdadeira se todos esses hábitos fossem simplesmente transportados à cultura brasileira sem nenhum filtro. A própria atitude do jornal em simular essa conversa mostra que, se por um lado esse trânsito entre culturas era real, a apropriação do que vinha de fora era sentida e necessária. Do contrário, nos restaria o macaquear.

A proposta do redator, portanto, parece maleável, aberta a discussões com vistas a uma revisão de comportamento social. A atitude de “macaquear” é compreensível quando consideramos a inexistência ou a frágil existência de uma identidade nacional. O Brasil só se tornaria república doze anos depois e, mesmo assim, uma postura que definisse e valorizasse algo como nacional custou a chegar.

Se no Brasil a inspiração francesa parece ter sido mais forte no âmbito cultural, uma outra forma de experimentar a modernidade, à americana, foi contemporânea à da capital europeia e permeou discussões de cunho mais político, como podemos verificar no jornal recifense *O Americano*. Idealizado por Tobias Barreto, líder da Escola do Recife, era de responsabilidade também de Minervino A. de S. Leão e do escritor Franklin Távora, membro do movimento.

Como porta-voz das ideias da Escola, defendia ardorosamente o modelo republicano norte-americano, cuja constituição foi esmiuçada nas primeiras edições daquele jornal. Semanário político, era impresso na tipografia de Carlos Eduardo Muhlert, alemão naturalizado brasileiro pelo Decreto n.920 de 26 de agosto de 1857. Essa ligação do jornal com Muhlert nos indica também a presença da influência alemã na produção intelectual de Tobias Barreto, entre elas a jornalística.

Sobre o clima da imprensa pernambucana quando da circulação de *O Americano*, o

pesquisador Cláudio Aguiar (1997, p.123) nos diz que “variava entre os temas do humor, da sátira, da prestação de serviços e divertimentos, da política, quer da partidária índole conservadora, quer da de compromisso liberal com as mudanças sociais, quer das tipicamente radicais, que defendiam profundas alterações no regime vigente – a Monarquia.”

Antimonarquista e abolicionista, *O Americano* circularia, para Aguiar, na esteira radical. Nesse contexto de revisão política, em que se almeja a república, esse jornal assumirá, às vezes, papel de porta-voz dessas novas ideias, oposto ao modelo exportado pela França, país a quem considerava, no aspecto político, antiquado, conforme passagem que se segue:

POLITICA GERAL
BOLETIM DA SEMANA
RECIFE, 14 DE MAIO DE 1870

As ultimas noticias da Europa são, em geral, destituídas de interesse, á excepção das que dizem respeito á França, onde o espirito publico, embalado nas gratas illusões de uma prometida éra de liberdade, que tudo levava a crer inaugurada pelas concessões do imperante sobre o regimen parlamentar, acaba de soffrer uma amarga decepção. Que valeu, decerto, todo esse generoso desinteresse afectado pela corôa e hoje conhecidamente capcioso? Quando se trata de firmar o regimen pela renuncia da terrivel iniciativa, que ao imperante confere a constituição, no exercicio do poder constituinte insiste elle em manter integral em suas mãos uma faculdade arbitrária, que é ao mesmo tempo a mais apropriada arma para aniquilar todas as liberdades parlamentares e produzir os mais desastrosos golpes de estado. Eis ahí, pois, em pleno vigor o governo pessoal e autoritario, julgado um momento em retirada pela boa fé publica. Tão certo é que toda a desconfiança é pouca da parte do paiz, quando os tyrannos habituaes se mostram inspirados de outros sentimentos que não sejam só compatíveis com o despotismo. (Jornal *O Americano*, edição 3, 15/05/1870)

Pelo que se vê, mesmo sem uma coluna fixa reservada às notícias internacionais, a exemplo de *O Liberal Parahybano*, a *O Americano* também convinha repercutir em solo brasileiro fatos acontecidos no exterior. Sobre a Europa, particularmente a França, interessam apenas notícias que venham a confirmar o ponto de vista do jornal: a experiência da modernidade vivida à francesa – em especial no campo político – não lhes inspira. Ao apontar as falhas daquele país, estariam legitimando, conseqüentemente, o ideário americano que tanto valorizavam.

No recorte acima, a crítica dirige-se ao governo de Napoleão III, primeiro presidente francês eleito por voto direto. Após ser impedido pela constituição e pelo parlamento de concorrer a um segundo mandato, organizou um golpe em 1851, assumindo o trono como imperador no final de 1852. Num período pós Revolução Francesa, restaurar o império – concentrar o poder – para aqueles que o combatiam aqui, era sinônimo de um grande retrocesso.

Essas cenas retratam a imagem repudiada por *O Americano*, que não aceitava o regime político nas mãos de uma monarquia constitucional. Mencionado o caso francês, a crítica se estendia a D. Pedro II – cujo sistema de governo configurava um atraso às vistas do jornal recifense – e à Revolução Francesa, cujo ideal de liberdade via com desconfiança. Afinal, a liberdade assegurada pela Revolução foi destinada primordialmente à burguesia.

Segundo José Murilo de Carvalho (2005, p.84), essa discussão sobre organização política foi possível porque para o Brasil, “como país exportador de matérias-primas e importador de idéias e instituições, os modelos de república existentes na Europa e na América, sobretudo nos Estados Unidos e na França, serviram de referência constante [...]”

Acreditamos que essa importação não foi aleatória; foi uma tentativa de implantar no Brasil um modelo que já estava funcionando nos países de origem, que se projetavam muito bem como exemplos. Na leitura de Carvalho (2005, p.90), essa prática de apropriação de modelos de república não foi exclusiva nem do Brasil nem da época moderna:

Idéias e instituições norte-americanas e européias já tinham sido adaptadas por políticos imperiais. Antes mesmo da independência do País, rebeliões coloniais tinham-se inspirado seja na revolução americana, seja na francesa. Importar modelos, ou inspirar-se em exemplos externos, não era, assim, exclusividade dos republicanos brasileiros. Os próprios *founding fathers* americanos buscaram inspiração em idéias e instituições da Antigüidade, da Renascença, da Inglaterra e França contemporâneas. A Revolução Francesa, por sua vez, tivera nos clássicos e no exemplo americano pontos de referência. O fenômeno de buscar modelos externos é universal.

Ressalte-se ainda que o ecletismo, durante o Império brasileiro, se fez marcante não somente no tocante à organização política, cuja inspiração veio do constitucionalismo inglês, mas na administração, pautada por Portugal e França, e até mesmo em certas fórmulas anglo-americanas, (justiça de paz, júri), além de uma limitada descentralização provincial (CARVALHO, 2005, p.90-91).

Enquanto na imprensa paraibana as ideias francesas tiveram mais repercussão, seja na quantidade de periódicos, seja na diversidade de assuntos abordados, na capital pernambucana⁷ encontramos também referências americanas e alemãs (o *Jornal do Commercio* [1872], publicado pela Associação de Guarda-Livros de Pernambuco, trazia o editorial de primeira página escrito em português e vertido para o francês, o inglês e o alemão), dado o pensamento dos intelectuais que encabeçavam as publicações. Essa diferença

⁷ *A Lanterna de Diógenes* (1883) tinha por epígrafe o lema da Revolução Francesa: Liberdade, Igualdade e Fraternidade.

é intrigante, se considerarmos a proximidade geográfica e o intenso trânsito de pessoas entre as duas províncias.

Consideremos ainda *O Americano*⁸, publicação empreendida com o intuito quase exclusivo de difundir o ideário de república dos Estados Unidos, cuja constituição, assim pensava, deveria ter os princípios adotados pela Carta Magna brasileira. Nesse contexto de tensões, no qual a monarquia era revista, “a república ideal era sem dúvida a do modelo norte-americano.” (CARVALHO, 2005, p.93)

A justificativa da propaganda do ideário de outro país que não a França é apresentada na seção *Idéas Americanas*:

No Brazil já se vai fallando muito da America, e das instituições americanas. Ainda bem.

Atè certo tempo não parecíamos um povo americano. Nossos usos, costumes, instituições, leis, regulamentos, tudo era calculadamente feito e combinado á européa.

Infelizmente para nós o espirito europeu, que nos domina, é o de peor quilate. A nossa constituição política, outhorgada por d. Pedro I sob a apparencia de um governo livre, occulta a organização de uma monarchia absoluta, tendo o povo apenas uma parte illusoria no poder legislativo. As nossas leis e regulamentos são copiados do que a França possui de mais centralizador, quando não os encontramos já traduzidos em Portugal. (Jornal *O Americano*, edição 3, 15/05/1870)

No Brasil oitocentista, a América e as instituições americanas exerceram influência sobre alguns intelectuais, como o jurista alagoano Tavares Bastos, adepto do liberalismo americano e propagandista de um sistema de ensino aos moldes estadunidenses (HAMDAN, 2014). Se num primeiro momento a França parecia dominar o pensamento ideológico brasileiro, paulatinamente – e em busca de respaldo – os Estados Unidos aparecem como alternativa.

O que *O Americano* repudia na Europa é o mesmo que rejeita (e combate) aqui no Brasil: a organização política centrada no imperador. Mesmo com uma constituição, o povo não tinha, acreditava, o poder que se imaginava conquistado com a proclamação da república. Apesar de citar “usos, costumes, instituições, leis, regulamentos”, a questão central que incomoda o jornal é a política, fundamentalmente a constituição.

De fato, a constituição a que ele se refere (1824) foi redigida sob influência da Constituição Francesa de 1791, que resumia as principais conquistas da revolução de 1789. A

8 Pareceu-nos pertinente apresentar particularmente o caso de *O Americano* com o intuito de ampliar nosso objeto de pesquisa, na perspectiva de que em um mesmo contexto histórico diferentes ideias são postas em campo, e esses pensamentos, embora aparentemente hegemônicos, convivem em busca de legitimação sem que um anule, necessariamente, o outro.

insatisfação expressa em *O Americano* tem foco nos poderes conferidos ao imperador. Talvez o desejo dos mentores do jornal fosse que nossa constituição, a exemplo da americana, exprimisse um meio-termo entre as tendências estadista (defendida por Thomas Jefferson, pregava autonomia política para os estados membros da federação) e federalista, cujo intuito era preservar a união política dos estados, fortalecendo, por consequência, o poder central.

Das fontes consultadas na Paraíba, encontramos apenas um registro da circulação do modelo americano na província, o que nos leva à conclusão de que os jornalistas paraibanos tinham conhecimento de outras experiências de modernidade que não a francesa. A frequente aparição da França, portanto, é fruto da escolha desses redatores.

Esse registro coube a *O Conservador*, autointitulado “essencialmente católico”. É sob a ótica da religião professada que o jornal representa os Estados Unidos, a quem vê como ameaça. Essa ameaça estaria caracterizada pela perda de poderes pela Igreja, ante a iminente separação entre ela e o Estado.

Uma lei dos Estados-Unidos.

Sendo muito comum ouvir, nos que advogam a separação da Igreja do estado, e combatem a decretação de uma religião official, citar com emphase a Confederação Americana já como o emporio da liberdade de consciencia, já como um victorioso exemplo da completa indiferença que mantêm os poderes publicos d'aquella republica em assumptos religiosos, cumpre que fastiguemos o desplante com que, abusando-se da ignorancia geral, se sustenta tao falsa doutrina.

Para completo effeito basta-nos transcrever em sua integra, desde o preambulo, uma lei recentemente votada, por quasi unanimidade, em ambas as casas legislativas, ou por outra pelo congresso. Por ella ver-se-ha que, longe de ser indifferente aos preceitos do catholicismo, o sabio aeropago Americano prescreve rigores, desconhecidos no próprio Brasil, contra aquelles que os não observam com punctualidade e dedicacão. (Jornal *O Conservador*, edição 4, 29/09/1875)

A depender da ideologia dos jornais, a representação da realidade varia de modo a preservar interesses. Enquanto em *O Americano* os Estados Unidos figuram na seara de países exemplares, em *O Conservador* ele é mal visto e reduzido ao aspecto religioso. É essa a face americana que o jornal paraibano parece querer ocultar. Ao optar por trazer ao debate social uma lei dos Estados Unidos, *O Conservador* reduz a questão ao âmbito religioso, que deseja preservar.

Ele prossegue apresentando a lei:

Eis a lei:

“A sanctificação do domingo é:

“ 1. Uma cousa de interesse público;

“ 2. Um allivio util ás fadigas do corpo;

“ 3. Uma ocasião de cuidar nos deveres pessoais e reparar os erros que affligem a humanidade;

“ 4. Um motivo particular de honrar, na própria casa e na igreja, o Deus Creador e a Providencia do universo;

“ 5. Um estimulante para o homem consagrar-se ás obras de caridade, que fazem o ornamento e a consolação da sociedade.

“Considerando, que ha incredulos e homens inconsiderados que, desprezando seus deveres e as vantagens que procura a humanidade a sanctificação do domingo, ultrajam a sanctidade desse dia, entregando-se a toda a sorte de prazeres e applicando-se aos seus trabalhos;

“Que um tal procedimento é contrario a seus interesses de christãos e perturba o espirito dos que não seguem este máo exemplo.

“Que taes pessoas fazem mal a toda a sociedade, introduzindo em seu seio tendencias de dissipação e de habitos immoraes.

“O senado e as camaras decretão:

“ 1. É prohibido, no domingo, abrir os armazens e as lojas, occupar-se em qualquer trabalho, assistir aos concertos, bailes ou theatros, sob pena de multa de 10 a 20 shillings por cada contravenção.

“ 2. Nenhum recoveiro ou viajante poderá, sob a mesma pena, emprehender uma viagem no dia de domingo, salvo o caso de necessidade, segundo o juizo da policia.

“ 3. Nenhum hotel ou botequim poderá abrir se no domingo ás pessoas que habitão a communa, sob pena de uma multa ou fechamento do estabelecimento.

“ 4. Aquelles que, a não ser por molestia ou motivo sufficiente, deixarem de ir a igreja durante tres mezes, serão condemnados a uma multa de 10 shillings.

“ 5. O que praticar acções inconvenientes nas proximidades ou interior da igreja pagara de 5 a 40 shillings de multa.

“ A execução do presente decreto é confiada aos empregados de policia, escolhidos todos os annos pelas communas.”

(Jornal *O Conservador*, edição 4, 29/09/1875)

A lei em debate é apresentada muito vagamente, com dados inconsistentes. Não sabemos de que lei se trata nem em que contexto de produção ela foi aprovada, como diz *O Conservador*. Os Estados Unidos, desde a colonização, tinham por credo o protestantismo, na doutrina da predestinação. Por isso, é pouco provável essa lei ter sido dirigida a católicos americanos, tendo em vista que a santificação do domingo é comum às duas vertentes religiosas. Acreditamos que essa lei foi descontextualizada com vistas a ocultar detalhes que comprometeriam “a verdade” a ser vendida pelo jornal.

Nessa modernidade racional, técnica, centrada na tecnologia, na máquina, no domínio da natureza, na superioridade do artificial (criado pelo homem) sobre o natural, a comparação entre as nações era uma forma de obter parâmetros de ideias bem sucedidas e de associar-se à imagem que aquele determinado país portava. Movidos pela corrida “rumo ao desenvolvimento”, em que os países querem se afirmar “no campo do progresso”, eles se tomam uns pelos outros.

No editorial abaixo, *O Conservador*⁹ reúne referências a dois modelos de modernidade

9 Dirigido por Caetano Alves de Souza Filgueiras, tinha por epígrafe *Deus e a lei, a sciencia e a grei*. Advogado, professor, dramaturgo, poeta, membro do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro (IHGB),

que, apesar de conviverem, costumavam ser excludentes: ou se era francês ou se era americano. O objetivo do jornal não é comparar esses modelos; o que importa é o quanto cada um é bem sucedido na defesa e difusão de seu projeto político. Embora as ações desses governos sejam tomadas como experiências exitosas que poderiam ser reproduzidas no Brasil, nossos articulistas tendem, em geral, a ignorar a diferença entre a realidade desses países e a do nosso.

SECÇÃO EDICTORIAL

A secca¹⁰, os açudes e os poços artesianos.

Faze por ti, que eu te ajudarei.

Esta triste **verdade que a sciencia nos annuncia** deve attrahir a attenção do Governo e dos homens amigos do paiz. E já que assim tem de ser, **é de bom patriotismo** não permittir que se redusam a transitorios, embora opportunos beneficios os louvaveis esforços das administrações provinciaes.

Na Parahyba, por exemplo, nada há que exigir mais do Sr. Dr. Esmerino, pois sabem todos que, duplamente guiado pelo dever e pelo coração, tem S. Exc. Posto em practica todos os remedios exigidos pela sinistra situação em que veio encontrar os sertões da Provincia confiada á sua direcção.

Estamos certos de que, a hora em que escrevemos estas linhas, já terá chegado a todos os pontos flagellados a **mão providencial** da Presidencia que, por encomiavel dedicação, não cessa de extender-se para **levar pão e água** aos desvalidos da sorte. [...] **temos feito tudo quanto a sciencia recommenda? Já teremos feito por nós quanto baste para que Deus nos venha em auxílio?**

Por certo que não!

Matamos a fome, extinguiamos a sede das victimas. Fomos de braços abertos ao encontro dos fugitivos. Chegámos em tempo á cabeceira dos moribundos. Seccámos lagrimas, evitámos luctos. Conjuramos, em fim, os fulminantes effeitos do raio assolador... mas não pensámos no futuro: esquecemo-nos de que o raio torna, porque as tempestades se repetem.

Não construímos para-raios, que garantam aos nossos compatriotas abrigo seguro contra novas furias; não previmos, em fim, que os flagellos naturaes voltam a zombar dos descautellados, a esterilisar os sacrificios de hoje.

É, no entretanto, o que nos compete fazer, desde que se acha desempenhado o dever do presente. Previnamos – desassombrados – o que teríamos de remediar um dia – angustiados. Cuidemos em reduzir á impotência as invasões do mal e **cada patriota, cada Brasileiro contribua com as suas luzes, com seus esforços, com seu óbolo**, para alcançar-se o salutar e grande desideratum. (Jornal *O Conservador*, edição 11, 27/06/1877; ênfase adicionada)

Nesse editorial, *O Conservador* comporta-se como muitos outros jornais a ele contemporâneos na leitura de seu tempo via modernidade: mescla argumentos da ciência e da religião. Órgão constitucional e católico – embora não pertença à Igreja –, *O Conservador* é por ela influenciado. Essa marca se faz presente no seu discurso pelo léxico empregado, quando funde os dois elementos citados numa tentativa forçada de conciliação entre eles.

Caetano Filgueiras era natural da Bahia e foi redator de jornais também no Rio de Janeiro. Em 1862, foi nomeado presidente da província de Goiás pelo imperador D. Pedro II.

10 O jornal deve estar se referindo à seca de 1877, que atingiu mais severamente a província do Ceará. Diante desse problema, foi criada uma comissão imperial para desenvolver medidas preventivas contra futuras secas, entre elas a construção de açudes.

Embora não negue a modernidade, a leitura que faz dela é, notadamente, via religião. Esse comportamento, que pode soar contraditório, é típico desse período, de incertezas, de mudanças, em que forças diversas convivem paralelamente em busca de se firmar no jogo social.

Esse olhar que se pauta pelo misto entre antigo e moderno está igualmente presente na noção de gênero que perpassa o texto: aos homens cabe a tomada de decisões, a direção da vida pública. A “pintura” do presidente da então província da Parahyba do Norte, Esmerino Gomes Parente, é divinizada; a tarefa que lhe cabe como administrador da província – atender a população prejudicada pela seca – é deslocada do campo da política para o da benevolência: representado como salvador, ele dá pão e água a quem precisa, tal qual Jesus.

No fragmento em análise, a convocação feita à população para o atendimento aos flagelados da seca se dá em nome do patriotismo, sentimento que ganha força no século XIX sob o pretexto de expansão territorial e defesa de fronteiras. Assim, na história do Brasil, ganharão destaque os “heróis da pátria”, os “grandes homens”, aqueles que lutaram na Guerra do Paraguai em defesa da “pátria¹¹-mãe”.

A imprensa que illumina e guia os governos, á imprensa, sobre tudo, cabe nesta empreza conspicuo papel. **Em suas paginas** de facil accesso se **ventilarão todas as ideas** e alvitres acceitaveis, e ella tomará assim a iniciativa dos grandes melhoramentos do sertão.

Pela nossa parte, damo-nos pressa em aventar na Parahyba os mais proficuos alvitres para amesquinhar no futuro os horrores da sêcca. São elles **a construcção de grandes açudes, e a perfuração de poços artesianos, a semelhança dos que fertilisaram os areaes inhospitos da Argelia.**

Dependendo o primeiro meio das chuvas, e ficando os açudes sujeitos a evaporação das quadras calmosas, inclinamo-nos com enthusiasmo para o segundo expediente, menos vulgar, porem decididamente preferivel por não estar dependente d'aquellas condições atmosphericas. E para que os nosso leitores comecem desde já a compenetrar-se das vantagens multiplas e seguras do emprego dos poços artesianos no sertão transcreveremos aqui a parte competente do bello e **scientifico discurso** proferido sobre o assumpto na Sessão de 21 de Maio, na Camara dos Srs. Deputados, pelo distincto Capitão de Fragata Eusébio José Antunes, nosso particular amigo e companheiro de redacção no Diario do Rio de Janeiro em 1867.

[...]

O Sr. Antunes:

As sêccas das provincias do norte são periodicas; é um factu conhecido e assignalado.

No Ceará principalmente isto se da frequentemente: as outras provincias nao soffrem na mesma proporção.

Em 1859 ou 1860, em consequencia da calamidade que affligiu aquella provincia por um igual factu, publiquei no *Diario de Pernambuco* alguns artigos, chamando a attenção do governo para a conveniencia de ensaiar-se alli o systema de poços artesianos, que com excellento exito tinha sido experimentado nos arenosos terrenos

11 Pátria é uma palavra do século XVI que só assumiu um sentido mais forte, mais rico, mais amplo no século XIX, apoiando-se sobre a realidade da nação. Cf.: Febvre (1998, p.56).

do Sahara argelino desde 1856 pelo general Descaux.

Com uma **despeza insignificante**, Sr. presidente, o **governo francez** pode conseguir **transformar** aquellas aridas regioes em terrenos fertes, fixando nelles as tribos nomades, que não limitarão mais a sua cultura ás palmeiras do deserto, e poderão com vantagem comprehender a plantação do algodão, da vinha, etc. [...] (Jornal *O Conservador*, edição 11, 27/06/1877; ênfase adicionada)

Com o intuito de convencer a opinião pública da maior eficiência do sistema de poços artesianos como reservatórios de água, *O Conservador* sai em defesa deles recorrendo ao “scientifico discurso” de Eusebio José Antunes, que se baseia em casos franceses e americanos – haja vista não só o êxito dessas experiências, mas para respaldar seus argumentos –, dada a imagem de sucesso que França e Estados Unidos tinham no cenário técnico-científico oitocentista. Sumariamente, a intenção do jornal – a despeito dos elogios desprendidos ao presidente da província – é criticar a ação do governo no combate aos efeitos da seca, que é sempre de caráter provisório.

Em Chicago, nos **Estados Unidos**, tambem os poços artesianos têm prestado grandes serviços: alli, nessa cidade que é uma **maravilha do progresso americano**, os poços tem 233 de profundidade e dão 5,667.000 litros de agua clara e fresca, por 24 horas.

Elles oferecem uma anomalia, cuja explicação os geólogos ainda não encontrarão: são abertos em um prado cercado igualmente por uma região inteiramente plana: o ponto de infiltração que fornece esta agua deve, portanto, achar-se em uma montanha ou collina elevada á grande distancia. Estas informações são ainda de Figuiet¹², em sua **interessantissima e moderna obra** *Les merveilles de l'industrie*. [...] É por isso, Sr. Presidente, que julgo conveniente que o governo, aproveitando o credito que lhe é concedido para minorar os males da sêcca, procure prevenir a repetição destas scenas, que sempre são fataes, empregando na perfuração de poços artesianos artistas peritos, e as **sondas engenhosamente construídas** para este fim. Se os soccorros promptos podem arrebatar à fome milhares de concidadãos nossos, elles são todavia inefficazes para destruir os perniciosos effeitos dessas emmigrações em massa que perturbão consideravelmente as condições sociaes e economicas das provincias assoladas pelo flagello.

Limito-me a estas palavras, esperando que o governo imperial tomará em consideração o que acabo de fazer.

(Muito bem.) (Jornal *O Conservador*, edição 11, 27/06/1877; ênfase adicionada)

Outra questão é ainda pertinente no texto: o papel da imprensa. Elemento símbolo da modernidade, a imprensa ou tipos móveis surgiu no século XV pelas mãos do tipógrafo alemão Johannes Gutenberg. O aparecimento dos jornais, datado desde finais do século XVII, foi impulsionado pela invenção desses tipos, que permitiam impressão em larga escala, e pela emergência da esfera pública burguesa, que necessitava de informações para a realização de trocas comerciais.

12 Guillaume Louis Figuiet foi um escritor e divulgador científico francês. O livro *As Maravilhas da Indústria* é dividido em quatro tomos e aborda processos das indústrias química, agrícola e alimentar.

O jornal passou a representar, assim, um novo espaço para o debate público, que para ele foi deslocado das praças e de outros ambientes de sociabilidade – salões, cafés, clubes. No Iluminismo, foi um suporte utilizado por personas como Voltaire, Diderot e Mirabeau para questionar a organização social. Durante a Revolução Francesa, de inspiração Iluminista, foi fundamental para seu encaminhamento.

Nas fontes que compõem este trabalho, a imagem compartilhada pelos periódicos, em geral, é a da imprensa como difusora de luzes – sinônimo de conhecimento. Exemplo disso é o jornal paraibano *Correio Noticioso*¹³:

A Imprensa

Estamos no ultimo periodo do seculo XIX.

A humanidade contempla extasiada a **locomotiva do progresso**, que caminha...

Seu traçado é infiito: **a imprensa, seu pharol.**

Ondas de luz derrama a imprensa por toda a parte.

Luz benefica, luz sublime, que projecta nas telas do futuro as glorias do passado.

Christo, o Rei Divino, pregou – a **igualdade.**

Guttemberg, o nobre humano, proclamou – a **liberdade.**

Já no Sinay a Omnisciencia havia legislado nas duas paginas do grande livro dos povos.

A mae-vos como irmãos em honra de nosso Pai Eterno.

E á imprensa, como **semi-dea do progresso**, coube a sublime missão de reproduzir o edicto de um Deos.

Baluarde das modernas idéas, tende ella á realisação dos grandes principios civilisadores.

Os mais arrojados tentamens do homem hão echoado nos prélos.

Em 1440 disse o homem ao mundo:

– Lêde!

E por toda a parte soletrou-se o nome da imprensa e irradiou a luz benefica da publicidade.

E as gloriosas tradições de remotas eras, que já se iam sumindo, sob camadas e camadas de pó dos séculos, reviveram para sempre ao livre bafejo de Gottemberge – bafejo que é como um sello de eternidade.

Não é o bronze de Moguncia, nem os festejos centenares de Strasburgo que nos relembra a historia d'este genio.

Cada folha de um livro, cada pagina de um jornal, nos canta um poema em honra do seculo XV, nos recita uma epopea em louvor do inspirado filho da Germania.

Sagrada missão a da imprensa...

(Do "Trabalho." S. Paulo.) (Jornal *Correio Noticioso*, edição 594, 07/12/1876; ênfase adicionada)

A aceleração do tempo histórico, presente na imagem do progresso como uma locomotiva, confere ao homem moderno o posto de senhor do seu destino, independente de uma interferência divina. O progresso, fruto da ação humana, à semelhança de uma locomotiva¹⁴ – veloz, sempre em frente –, tem na imprensa um farol, que seria, assim como a

13 Publicado na tipografia de Joaquim João da Silva Braga, sobre quem não foi possível recolher detalhes.

14 Walter Benjamin também utilizou a imagem da locomotiva como representante do progresso em marcha,

educação, uma promotora de civilização.

Projetar nas telas do futuro as glórias do passado implica partir de um espaço de experiência que não é mais valorizado no tempo moderno. Para Koselleck (2006), a modernidade vai desprezar o passado como referencial para a construção do futuro. No horizonte de expectativa, passado e presente dão lugar a uma busca incessante pelo que está por vir.

O *Correio Noticioso* apresenta, diante disso, a crença num passado de glória que precisa ser perpetuado. O próprio Gutenberg é um deus a quem caberia essa responsabilidade, cuja execução seria dada pela imprensa. Na ótica moderna, conforme exposto acima, essa concepção mudou. O tempo é baseado na expectativa, não mais na experiência.

Na leitura do *Correio Noticioso*, percebe-se, assim, uma mescla entre elementos modernos e religiosos – que tão bem caracterizou o modo de experimentar a modernidade no Brasil –, tanto na concepção de tempo, quanto na construção das figuras de Cristo e de Gutenberg. Este, assim como o outro, é divinizado. Como figura moderna, o valor de Gutenberg centra-se na tarefa de difundir as ditas luzes e, por conseguinte, conduzir a locomotiva do progresso via imprensa.

A história da imprensa, nessa concepção, é escrita por homens, a quem coube o domínio da palavra e, conseqüentemente, a garantia de expressar ideias nesse novo espaço de legitimação da opinião pública. No século XIX, porém, as mulheres vão, paulatinamente, compondo o corpo de escritores que se comunicam publicamente via jornal¹⁵.

Retomando nossa discussão sobre a modernidade guiada pela comparação entre as nações, apresentamos ao leitor o registro dado pelos periódicos às exposições universais, *locus* onde a modernidade se configura em espetáculo, eventos nos quais essa modernidade é materializada em artefatos que exprimem a técnica das produções industriais e alimenta a acirrada competição entre os povos na corrida rumo ao progresso.

Palcos de divulgação de ideias de modernidade e de modos de vivê-la, as exposições universais¹⁶ da indústria surgiram após a Revolução Industrial no país que a encabeçou, Inglaterra, em 1851, por iniciativa do príncipe Albert, marido da rainha Victoria. Tiveram propósitos sobretudo econômicos – divulgar e internacionalizar os produtos industrializados

porém, uma locomotiva descontrolada que conduziria o homem à destruição.

15 A atividade das mulheres escritoras na imprensa será tratada mais detalhadamente no capítulo 2 desta dissertação.

16 Essa universalidade seria assegurada pela abrangência de itens expostos no evento e pela internacionalização (participação de nações estrangeiras).

produzidos na época –, funcionando como vitrines do progresso das nações expositoras.

Celebravam o que havia de mais moderno na produção industrial europeia, as máquinas, as facilidades da vida moderna (via auxílio das máquinas), as possibilidades e técnicas de alguns materiais, como ferro, aço e vidro, o progresso das nações¹⁷, a racionalidade e criatividade humanas, a ciência, o novo. Compreendemos essas exposições como epíteto da modernidade, capaz de agregar muitos outros que também se referem a essa época histórica.

A partir delas, “o progresso era algo passível de ser verificado: máquinas novas, inovadores processos, inventos surpreendentes modificavam o mundo” (PESAVENTO, 1997, p.15). Estavam afirmados, assim, o pretensão domínio do homem sobre a natureza, a transformação do natural em artificial, a visão positiva do progresso, o qual “sublinha as diferenças entre os países que se apresentavam nesses eventos.” (HEIZER, 2010, p.2)

Se para a Europa as exposições funcionavam como vitrines do progresso, dando a ver o que havia de melhor na produção industrial, para o Brasil a participação em exposições figurava como tentativa de desvincular do país a imagem de exotismo ou de atraso, posta sua condição de escravagista e agrário. Enquanto a Europa buscava (a)firmar sua soberania industrial, o Brasil travava um embate para também parecer moderno.

Na análise de Pesavento (1997, p.17), o Rio de Janeiro, então sede da Corte, “era a porta de entrada da modernidade para o país, bem como o centro irradiador de uma certa imagem da nação e de suas potencialidades para os grandes certames que se realizavam no exterior”. Sem discordar da autora, acreditamos também que, apesar de a modernidade adentrar o país pelo Rio de Janeiro, isso não impedia que outras províncias tivessem – e fornecessem – acesso, ainda que pela imprensa, à experiência moderna.

Na Paraíba, o jornal *O Liberal Parahybano* é representativo nesse sentido, tendo em vista ter sido um espaço frequente de discussão dessas exposições universais. Em suas edições, de circulação semanal, ele mantém uma seção não assinada intitulada *Correspondencia*, na qual um representante internacional reporta acontecimentos ocorridos sobretudo na França. Na edição de 30/08/1879, a referida coluna informa os leitores sobre a abertura da Exposição Universal de Paris de 1878.

Essa exposição, que teve *Agricultura, Artes e Indústria* por tema, foi a terceira

17 Quanto mais industrializado fosse o país, assim pensavam, mais avançado ele seria. Por isso essa corrida desenfreada para exibir máquinas e produtos delas derivados. A necessidade de afirmação se dá também pela comparação entre as nações e está relacionada à competição pelo domínio do mercado capitalista. Para mais informações, ver Koselleck (2006).

exposição universal abrigada na capital francesa e pensada com a finalidade de demonstrar ao resto do mundo a recuperação econômica e a pujança industrial da França depois da crise causada pela derrota na Guerra Franco-Prussiana de 1870. Acompanhemos o primeiro trecho da narrativa:

A cerimonia era para as duas horas da tarde. Cheguei ao meio-dia. Os trabalhos não estão de todo terminados e a instalação dos expositores não é completa. Entro, e deparo logo com **a cabeça da magestosa estatua da Liberdade illuminando o mundo**, cabeça tão volumosa que varias pessoas podem entrar n'ella sem difficuldade. Nos jardins estão **os novos productos agricolas e as machinas**. Ahi é que se procederá todos os dias a experiencias de **illuminação electrica, extinção instatanea dos incendios, navegação aerea** etc. N'um dos lados ergue-se o pavilhão do Presidente da Republica, elegante construcção composta de varios salões e de um formoso jardim de inverno. Atravesso rapidamente as compridas galerias, apinhadas de maravilhas que terei tempo de examinar mais tarde, e estou presente á cerimonia de inauguração, que foi feita pelo senador Julio Simon, o qual pronuncia entre applausos um discurso admiravel. Á noute, os principaes espositores, os representantes da imprensa e o jury da Exposição assistirão a um lauto banquete. (Jornal *O Liberal Parahybano*, edição 47, 30/08/1879; ênfase adicionada)

De autoria do escultor francês Frédéric Auguste Bartholdi, a cabeça da Estátua da Liberdade foi o símbolo dessa exposição e tinha como objetivo “expressar o pensamento de amizade duradoura entre os povos. A cabeça é um lugar panorâmico construído para receber visitas. Foi oferecida aos Estados Unidos em 1886, em homenagem à Constituição Americana.” (GOMES, PICCOLO & REY, 2011, p.5)

A estátua, cuja tocha é um representativo do primeiro pilar da Revolução Francesa, tem a cabeça descrita pelo repórter como majestosa, cheia de luz, volumosa. Chamamos a atenção para os adjetivos que a caracterizam porque esses qualificativos nos dizem muito da opinião do redator do texto e do jornal no qual a notícia está inserida.

A cabeça da estátua – a racionalidade a ela implícita – ilumina o mundo com suas ideias. Centro difusor de modernidade, a França, sem dúvida, encontrou meios para distribuir seus ideais, os quais eram apropriados pelos povos que com eles tomavam contato. Para os Estados Unidos, enviou a estátua bartholdiana.

Figura feminina, *A Liberdade Iluminando o Mundo* encarna também um outro lugar tecido para o feminino no século XIX, qual seja o de simbolizar o novo. Em oposição a ícones masculinos, significando dominação e atraso, o elemento feminino foi escolhido pelos revolucionários franceses (conferir a famosa pintura *A Liberdade Guiando o Povo*, de Eugène Delacroix, na qual a mulher é o epíteto da própria liberdade) para abrigar a liberdade, a república e a pátria. Assim como a imprensa, com sua tocha, ela ilumina os caminhos guiando

os povos na senda do progresso.

Sobre a cerimônia de inauguração, destacamos que o governo brasileiro se fez representar nas exposições universais desde 1862, quando se apresentou em Londres. De acordo com Pereira (1992, p.2), “desde as duas primeiras exposições universais, realizadas respectivamente em Londres, 1851, e Paris, 1855, os europeus começam a entrar em contato com algumas matérias-primas e produtos manufaturados brasileiros.”

Mais do que se inserir no circuito de nação civilizada, o Brasil via na participação dessas exposições um modo de vender seus produtos agrícolas, de alargar suas fronteiras comerciais. Nesse novo contexto pós Revolução Industrial, era importante compor o mercado de negócios. Se o Brasil não podia exibir máquinas ou produtos industrializados, se aproveitava desse cenário para atrair investidores e abastecer os países produtores com as matérias-primas de que eles precisavam.

Nesse sentido, era presença natural nas exposições não só empresários – que recebiam apoio do governo para custear as despesas decorrentes do evento –, mas também políticos e jornalistas. Por outro lado,

Mesmo quando, por razões econômicas ou políticas, o governo não organiza pavilhões específicos reunindo os produtos brasileiros – constituindo uma representação oficial –, empresários, homens de negócios, cafeicultores, cientistas, engenheiros e arquitetos participam de colóquios internacionais – como os realizados pela primeira vez no âmbito das exposições de Viena, em 1873, e Paris, em 1878 – ou organizam às suas próprias expensas a exposição dos seus produtos, como ocorre, por exemplo, na exposição de 1889, igualmente em Paris. (PEREIRA, 1992, p.2)

Continuando a descrição do evento, prossegue o correspondente:

Ha mezes, em Londres, ou melhor, nos arredores da grande capital, inaugurou-se uma "Exposição permanente de Bellas-artes e industria", no **Palacio de Crystal**. Então não seria possível decidir os nossos patricios a figurarem n'esses utilissimos e pacificos certamens? Então **esses grandes concursos**, em que se apresentam homens de todos os paizes, não podião ser para nós os Brasileiros, uma occasião de tornarmos mais conhecidos os nossos productos? Imaginem que em todas essas Exposições o Brazil figura-se. Em breve, os seus productos serão mais apreciados, as encomendas se multiplicarão, o trafico augmentaria, e o nosso commercio acharia uma nova sahida. Pouco a pouco o café, o algodão, o assucar, os couros seccos e salgados, a borracha, o fumo, o mate, o cacao, a cachaça, a tapioca, as madeiras, a crina e a lã, o ouro e os diamantes, a popaya e todos os demais productos das diversas provincias serião devidamente apreciados, e as transacções aumentarião de um modo — (ilegível)

Para realizar tal progresso é --- (ilegível) o concurso do governo. Basta os particulares ficarem compenetrados d'essa necessidade, e dirigirem-se pessoalmente aos organisadores d'essas exposições, os quaes, **mediante diminutissimas quantias**

hã de encarregar-se de instalar as suas amostras, transmitindo-lhes todas as informações necessárias. **É o que fazem os demaes paizes.** (Jornal *O Liberal Parahybano*, edição 47, 30/08/1879; ênfase adicionada)

No imperativo de uma autoafirmação, as exposições universais precisavam de símbolos que “encarnassem” a modernidade que elas representavam. Assim, cada cidade-sede erguia um monumento ícone para abrigar o evento. Na primeira delas, em Londres, veio a público o Palácio¹⁸ de Cristal, “que com uma moderna construção de ferro e vidro demonstrou ao mundo do que era possível a feliz combinação da ciência, da técnica e da indústria.” (PESAVENTO, 1997, p.53)

Torna-se clara a compreensão da intencionalidade associada à construção dessas obras quando tomamos a própria exposição como um espetáculo. Assim, a exposição “[...] não é somente a apresentação de técnicas novas ou laboratório de inovação, ela é também representação. Ela participa da ostentação. [...]” (CARRÉ, 1989, p.35)

Na acirrada disputa entre as nações pelos títulos de mais moderna e de mais civilizada, construções como o Palácio de Cristal eram erguidas para demonstrar não só as capacidades do engenho humano, mas para afirmar a soberania de um povo. A utilização de ferro e vidro e os processos técnicos empregados consolidam também o espírito da Revolução Industrial, com a produção de peças em série e pré-fabricadas, o que significa controle e otimização (redução) do tempo, força, solidez, durabilidade.

O ferro foi o primeiro material artificial empregado na arquitetura moderna (BENJAMIN, 1985). “Evita-se o ferro nas moradias, mas ele é empregado nas galerias, salas de exposições e estações de trem – construções que serviam para fins de trânsito. Simultaneamente se amplia o campo de aplicação arquitetônica do vidro” (BENJAMIN, 1985, p.32). Num equilíbrio de forças, enquanto o ferro abriga as mercadorias, representando a racionalidade, a força e a solidez, o vidro, com sua translucidez, as expõe e as protege. Não à toa ter sido a matéria-prima da Torre Eiffel¹⁹, fruto dessas exposições e presente até nossos dias.

Apesar de produzida apenas com ferro, a transparência da obra, que em outras construções é garantida pelo emprego do vidro, é mantida. Na avaliação de Pesavento (1997,

18 Após a exposição de 1851, o Palácio foi trasladado a outra área de Londres para servir de abrigo a concertos e outras atividades culturais, até ser destruído por um incêndio em 1936. No Brasil, inspirou a construção do Palácio de Cristal de Petrópolis (RJ, 1884), cuja estrutura pré-montada foi fabricada em Paris, e da estufa do Jardim Botânico de Curitiba (PR, 1991).

19 Construída especialmente para a exposição de Paris de 1889, em comemoração ao centenário da Revolução Francesa, o que revela o caráter também nacionalista desses eventos.

p.55), a Torre, “apontando para os céus de Paris, encarnava não só uma nova concepção de mundo, mas se constituía num próprio monumento à racionalidade, ao moderno e ao progresso técnico”, ou seja, ela é a materialização das ideias de um tempo.

A Torre²⁰ simboliza também o fálico, sempre ereta, apontando em direção ao infinito, rompendo as barreiras do tempo, um representativo de soberania que a França projetava de si para o resto do mundo. Símbolo de um século – e hoje da própria capital francesa –, a Eiffel, com 300m de altura, era a construção mais alta de seu tempo, fato que afirmava não só o desenvolvimento da arquitetura, mas o triunfo da racionalidade humana.

Aprovando o exemplo inglês, que teve a iniciativa de inaugurar uma exposição permanente de belas artes e indústria no Palácio de Cristal, o jornalista convoca os brasileiros a tomarem uma atitude, haja vista a utilidade (de oportunidades comerciais) desses certames, concursos que representavam ferrenhas disputas entre as nações que ali estavam por mercados consumidores, concorrendo ao posto de soberania.

Esse pensamento, que se quer único pelo redator, não era, todavia, unânime. Rui Barbosa, por exemplo, era um opositor tenaz à famosa tradição agrária brasileira, já lutando por um espírito mais científico e industrial dentro do Brasil em seus pronunciamentos políticos. Para ele, insistir na tradição agrária significava manter o país em situação de atraso em relação àqueles já industrializados.

As exposições eram também lugar de encontro, no qual as pessoas circulavam contemplando vitrines. Esses espaços eram estratégicos para a apresentação de novidades e para despertar o desejo de comprar, movimentando o mercado consumidor. Não é à toa que em algumas ocasiões foram conhecidas como festa e espetáculo. Alguns autores citam também o caráter pedagógico desses eventos (ver Kuhlmann Júnior, 2001; Pesavento, 1997; Heizer, 2010).

Diante disso, podemos falar de uma exaltação à produção mecanizada ou fetichização da mercadoria, conforme aponta Walter Benjamin (1985), para quem as exposições eram um centro de peregrinação para esse culto. Como lugar de sociabilidades, as exposições seriam, por excelência, o ambiente do *dandy* ou *flâneur*, pela classificação do poeta francês Charles Baudelaire. O *dandy* seria alguém que anda a esmo pelas ruas, a contemplar vitrines. Nas palavras de Pesavento (1997, p.28), ele é “um diletante, um vagabundo, um boêmio, que não

20 Objeto para ser olhado, como qualquer outra mercadoria exposta nas vitrines das galerias, a Eiffel não foi erguida com vistas a uma finalidade específica. Quando construída pelo engenheiro e arquiteto francês Gustave Eiffel, não aspirava à perenidade e foi rejeitada por muitos parisienses.

procura atingir outro fim senão o de celebrar por tudo e sempre a glorificação das aparências, da beleza e das sensações.”

Juntamente com o *dandy*, era possível encontrar empresários e curiosos, que representavam as multidões maravilhadas desfilando “pelas exposições, admirando os prodígios da engenhosidade do homem e atraídas pela mística do novo, do fantástico e do exótico” (PESAVENTO, 1997, p.45). O *Guide Bleu du Figaro et du Petit Journal*, publicado para orientar os visitantes da Exposição Universal de Paris de 1889, assim se pronunciava:

Com que espírito é preciso visitar a Exposição? É preciso vê-la com o mesmo espírito que presidiu a sua organização: é preciso vê-la para se instruir e para se divertir. Ela é para todo mundo, para todas as idades, para os sábios, assim como para os menos instruídos, uma incomparável 'lição de coisas'. O industrial aí encontra os modelos dos quais ele saberá aproveitar. O simples passante aí toma uma idéia geral e suficiente das maravilhas, sempre em progresso, da indústria moderna [...] (*Guide Bleu du Figaro et du Petit Journal*. Paris. Exposition de 1889, p.5)

Na citação é evidente o apelo ao caráter pedagógico e lúdico das exposições, que podiam servir, a depender dos interesses, a todo público, inclusive ao *flâneur* (o simples passante), que pode se atualizar das últimas novidades. Estas, referidas como “maravilhas, sempre em progresso” nos fazem refletir sobre algumas questões típicas da modernidade.

A primeira delas é a recorrência a palavras que exprimem grandeza e fuga ao ordinário, ao comum das coisas, pois, sob a lógica moderna, o que está por vir é, necessariamente, melhor do que o passado, que deve, por sua vez, ser sempre superado. Vive-se, tal como postula Koselleck (2006), uma aceleração do tempo histórico, que nega o passado e passa pelo presente em busca do futuro.

A segunda é a apropriação do termo “progresso”, que, ao se remeter à ideia de uma marcha incessante, do presente para o futuro, traria como consequência uma realidade, por si só, maior e melhor que a anterior. Essa aposta no progresso ilimitado, tipicamente racionalista, estaria relacionada, segundo Pesavento (1997, p.44), à “confiança nas potencialidades do homem no controle da natureza”, à “fé nas virtudes da razão” e ao “caráter positivo das máquinas.”

Observe-se que o pretense controle da natureza se dá por meio da máquina, tendo o homem como guia, ao transformar o natural em artificial. Nesse sentido, o artificial, por ser produto do trabalho humano, adquire maior valor de apreciação do que o natural, que não foi moldado pelo intelecto. A fé é dirigida do homem para o próprio homem, capaz de conduzir a

si mesmo pelas virtudes da razão. A crença e a fé válidas são apenas aquelas investidas para a racionalidade humana, que tem o progresso como meta.

Nesse debate, insere-se ainda o historiador John Bury, para quem a ideia do progresso é “uma teoria que contém uma síntese do passado e uma previsão do futuro. Baseia-se numa interpretação da história que considera o homem caminhando lentamente. [...] em uma direção definida e desejável e se infere que este progresso continuará indefinidamente.” (BURY, 1971, p.6-7)

Nesse aspecto de compreensão do progresso, as ideias de Bury (1971), Pesavento (1997) e Koselleck (2006) parecem bastante aproximadas, ao comungar de valores como foco na racionalidade humana, capacidade de transformar o natural em artificial, soberania da máquina, avanço social e manipulação do futuro, que “se antecipa como uma conquista assegurada.” (PESAVENTO, 1997, p.46)

Iniciadas no século XIX, as exposições internacionais existem até hoje. Segundo Gomes, Piccolo & Rey (2011, p.8), perderam o brilho inicial com a eclosão da Primeira Guerra, “tornando-se mais espaçadas e menos divulgadas”. Naturalizadas as inovações tecnológicas, foi-se o caráter de promotoras da ciência e da técnica.

A Exposição Universal e Internacional de Paris em 1900 marcou o final das exposições universais com esse propósito, pois “as invenções tecnológicas apresentadas nas exposições anteriores tinham passado a fazer parte da rotina diária, como o telefone, o cinema e o automóvel. Além do mais, a indústria tinha-se desenvolvido e especializado de tal forma que já não podia ser retratada numa só exposição” (LOPES, 2007, p.103). No estágio da modernidade em que se encontravam já no início do século XX, esse tipo de exibição não era mais exigido. Os países passaram a se basear em outros referenciais e criaram outras formas de dar a ver a sua pujança.

2. Pelo viés da religião: um outro modo de ler a modernidade

No Brasil Império, é conhecida a aliança entre Estado e Igreja Católica, estabelecido o catolicismo como religião oficial pela constituição de 1824. Por meio do padroado²¹, tradição

21 Instrumento jurídico tipicamente medieval que possibilitava um domínio direto da Coroa nos negócios religiosos, especialmente nos aspectos administrativos, jurídicos e financeiros. Porém, os aspectos religiosos também eram afetados por tal domínio. Padres, religiosos e bispos eram também funcionários da Coroa portuguesa no Brasil colonial. Isto implica, em grande parte, o fato de que religião e religiosidade eram também assuntos de Estado (e vice-versa em muitos casos). Disponível em: <http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/glossario/verb_c_padroado2.htm>. Acesso em 18 jul. 2016.

herdada de Portugal, Estado e Igreja se beneficiavam da administração pública. Esse acordo, em vigor no Brasil desde o período colonial, foi de fundamental importância para o catolicismo, que precisava ampliar suas bases e, mais do que isso, reforçá-las, tendo por resposta a disseminação da contrarreforma.

Assegurada a exclusividade de culto, o catolicismo garantia um maior espaço frente a outras religiões, fixando com mais profundidade suas raízes em terras brasileiras. O Estado, por outro lado, conseguia exercer um maior controle sobre a Igreja, unindo os poderes secular e espiritual. Instrumento jurídico que era, o padroado atribuía ao imperador a responsabilidade pela construção de templos, pela indicação de sacerdotes e bispos a cargos públicos e pelo sustento deles, como se fossem funcionários do governo.

Tamanha era a interferência entre as partes, que o monarca tinha o direito, via beneplácito régio, de validar ou não as determinações do Papa destinadas ao clero e aos fiéis e que ele considerasse atentatórias à sua autonomia. Apesar do aparente bom relacionamento, Igreja e Coroa vinham se desentendendo na disputa pelo poder.

Após uma série de desgastes, que envolvem a revisão do padroado, a expulsão dos jesuítas do Brasil, que tornou a educação laica – decorrente das reformas pombalinas –, até culminar na Questão Religiosa, os laços entre religião e Estado foram legalmente desfeitos somente com a proclamação da república. A partir de então, o Estado se tornaria laico, concedendo também uma maior liberdade de culto a outros credos.

No contexto da modernidade, outras causas mais pontuais teriam abalado a imagem da Igreja e sua proteção política do Estado: na Europa, as repúblicas estavam se tornando uma realidade; ideias revolucionárias – antimonarquistas e anticlericais –, impulsionadas pelo Iluminismo e pela Revolução Francesa, já se faziam presentes no Brasil na forma de rebeliões e de movimentos separatistas; do Partido Liberal era forte a pressão pela queda da monarquia. Somem-se ainda o Positivismo e a maçonaria.

Mais que uma influência política, a religião, na figura do catolicismo, desempenhou no Brasil um papel de agente moralizador, regulador de condutas. Difundiu representações e modos de ser, sedimentando rígidos padrões para o feminino e o masculino. Nas publicações jornalísticas, é nítida sua presença como lente para leitura da realidade, inclusive dos elementos da experiência moderna, encarados como um perigo.

Na imprensa paraibana oitocentista, enquanto algumas publicações são assumidamente veículos da Igreja Católica, outros são assim identificados pela assinatura do

redator, pela epígrafe, pelos assuntos que noticiam e pelo modo como os reportam. Outras, ainda, mesmo sem cunho religioso, deixam transparecer uma interpretação da realidade embasada na fé cristã, oscilando entre o sagrado e o profano.

Nesse aspecto, vejamos como em um mesmo jornal são possíveis representações distintas de uma mesma temática. A seguir, duas diferentes leituras sobre a comemoração do Natal. A primeira consta na parte editorial do jornal *A Ideia* e não está assinada. A segunda, pertence à seção *Folhetim*, de responsabilidade de Mephistopheles, uma das múltiplas vozes que falam por meio desse jornal:

Parahyba, 23 de Novembro de 1879

Approxima-se o aniversario de um grande dia.

25 de dezembro, é este o dia que a natureza saúda em suas galas e a humanidade bem diz em suas alegrias.

É que elle assignala ao genero humano uma epocha de prosperidades, é que elle clariou o berço de sua regeneração, é que finalmente, indica, o apparecimento de um **personagem extraordinario**, que veio transtornar as suas doutrinas, confundir a sua **philosophia**, reformar a sua moral e, por sublymes misterios de amor e de graça, **derrogar as proprias leis que regulão a materia**, por que esse **personagem maravilhoso que possuia o segredo de todas as sciencias** era Jesus Christo.

[...] Elle se annuncia, é verdade, por um **legislador sublime**, assim como por vividos clarões se faz annunciar o rei do dia; a luz de sua divindade appareceu no Sinay para mostrar a idolatria que era chegada a hora de sua queda, porem, para sentar as bases **dessa religião, a mais santa**, para a predica **dessa doutrina, a mais pura**, elle apparece depois em uma pequena cidade da Judéa, sob a forma humana e tendo o mais humilde nascimento!

Quem diria, quem poderia nunca esperar que o Filho de Deus, á cujo aceno o Universo se curvaria, nascesse em uma estribaria!

Poderião isto esperar os adoradores de um deus dissoluto como Bacho, de um deus sanguinario como Marte, ou de uma deusa prostituída como Venus?

Poderião os devotos dos templos de Priapo e de Cybele, das Bachanaes e das Sartunaes, das festas Lupercaes e dos espetaculos dos circos, onde a magnificencia e o luxo disputavão com a devassidão e com a barbaria, esperar de um deus tanta humildade e abnegação? (Jornal *A Ideia*, edição 4, 23/12/1879; ênfase adicionada)

Na primeira passagem, o autor lança um olhar religioso sobre a importância do Natal. A figura de Jesus, central no argumento, é mesclada a elementos que remetem ao cientificismo próprio da época. Ele seria um personagem capaz de transitar entre a religião (o espiritual) e a ciência (o material), configurando uma indefinição de fronteiras tão própria desse período, em que antigo e moderno se confundem.

À semelhança de um cientista, Jesus é apresentado como aquele que derrogaria “as proprias leis que regulão a materia”, que possuía “o segredo de todas as sciencias”. Embora o texto enalteça a figura de Cristo, ele oferece também um pouco da discussão científica, inerente à modernidade, ao se remeter aos sérios conceitos newtonianos quando cita as leis

gerais da matéria.

Os deuses da Antiguidade Clássica, “dissolutos, sanguinários, prostituídos, devassos e bárbaros”, contrastam com a serenidade, a humildade e a abnegação de Cristo. Ao passo que a eles são atribuídas qualidades de má índole, Jesus – luz para a religião assim como a ciência o é para a modernidade – é o portador dos bons valores que devem ser pregados nas igrejas e que se deseja fortalecer.

Se essa pintura de Jesus era para agradar ao público ou para cativar as autoridades religiosas, não sabemos. O que fica evidente é a censura aos deuses clássicos e ao que suas festas representam: ebriedade, erotismo, excessos sexuais. Na Saturnália – festival romano em honra ao deus Saturno –, contudo, está a base do Natal²². Ela foi condenada pela “moral estóica, e depois [pela] cristã [...], especialmente em sua faceta de inversão dos valores e costumes, tal como aconteceu com outras festas pagãs.” (LEITE, 2006, p.108)

As características das deusas gregas e romanas também são ressignificadas. Vênus, símbolo do erotismo, da beleza e do amor, é reduzida à condição de adúltera, dado o relacionamento extraconjugal entre ela e Marte; Cibele, Deusa mãe, era amante de Átis. Mulheres no posto de deusas e que fogem à condição submissa e casta pregada pela Igreja parecem não agradar ao jornalista de *A Ideia*, de forma que as divindades foram por ele desmerecidas para não servirem de (mau) exemplo às possíveis leitoras.

FOLHETIM.

Leitor.

Approxima-se a grande festa de natal; está á bater-nos ás portas, e vem com todo o seu acompanhamento de pastorinhas.(como não são ellas interessantes!) annunciando-nos as mais agradaveis impressões.

Dizem que o melhor da festa é esperar por ella. Não sou desta opinião. O bom é ver o alvoroço no seu auge, todas as saias em movimento, as igrejas regorgitando de gente, que aos encontrões e em completa confusão prepara-se para a missa do gallo; não sendo possível nessa occasião conhecer-se quem por desabafo de coração dá um braço *forciori* n'uma jovem, ou um biliscãosinho amoroso. Tudo isto passa-se na vespera, ligeiramente é verdade, mas de um modo deslumbrante. E quando chega o dia da festa com que anciedade não são recebidos os pratinhos de pasteis, os bolos, os queijos e os differentes assados que nos apresentam, exhalando um cheiro provocador, e á que adicionamos uns copinhos de excellente vinho!... E ha quem diga que o melhor da festa e esperar por ella! Puff!!!

[...]

Boas festas nos venham das nossas lindas pastorinhas. (Jornal *A Ideia*, edição3, 13/12/1879)

No segundo trecho, o que impera, por outro lado, é a visão mundana da festa. Cristo

22 Segundo Leite (2006, p.107), “há quem diga que os cristãos do século IV apontaram o dia 25 de dezembro como o do nascimento de Cristo porque os pagãos já tinham esse dia como sagrado. Essa escolha evitaria o problema de eliminar um feriado muito popular e auxiliaria no processo de cristianização da população.”

não é o personagem mais importante dessa comemoração. Sob a pena de Mephistopheles, o Natal é uma oportunidade de se comer bem, e até de namorar; de celebrar o agora ao invés do que está por vir, exatamente como nas festas gregas e romanas – citadas na matéria anterior –, que cultivam os prazeres dos sentidos.

No Brasil do século XIX os jornais se caracterizavam, de maneira geral, pela efemeridade, pela periodicidade irregular e pela miscelânea de informações. Seja para informar, instruir ou divertir, um jornal repercutia notícias de outros jornais nacionais e estrangeiros. Notícias, contos, poesia, piadas, folhetins compunham as páginas dos periódicos, que tinham também por característica a semelhança com um livro, a pequena quantidade de páginas, a escrita sob anonimato, as epígrafes.

Na Paraíba, *A Ideia*, jornal em questão, apresenta-se como uma revista crítica, noticiosa e literária. De publicação quinzenal, tem seu primeiro exemplar datado de 1879. No arquivo consultado²³, encontramos apenas 5 edições: quatro de 1879 e uma de 1880. Uma epígrafe da primeira edição, de autoria de Eugène Pelletan (pensador francês, escritor, polemista e defensor do republicanismo), nos diz um pouco sobre o pensamento que permeia o jornal, ao enfatizar o Positivismo, doutrina comum a essa época e da qual o escritor francês citado era adepto. Na edição de 28/01/1880, temos uma descrição do Instituto Histórico Arqueológico Alagoano sobre a equipe²⁴ de *A Ideia*:

“A “IDEIA”.— Com este titulo sahio á plena luz da publicidade n'esta capital, um periodico redigido por uma pleiade de moços estudiosos, que sempre anhelantes de instrução, – nas horas de lazeres – procurão assim melhor cultivo ás letras do que se fazem dignos representantes e extremos deffensores. [...] (Jornal *A Ideia*, edição 5, 28/01/1880; ênfase adicionada)

Sob a batuta desses jovens estudantes de direito, ao que tudo indica, *A Ideia* tem em uma das autorias que compõem suas páginas uma escrita que costuma se identificar sob o pseudônimo de Mephistopheles (personagem satânica da Idade Média, tomada como sinônimo do próprio diabo. Conhecido também pela versão de Fausto do escritor alemão Johann Wolfgang von Goethe), o qual se autodescreve como “um homem sério, um homem de trabalho, dedicado exclusivamente ao serviço público”. Apesar de se considerar um homem sério, é sempre em tom jocoso que redige os artigos que assina.

23 Conferir o rico acervo on-line de publicações paraibanas oitocentistas:
<http://www.cchla.ufpb.br/jornaisfolhetins/acervo.html>

24 Sabe-se que era encabeçado pelo jornalista e político Eugênio Toscano de Brito, sobrenome tradicional na história oficial da Paraíba.

Mephistopheles trata, em sua coluna, de assuntos já discutidos em páginas anteriores de uma mesma edição, estabelecendo um diálogo entre eles, mas sob a pena do humor, da ironia, que tão bem caracterizam essa personagem. Talvez tenha sido a forma encontrada pelos redatores para falar de assuntos sérios mais jocosamente, sem que ninguém fosse penalizado por isso.

Nesse período de passagem da monarquia para a república, temos duas frentes de debates: uma, que se queria identificada com a nova onda de progresso, era favorável à queda do Império e à separação entre Igreja e Estado; outra, assumidamente católica ou não, reforçava o discurso em defesa da união entre essas duas instâncias. Nessa última categoria, encaixa-se o paraibano *O Conservador*. Acompanhemos a notícia sobre a Questão Religiosa, veiculada na edição de 29/09/1875:

O CONSERVADOR.

Ave, Cesar!

Deus illuminou o Imperador!

Sion despiu os vestidos de luto, e cessaram os balidos no aprisco!

Já não ennegrece os horisontes da patria a nuvem turva e fatal que o materialismo e a impiedade haviam extendido sobre o cruzeiro do sul! E a constelação brasilica, desassombrada de fuligens, tornou a irradiar com todo o esplendor, e foram seus raios beneficos, seus philtros patrioticos que coaram no animo imperial o balsamo da paz e da alliança!

D. Pedro II Defensor Perpetuo do Imperio da Sancta Cruz, usando da prerogativa que lhe confere a lei fundamental no §9. do art 101 acaba de conceder **amnistia plena aos bispos diocesanos de Pernambuco e do Pará que se achavam na côrte encarcerados em virtude de sentença judicial, extendendo a mesma graça aos seus substitutos no governo das respectivas dioceses, presos ou em via de processo**. Todos os alcunhados réos foram postos immediatamente em liberdade, seus nomes riscados para sempre do rôl dos culpados, e apagados, até os minimos vestigios, os suppostos delictos: – taes são os salutaes effeitos dessa magestática attribuição, que eleva o imperante, quando a exerce, a um **sublime instrumento da divindade!**

E na verdade o Imperador, cerceando assim a iniquidade accusatoria, não fez mais do que realisar, por mais uma vez, a famosa predicção do Christo: *Et portae inferi non praevalerunt adversus eam*²⁵! Embora rudemente combatidas, as portas da igreja brasileira resistiram ao tremendo choque, e eil-a de novo restituida aos seus dias de jubilo e de gala!

O “Conservador”, periodico essencialmente catholico, não pode eixar de junctar uma nota accorde ao enthusiastico *hosanna!* Que se levanta neste momento de todos os angulos do Imperio!

Não terá uma palavra amarga, uma só recriminação para lançar aos seus adversarios... Seus adversarios?... Não!

No immenso resfolegar das consciencias pias, na sincera alegria que, a esta hora, domina o coração dos brasileiros não crê o “Conservador” que se possa aponctar excepção. Essa excepção seria odiosa; seria antes detractiva do que abonadora das energias d'alma; porquanto podemos ser tenazes e (ilegível) na convicção de uma idea sem que essa tenacidade importe o prazer satânico de vermos soffrer os apóstolos adversos. (Jornal *O Conservador*, edição 4, 29/09/1875; ênfase

25 E as portas do inferno não prevalecerão contra ela (a igreja).

adicionada)

Fruto de desentendimento ocorrido entre Igreja e Estado no final do Segundo Reinado, a Questão Religiosa é mais um fato decorrente do desgaste de relacionamento entre aquelas instituições. A atitude dos bispos de Olinda e do Pará é reflexo do ultramontanismo, que teve por objetivo restaurar as bases romanas da Igreja, condenando a interferência do poder secular em suas decisões.

O ultramontanismo foi a resposta encontrada pela Igreja para combater alguns elementos da modernidade, por desprezarem os preceitos religiosos na condução de seus destinos. Outra questão central nesse acontecimento é o combate pela Igreja à maçonaria. Isso por causa da acolhida que os maçons vinham recebendo do Império, no campo religioso e na ocupação de postos na administração pública.

Estamos, pois, convencido de que todos os nossos conterrâneos, **ultramontanos ou pedreiros-livres**²⁶, **christãos ou materialistas**, applaudiram *excorde* o acto imperial que tanto engrandeceu aos nossos olhos o Senhor D. Pedro II, a quem adrede e malignamente se inculcava como o espirito mais encarniçado na perseguição, aparentemente legal, dos prelados fieis á Curia Romana.

Honra, pois, ao Monarcha constitucional! E soltando o nosso: *Ave, Cesar!* não podemos deixar de consignar aqui o nobilissimo proceder do ministerio de 25 de junho.

Perante a camara vitalicia o gabinete actual, pelo auctorizado orgam do nosso illustre amigo, o Sr. barão de Cotegipe declarou que o decreto amnistiando os bispos das dioceses de Olinda e de Belém do Pará era uma medida politica, cuja *exclusiva* responsabilidade o gabinete assumia. Igual declaração encarregou-se de fazer perante a camara temporaria o illustrado Sr. ministro da justiça.

E semelhante responsabilidade tomada tão franca e galhardamente, em quadra de paixões exaltadissimas, e quando se tracta do exercicio de uma prerogativa do Poder Moderador, é duplamente importante aos olhos dos que se interessam pela realidade do governo constitucional entre nós; pois é tempo de dar-se ao principio monarchico, não como velleidade pessoal e illegitima, mas como direito reconhecido e responsabilizado, maior interferência nos negocios do estado. Seja, porém, como fôr, a reacção paciente, constante, inquebrantavel do principio catholico trouxe por fim a victoria!... e honra aos vencedores que foram tao incuentos na pugna quanto no triumpho.

De luta ha de colher a prudencia immenso fructo. Collocada a origem da dissensão em terreno descortinado e chão; affastadas as prevenções escandescentes; **aprofundada à luz da fé e da verdade a apregoada incompatibilidade entre a moçeneria e o catholicismo; esclarecidos os animos dos combatentes pela verdadeira doutrina das relações da igreja com o estado;** provocado um sincero e supremo accordo com o chefe visivel da christandade; começada, em fim, a urgentissima *entente cordiale* por um acto tão significativo e de tanto alcance como foi a amnistia e não – perdão – dos prelados e seus vigários... temos plena convicção de que a nossa patria desfiará novos dias da paz serena e crente que frua antes que o energumenismo agitasse o facho da discordia!

Illumine agora Deus o Brasil, como illuminou o seu primeiro cidadão, e o

26 Maçom. Os membros da maçonaria eram pedreiros livres da jurisdição dos bispos. Tamanha é a aversão do jornal à palavra, que ela é substituída por um equivalente.

benemerito gabinete de 25 de junho²⁷!

Até lá... Ave, Cesar! (Jornal *O Conservador*, edição 4, 29/09/1875; ênfase adicionada)

Ao retratar o assunto, *O Conservador* omite a problemática política que permeia o caso. Opta, em vez disso, por comemorar a absolvição dos bispos como uma vitória do movimento católico, que não era unânime. É da própria notícia, inclusive, a informação de que conviviam nesse cenário católicos, ultramontanos, maçons e materialistas. Se o catolicismo permanecia a religião oficial, isso não anulava a existência de outros credos que, tais como ele, lutavam para angariar abrigo na sociedade.

O jornal insiste na concentração de poder político e religioso no monarca –, num momento histórico que isso está em revisão em outros países –, na obediência irrestrita à religião católica, que estava com sua doutrina em xeque. D. Pedro II, divinizado, aliás, representa o próprio Deus cristão. Mais do que um ato de piedade, a anistia concedida aos bispos foi uma medida política, haja vista o pertencimento, do monarca e de muitos de seus ministros, à maçonaria.

Transitando entre as vertentes de imprensa moderna e conservadora, *A Lanceta*²⁸, de Recife, na década de 1880, nos mostra a permanência da ambiguidade na caracterização da modernidade oitocentista brasileira:

A Igreja e o Estado

Corre a triste noticia de que o governo provisorio vae publicar um **decreto separando a igreja do estado.**

Deus de Israel, onde estáes, em que mundo vos escondeis, porque não mandaes o incendio que devorou Sodoma?

Virtuoso e immaculado padre Augusto, porque não ordenaes preces na vossa freguezia, porque não fazeis um *Te Deum Laudamus* pedindo a proteção do **supremo Architecto**?

[...] manhoso Dr. Meira, vós que nascestes na **terra santa da Parahyba**, que sois patricio do invicto Barao de Abihay²⁹, porque não despedis contra esse governo os raios e os trovões que tendes guardado no vosso bahú?

Purissimo Dr. Soriano, Santo Ambrosio de contrabando, vós porque não atiraes com as vossas prelecções de S. Thomé para cima d'esses pelintras?

Filhos das cruzadas onde estáes?

Herdeiros da espada de **Ricardo Coração de Leão** o que é feito da vossa bravura?

27 Do Partido Conservador, Luís Alves de Lima e Silva, Duque de Caxias, foi chefe do Gabinete do Império de 25/06/1875 a 05/01/1878. Responsável pela anistia dos bispos envolvidos na Questão Religiosa, era maçom.

28 Instrumento cirúrgico utilizado para abrir tumores e fazer incisões, nomeia esse jornal publicado no Recife de 1889 a 1890, anos iniciais da república. De acordo com a Fundação Joaquim Nabuco, onde as edições estão arquivadas, era encabeçado por bacharéis e estudantes de Direito. O tom jocoso e até mesmo debochado do jornal está expresso em seu cabeçalho: ele queria *rasgar o tumor inchado da hipocrisia de alguns republicanos novos que vestem-se de farricoco, jejuam as sextas-feiras e são odres de falsidade e de egoismo transpirando inveja e cinismo pelos poros da cara.*

29 Silvino Elvídio Carneiro da Cunha, chefe dos conservadores na Parahyba do Norte de 1870 a 1889.

Deus misericordioso, tende piedade do Sr. Pedro Augusto, do Sr. Padre Assis, do Sr. Vigário de Santo Antonio que vão ficar sem meio de vida?
General Deodoro, tende **compaixão dos catholicos**.
Suspendei o golpe, **peccador**, evite **as chamas do purgatorio** e as **penas rigorosas do inferno**.
Marechal dictador, fugi, das iras do Sr. Carlos Alberto³⁰ que é presidente da Sociedade *S. Vicente de Paula*, fugi, porque se elle tomar a cousa ao serio, ai de vós general, a vossa comdenação será decisiva. Se um dedo só d'aquelle Doutor pousar em cima das vossas dragonas gloriosas, ai de vós, a terra se abrirá para engolir-vos.
Suspendei o golpe, general. (Jornal *A Lanceta*, edição 3, 18/12/1889; ênfase adicionada)

De fato, a separação entre Igreja e Estado foi decretada pelo Marechal Deodoro da Fonseca em 07/01/1890. Consequentemente, foi extinto o padroado. Ainda em decorrência desse desenlace, foi institucionalizado o casamento civil, que invalidou os efeitos jurídicos do matrimônio religioso. A instituição do registro civil, a proibição do ensino religioso nas escolas públicas e a secularização dos cemitérios também fizeram parte dessas mudanças.

Estrategicamente, o jornal lança a notícia antes que o decreto seja assinado, dirigindo apelos a autoridades religiosas – ao mesmo tempo que as ironiza – para que interfiram na decisão do marechal. Proclamada a república, os clérigos já não tinham mais prestígio político como na monarquia. A leitura religiosa de um tempo permeia toda a notícia, ela própria redigida como uma súplica. Assim como a monarquia, a república também não foi do agrado de todos. Os interesses que moviam *A Lanceta*, difícil precisar.

Nesse texto, Deus, figura cristã, parece não se contrapor ao epíteto de supremo arquiteto do universo, empregado pela maçonaria, a quem o catolicismo combatia com ardor. As Cruzadas, expedições militares de caráter cristão empreendidas pela Igreja Católica durante a Idade Média, são evocadas para incitar os homens contra a decisão de Deodoro da Fonseca.

Somada à memória de Ricardo Coração de Leão, conhecido pela reputação de bravo guerreiro, essas imagens coroam o lugar social do homem na modernidade propagada pelo jornal: a ação na vida pública, seja ela na condução das almas (os padres), da política (Barão de Abihay, Deodoro da Fonseca) ou dos negócios (Carlos Alberto de Menezes).

Na edição de 15/01/1890, posterior à assinatura do decreto pelo marechal, em texto sob o mesmo título, *A Lanceta* trata novamente da questão:

30 Líder católico fluminense que atuou em Recife no começo do século XX, Carlos Alberto de Menezes se destacou na arregimentação das forças católicas, particularmente no terreno social. Cf. LUSTOSA, Oscar de Figueiredo. In: Azevedo (1986).

A igreja e o Estado

O marechal que preside os destinos da Republica Brasileira assignou o decreto separando a Igreja do Estado.

Medida reclamada desde muito tempo pelos espiritos cultivados que em nome da tolerancia do seculo se dirigiam ao imperio, aspiração constante dos brasileiros educados na escola dos publicitas liberaes, **o acto do Governo Provisorio merece todo o apoio d'A Lanceta.**

Os governos da monarchia, sem a orientação necessaria, **sem o criterio da sciencia**, sem **a fibra do patriotismo**, encurralaram a questão dentro dos limites estreitos de programmas metaphysicos, palavrosos e feitos *para inglez ver*.

[...]

O velho Imperador que incontestavelmente tinha **amor á sua patria** e a melhor disposição em bem servir ao seu povo, devia ter sentido no seu longo reinado uma escazzes completa de homens inteiriços e correctos.

De tempos em tempos apparecia-lhe um character retezo que mostrava desejos sinceros de collaborar com elle **para o engrandecimento da Patria.**

Eram cometas e como taes não tinham satellites.

Euzebio de Queiroz, Paraná, Rio Branco, Dantas, Ouro Preto, foram os grandes **pontos luminosos** do 2 reinado. (Jornal *A Lanceta*, 15/01/1890, p.1; ênfase adicionada)

Ao se posicionar novamente sobre a separação entre Igreja e Estado, desta vez após a assinatura oficial do documento pelo marechal Deodoro da Fonseca, *A Lanceta* se comporta como outros jornais discutidos nesta dissertação, ao misturar, sem ressalvas, personagens de pensamentos contrários situados em tempos distintos.

Assim, Galileu, cientista italiano que anunciou ideias contrárias às da Igreja, aparece ao lado de Calvino, líder protestante do Calvinismo, e de Servet, cientista e reformador protestante condenado à fogueira pelo Conselho de Genebra. Na passagem bíblica “Dai a César o que é de César e a Deus o que é de Deus”, portanto, cristã, o imperador romano é substituído por Maomé, líder religioso e político árabe, fundador do Islamismo.

Caloteado diariamente pelas alicantinas das facções partidarias que se revesavam no poder, **o magnanimo D. Pedro II** viu-se por assim dizer entregue aos seus proprios recursos.

[...]

A separação da Igreja do estado foi sempre pedida com as lagrimas nos olhos pela parte pensante do paiz.

Em verdade nada é mais justo do que **dar a Deus o que é de Deus e a Mahomet o que é de Mahomet.**

Todas as religiões dizem-se representantes da verdade.

O clero se gloriando ante da morte de **Galileu, Calvino** se regosijando emquanto **Servet** devorava os seus proprios escrementos, Jaggernaut esmagando sob as rodas do seu carro as crenças e as aspirações dos infieis, todos, todos dizem-se portadores da verdadeira religião.

N'esse *mare magnum* de paixões revoltas o Estado não deve mergulhar para não sahir tinto no sangue, como a França presenciando o assassinato dos valentes huguenotes³¹ na desgraçada noite de Saint Barthelemy³².

31 Protestantes franceses seguidores de João Calvino.

32 Ocorrido em Paris em 1572, o Massacre da Noite de São Bartolomeu foi decorrente da repressão aos

O Estado é ateu³³. Não deve e não pode subsidiar o culto de Pedro com o dinheiro do erario que é toda a gente que pertence aos diversos matizes das seitas religiosas.

Cada igreja faça por viver prestando serviços ás almas dos seus devotos, alliciando maior numero de adeptos e fieis com a somma de beneficios garantidos para o outro mundo. N'essa viagem romanesca, melancolica e sumptuosa de pompas funebres, para o sobrenatural, cada cidadão deve ter o seu passaporte pago á sua custa e de sua livre vontade.

O Estado lava as mão como **Pilatos**, não entra no fôro intimo de pessoa alguma, enquanto **a religião catholica olha de soslaio a religião de Comte** fungando uma pitada do rapé de Xabregas.

A Lanceta pensando assim desde o tempo em que o Sur. Ambrosio era negreiro e monarchista, **está no seu pleno direito applaudindo o acto pelo qual o governo mandou passar a carta de alforria á consciencia do paiz.** (Jornal *A Lanceta*, 15/01/1890, p.1; ênfase adicionada)

Assim como na primeira reportagem, a narrativa é embasada no retrato de “grandes homens”, tais quais heróis em cujas mãos estaria a capacidade de salvar a humanidade. Desses homens espera-se a “fibra do patriotismo”, o “amor à pátria”, e o trabalho “para o engrandecimento da pátria”. Termos semelhantes foram identificados no paraibano *O Conservador* (1877), publicado uma década antes, o que nos indica a permanência desse estímulo ao patriotismo com caráter bélico e formador de identidade, cujo triunfo se deu com o apoio da realidade da nação.

Conforme exposto, o masculino é representado em postos de poder cujos personagens teriam a capacidade de intervir nos destinos de todos os outros. Na política, em batalhas, na ciência e na religião, eles são “pontos luminosos”, destemidos, corajosos. São locus que, tradicionalmente pertencentes aos homens, seriam revistos na modernidade, mas que *A Lanceta* faz questão de reafirmar.

A leitura da modernidade via comparação entre nações e religião, conforme exposto neste capítulo, permeará ainda outras questões que serão tratadas nos capítulos seguintes. No próximo, no qual discorreremos mais especificamente da condição da mulher, essas chaves de leitura se farão presentes na educação feminina, na prescrição de sua conduta.

33 O Estado é laico, e não ateu. Laico significa não tomar partido de nenhuma religião. Ateu relaciona-se à descrença em um deus ou em qualquer ser superior.

CAPÍTULO II

A face feminina da modernidade

1. A mulher viril

No século XIX, o feminino ganhou o *status* de signo da modernidade. Isso porque até então o masculino era predominante nas imagens de grandes feitos na ciência, nas guerras, na política e em muitos outros campos de domínio social. Século de rupturas, que quer ser visto como portador do novo, o XIX, ao contrário de seus antecessores, apresenta a mulher como símbolo do moderno. Nesses termos, Le Rider (1992, p.180) caracteriza a modernidade desse fim de século “pelo retorno do feminino à cultura.”

Enquanto alguns homens se mostraram mais abertos a essa nova posição oferecida à mulher, outros permaneceram reafirmando o tradicional posto a que ela ficava limitada: o de boa esposa e mãe. Assim, nos jornais pesquisados, os sujeitos que encabeçam a imprensa recorrem às mais diversas estratégias para convencer a mulher – e a sociedade em geral – de seu lugar no jogo social: por um lado, restrito ao círculo doméstico; por outro, digno de outras possibilidades.

Uma das maneiras encontradas pelos periódicos oitocentistas para “exaltar” a mulher foi cristalizá-la em imagens virilizadas. A ideia imanente a essa representação é a de que a mulher, para ter valor, precisa igualar-se a um homem, precisa ter em destaque características tidas como naturais ao masculino. Nessa lógica, é marcante o pensamento de que

há mulheres que demonstram virilidade, pois têm senso da grandeza, da honra, do sacrifício pela pátria. Algumas aceitam o combate, inclusive o duelo, e dão provas de evidente coragem. No final do século, Joana (d’Arc) e Charlotte³⁴ (Corday) aparecem entre as mais exaltadas figuras heroicas da história da França. (CORBIN, 2013, p.11)

Ser viril é ter características próprias do homem, mas não significa sê-lo. Isso quer dizer que, mesmo virilizada, a posição da mulher permanece de subalternidade. Grandeza, honra e sacrifício pela pátria era o que se esperava do homem no século XIX, auge da influência da virilidade nos costumes – e era o que se destacava nas figuras heroicas de guerreiras como Joana d’Arc.

34 Marie-Anne Charlotte Corday d’Armont, assassina de Jean Paul Marat, defensor do Terror instaurado na Revolução Francesa.

Corbin (2013, p.10) nos esclarece ainda que “[...] virilidade não é sinônimo de masculinidade. Ela não se define apenas em oposição à feminilidade. Muitos indivíduos apresentam uma falta de virilidade sem que isso permita colocar em dúvida sua ‘masculinidade’ [...]”. Assim, a mulher, nessas representações, poderia ser viril sem deixar de ser feminina. Do contrário, masculinizada, seria pejorativamente tachada de virago.

Em *A Ideia*, jornal da imprensa paraibana oitocentista que abarca diferentes representações de gênero e de modernidade, nos é apresentada a escritora francesa George Sand, pseudônimo masculino de Amandine Aurore Lucile Dupin, considerada uma das precursoras do feminismo no mundo.

O jornal em questão reservou duas edições para contar a sua versão da história da escritora. Acompanhem a primeira apresentação:

George Sand

Não é uma biographia, nem mesmo um rapido esboço o que pretendo escrever, é antes o apanhado de ligeiros traços de **uma mulher illustre, direi mesmo célebre, que appareceu com este século fadado para tão grandes cousas.**

Ou seja com effeito **que a mulher tenha** em todos os tempos **grandes exemplos de um espírito ardente, creador e sublime**, para prova edificante de que sua condição tem sido sempre inferior aos seus destinos, ou seja que o ceu de longe em longe deixe cahir nos caminhos do homem uma perola de tão subido valor para no meio da lucta esprobral-o de seu esquecimento, de sua incuria e do seu egoismo, o que parece verdadeiro é que **de espaço à espaço a mulher apparece na historia dos povos cultos resplandecente de intelligencia, de saber, de virtude e de valor.**

Um exemplo magnifico, capaz de pôr em confusão o espirito d'aquelles que não canção em descubrir argumentos contra a verdade e a justiça, está em Amantina Lucila Aurora Dupin, descendente do throno da Polonia, que foi mais tarde George Sand, do dominio republicano das letras.

Espírito ardente e brilhante, reflectiu nos annos de sua juventude as douctrinas de seu tempo, tomando **Rousseau** pelo **apostolo da verdade**, amando mais a sua **philosophia** do que as **sans douctrinas do Evangelho.**

[...]

(Continua) (Jornal *A Ideia*, *Secção Litteraria*, edição 3, 13/12/1879; ênfase adicionada)

George Sand, logo no início do texto, é anunciada como fruto do século XIX, predestinado a grandes fatos. Assim qualificado, o tempo histórico é visto como algo que foge à elaboração humana. Pronto, caberia ao homem cumprir seu destino. Nesse aspecto, *A Ideia*, assim como outros jornais a ele contemporâneos, parece estar na contramão do postulado por Koselleck (2006) sobre a construção do tempo na modernidade, assunto que foi discutido mais especificamente na Introdução deste trabalho.

Ao mesmo tempo que é “ilustre”, “ardente” e “brilhante”, qualificativos que remetem à imagem de emissor de luz, qual seja de “inteligência”, “saber”, “virtude” e “valor”, Sand é,

também, a refletora das doutrinas de seu tempo, mais especificamente de Rousseau. Filósofo do Iluminismo, que é anticlerical – condena a influência de instituições religiosas na sociedade no campo político –, Rousseau é chamado de apóstolo, discípulo de Cristo, que faz menção à religião, e não à filosofia. Na continuação do texto, publicada na edição seguinte, o jornal segue misturando elementos masculinos e femininos, modernos e religiosos, num momento de ruptura entre antigo e moderno, em que essas duas forças convivem em paralelo.

Convém destacar que na mesma edição de 13/12/1879 *A Ideia* trouxe a público na primeira página – considerada a mais importante em um jornal – artigo em que reclama da condição social da mulher. É nele que George Sand aparece pela primeira vez, ladeada por outras personagens femininas enaltecidas por sua virilidade, entre as quais Joana d'Arc. Acompanhemos a segunda parte da narrativa:

Será, entretanto, que a mulher não tenha provado uma só vez o seu **heroísmo**, o seu **valor**, a sua **constancia** e a sua **capacidade intelectual**?

Não, por certo; que de innumerables exemplos a historia nos falla em paginas repassadas muitas vezes de entusiasmo e de sentimento!

Si volvermos a idade antiga, nos tempos do dominio da espada, do espolio da dictadura, da força, enfim, quando não havia tribuna nem imprensa nem opinião, porque não havia liberdade, porque o livro era chancellado, a palavra detida nos labios, o pensamento no coração; si volvermos a esses tempos de horror, que longe vão já sumidos na eterna ampulheta, encontraremos **mulheres** como **Sapho**³⁵, como **Corina**, como **Aspasia** e como **Hypathia**³⁶, **illuminando um céu** como o de Athenas, **assombrando uma pátria** como a de Alexandre, **fazendo curvar-se ao poder dominador de sua palavra e de sua razão os vultos de Platão, de Socrates e de Alcibiades**.

Não bastará aos detractores e aos incredulos do genio e actividade feminil tão soberbos e edificantes exemplos?

Entremos agora em tempos mais aproximados:

Ahí, encontraremos **Joanna a d'Arc**, atada ao poste do sacrificio, sentindo serpes de fogo dominar-lhe a cinta e o collo de neve, mas demonstrando que o valor feminil não cede á dor physica, que nas chammas de um fogueira não se queimão os titulos da fé e da constancia de uma mulher.

Mais tarde, apparece **Stael**³⁷ recebendo, do maior homem de seu seculo a injusta exprobracão de seus talentos e aspiracões.

Depois, vem **Amantine Dupin**, adoptando o pseudonymo de um homem que celebrisou, como se o titulo de mulher não fosse digno do renome e da gloria; é ella a **George Sant**, a loira, como lhe chamou A. de Azevedo, a inspirada auctora de "Lelia", de "Spiridion" e de tantos outros volumes, que illustrão a litteratura da França. (Jornal *A Ideia*, edição 3, 13/12/1879; ênfase adicionada)

O passado é de glória – pois nele está escrita a história de grandes personagens – e de horror – tempo masculino, de domínio pela força e pela espada. Enquanto o poder do homem está nos campos da filosofia, da política e da guerra, o da mulher, para o jornal, está na

35 Poetisa grega cuja poesia – de conteúdo erótico – foi censurada na Idade Média.

36 Matemática, astrônoma e filósofa.

37 Anne Louise Germaine Necker, Madame de Stael: romancista e ensaísta francesa.

palavra escrita. Sem dúvida, escrever na imprensa e na literatura foi uma saída encontrada pela mulher para expor ideias e participar de discussões públicas. Atente-se, contudo, que a conquista desses espaços se deu de forma gradual, e que a escrita se dava sob a inscrição do pseudônimo, sobretudo masculino.

Na introdução do citado artigo intitulado *George Sand*, a escritora é retratada como um “exemplo magnífico” de mulher que “aparece na historia dos povos cultos, resplandecente de intelligencia, de saber, de virtude e de valor”. Note-se que a palavra virtude tem uma origem latina marcadamente ligada ao apreço que os romanos tinham pelo universo masculino, principais construtores do Império através das guerras de conquistas. Tem a mesma origem, por exemplo, das palavras virilidade e virilha, esta última remetendo diretamente à genitália masculina.

No outro, imagens semelhantes aparecem atreladas ao feminino, como forma de valorizá-lo: “Será, entretanto, que a mulher não tenha provado uma só vez o seu **heroísmo**, o seu valor, a sua constancia e a sua capacidade intellectual?” (grifo nosso). Heroísmo, caráter cristalizado como apanágio masculino, natural ao guerreiro, é a palavra-chave que vai ancorando outras mulheres igualmente guerreiras. Já a citada capacidade intelectual parece só terem aquelas que foram capazes de prová-la. Teriam sido os casos de Joana d’Arc, Madame de Stäel e da própria Sand.

Será pouco ainda?

Venhamos até os lares patrios, aqui a este Brasil que parece fadado para tão altos designios, mas onde ainda hoje em uma assemblea de homens illustres e liberaes como a legislativa da provincia de Pernambuco, onde se assentão Tobias, se contesta com vehemencia e com a physiologia nas mãos os predicados intellectuaes da mulher e se lhe estreita pela restricção da educação o circulo já tão limitado de suas funcções sociaes.

Aqui mesmo em nosso paiz, quantos **exemplos** não temos **de abnegação, de heroísmo e de talentos da mulher**.

Não é porventura esta a patria de **Paraguassu** e de **Dirceo**? Não é por ventura a patria de tantas, que ao lado de seus maridos, pais e irmãos lhes igualarão em valor ante as balas dos holandezes? Não é finalmente a patria das **illustres poetizas e escriptoras Rita Joanna de Souza, Angela do Amaral Rangel, Delfina, Maria Ribeiro, Narcisa Amalia³⁸** e **tantas outras** que cança innumerar?

Sim, não é pois, somente um erro mas tambem uma injustiça lamentavel que n'este problema sublime da igualdade humana que o nosso seculo procura resolver só uma parte da humanidade seja contemplada, só à uma caiba o direito de pensar e de ser livre. (Jornal *A Ideia*, edição 3, 13/12/1879; ênfase adicionada)

Somente comprovando sua bravura enfrentando balas ou sua capacidade intelectual por meio da escrita, estaria a mulher em condições de igualdade perante o marido, o pai e os

38 Combateu a opressão à mulher e o regime escravista.

irmãos? Ser homem parece ser o suficiente para se ter valor, condição que lhe seria natural. Mulher e valor, por outro lado, parecem estar naturalmente dissociados. Para que essa união seja efetivada, são necessários adjetivos masculinos.

Já nas páginas de *O Sexo Feminino*, jornal declaradamente feminista da cidade de Campanha (MG, 1874) e redigido pela professora Francisca Senhorinha, George Sand serve de exemplo para as demais, encorajando-as ao trabalho. Ela é aquela que, “‘com a pena na mão’ e trabalhando intelectualmente, faturou uma fabulosa quantia inimaginada para o universo doméstico da mulher que, ‘ainda que vivesse duas vidas de cem anos, jamais chegaria a ganhar com o trabalho físico.’” (*O Sexo Feminino*, 28/03/1874, p.4 apud NASCIMENTO & OLIVEIRA, 2007, p.448)

Essas caracterizações, que podem ser estabelecidas — por que não — como um jogo de poder, de forma a polarizar os sexos, dizem-nos muito dos que produzem e dos que se apropriam dos conteúdos dos jornais, o que nos leva a pensar no caráter pedagógico da imprensa.

Ao veicular notícias utiliza-se da palavra, “espelho no qual os valores de uma sociedade se explicitam e se confrontam” (MORAIS, 1996, p.65). Ao escolher certas palavras e determinados assuntos e enfoques, busca, por um lado, consenso (aceitação por parte de quem lê); por outro, implementar um novo modo de pensar o assunto em questão, ou seja, formar os quadros mentais do leitor.

Falar de George Sand é entrar em uma miríade de possibilidades, é estar diante do mistério de ser humano. Segundo Perrot (2005, p.414-415), o que há de valioso na experiência de Sand é que ela se comporta

como um indivíduo esquecido de seu sexo e indiferente ao sexo ao qual ela pertence. Este paradoxo é inerente à situação ambivalente que é a sua, às contradições com as quais esta pioneira é confrontada. Ela, que subverte as fronteiras, usurpa os domínios masculinos, confunde as pistas e assume identidades múltiplas.

O caso de George Sand mostra que outras condições de ser mulher — para além das rígidas fronteiras que costumam separar os sexos —, de experimentar a clássica divisão de gênero, eram (e são) possíveis. O jornal *A Ideia*, veículo próprio da modernidade, oferece, sem dúvida, novas possibilidades para representação da mulher na Paraíba oitocentista, ao dedicar algumas de suas páginas à controversa personalidade da escritora George Sand.

Analisemos ainda a segunda publicação que *A Ideia* nos trouxe sobre ela:

Não podião as doutrinas paradoxaes d'aquelle tempo occupar unicamente tão rica e ardente imaginação.

O catholecismo tocou um dia este grande espirito e tirou d'elle como de uma harpa os sons divinos da mais divina poesia.

As harmonias do órgão santo fallarão-lhe a alma em linguagem tão seductora que vencerão-lhe o coração, e, erão tão ellegados os arrebatamentos de sues extasis junto dos altares do Senhor, que ella entrevia os esplendores magnificos de sua gloria.

Laços de familia vierão affastal-a da clausura monacal para entregal-a aos jugos do gyneceo.

Amantina casou aos 17 annos com o barão Dudivant, homem já não moço, de caracter rispido, de prazeres positivos, querendo achar na familia o regimen militar a que estava habituado.

Eu não desejo afastar-me do assumpto d'esse escripto para perder-me em considerações à cerca do casamento que me levarião, sem duvida, muito alem do meu intento, entretanto, direi sempre de passagem: que, si um dia o moralista e legislador entrar no lar domestico em procura da mulher, ou antes em busca do soffrimento para, trazendo-a a luz das instituições livres, fazer-lhe legado do mais santo apostolado: a fraternidade humana, o qual junto da liberdade e ao da igualdade faz uma trindade divina fundida em uma unidade universal que é a mais bella aspiração dos povos, a mais sublime verdade da civilização moderna, direi, repito, que é ahi na vida que o matrimonio ligou por laços indissolueis e eternos aos mais indissolueis e eternos sacrificios, que elle achará maior numero de victimas, porque é ahi onde os males são mais reaes e as maguas são mais fundas, é ahi onde o homem se eleva da authoridade ao despotismo, onde o espirito da lei se torna mais humilhador e tyranno. (Jornal *A Ideia*, edição 4, 23/12/1879)

Anatomicamente mulher, George Sand transita entre os gêneros masculino e feminino. Essa dupla faceta de gênero traz dificuldades para o escritor do artigo. A saída encontrada pelo autor parece ter sido a de ressaltar tanto alguns aspectos do que seria sua suposta “natureza feminina” — omitindo os que iriam contra esse postulado — bem como exaltando algumas de suas atitudes masculinizadas — varrendo para debaixo do tapete outras possíveis, conforme vimos tentando esclarecer.

No relato analisado, George Sand, enquanto figura feminina, é moralmente impecável e recatada sexualmente. Em seu polo masculino, Sand é celebrada pelo autor por ser impetuosa em suas atitudes no mundo público, corajosa ao defender suas ideias, emprestando-lhe a aura de heroína e mártir.

É preciso ressaltar o quanto há de montagem nessa representação construída pelo jornal, o quanto essa escrita “inventa” à sua maneira uma personagem. Uma pergunta importante: por que nada foi dito sobre a Sand que fumava em público, tinha amantes, mantinha relacionamentos amorosos com mulheres, chocava a sociedade da época pela transgressão, ao vestir-se como homem, que é, Para Perrot (2014, p.42) “penetrar no espaço interdito, apropriar-se dos lugares reservados, torná-los mistos” e que como “gesto de desafio simboliza as exclusões que o século XIX impôs às mulheres”?

Não desconsideremos, contudo, que, em um momento histórico em que a palavra

pertencia prioritariamente ao homem, em que a vida da mulher delimitava-se predominantemente ao espaço do privado, trazer à tona a imagem de George Sand constituiu-se, sem dúvida, um marco para a construção de novas oportunidades para o gênero feminino no período, e eis aí, certamente, um mérito da publicação de *A Ideia*.

Amantina, esta grande alma fadada para a liberdade e para a luz, não podia achar no casamento senão a sombra e a dor e as suas primeiras produções mais tarde: a "Indiana", "Valentina" e "Lelia", não forão senão a expressão viva e palpitante de seu sofrimento contra a instituição do matrimonio.

Dous filhos que teve lhe terião adoçado o martyrio, si até para as expansões da maternidade ella não precisasse ser livre.

O corpo não resiste a tanto soffrer; nas grandes luctas do espirito cede a materia e ella precisou de um ar mais livre, de uma athmosphera mais pura para refazer as forças quebradas. Correu aos Pyreneos.

Ali, no meio de uma natureza vivificante a louçã veio o amor surprehendel-a, mas ella matou em seu espirito a faisca desse incendio voraz e com a resignação e heroismo da amada de "Raphael" dice, ao pé das montanhas, com os olhos no céu azul, adues aquellas doces illusões para voltar a apparente ventura dos laços conjugaes.

Em balde chamou em seu auxilio a poesia, as artes e a sciencia, apenas poude descortinar ao longe, bem longe de sua prisão, um horizonte infindo e banhado em lucidas auroras: era o horizonte litterario que ella mais tarde devia percorrer e assignalar com traços emmorredouros.

Um dia, depois de inauditos esforços, partirão-se os laços que a prendião ao casamento. Amantina abandonou sua riqueza e o seu marido para seguir a liberdade que a seduzia.

No caminho de sua gloria encontrou um jovem companheiro - Julio Sandeau e juntos encetarão a vida aventureira do escriptor eivada de tantos episodios cheios de sentimento, de miseria e de esplendidoa triumphos.

"Rose et Blanche", eis o titulo do seu primeiro romance, que foi propriedade de ambos porque ambos o havião escripto e o qual assignatão com o pseudonymo de "Julio Sand." (Jornal *A Ideia*, edição 4, 23/12/1879)

Com relação ao casamento, seguindo o costume de sua época, o artigo afirma que Sand casou jovem, "aos 17 annos", com o barão Dudevant, "homem já não moço". O matrimônio, porém, foi desfeito alguns anos depois, quando George Sand abandona o marido para fugir com o amante Jules Sandeau, em cujo nome se inspira para adoção de seu pseudônimo. É em parceria com este que ela escreve seu primeiro romance: *Rose et Blanche*.

Tal como uma santa, uma devota do Senhor, que "entrevia os esplendores magnificos de sua gloria", a sugestão é que Sand levava uma vida monacal, em paz, que foi desequilibrada pelos jugos do casamento. Essa informação, porém, não consta em nenhuma das versões que traçam a biografia da escritora de forma a pintar uma imagem esplendorosa da autora como uma virgem introduzida nos ritos matrimoniais.

Fica claro que o casamento, para o articulista anônimo, estaria ligado a "laços

indissolúveis e eternos”, sinônimo de “indissolúveis e eternos sacrifícios” que deveriam ser superados pelas mulheres virtuosas. Amantina, porém, por ser uma “grande alma fadada para a liberdade e para a luz, não podia achar no casamento senão a sombra e a dor”.

O heroísmo reside no fato de resistir às tentações do espírito, ao qual a matéria costuma, fatalmente, ceder. O amor é perigoso, porque causaria um incêndio voraz. Melhor abandonar a incerteza de uma ilusão e voltar para a ventura dos laços conjugais, mesmo que aparente.

A "Indiana" não se fez esperar, mas desta vez era unicamente Amantina a autora e o pseudonymo de "George Sand", este nome que se devia tornar tão celebre e conhecido, appareceu pela primeira vez em um livro que o mais esplendido successo celebrisou, mas appareceu para occultar o nome da mulher illustre que não ousou afrontar o escandalo e o ridiculo de uma sociedade que não concedia a mulher o direito de pensar e de livre, e, como se não julga-se bastante o pseudonymo, ella tomou as vestes de homem, porque só ao homem lhe pareceu ser dada a gloria do renome e da posteridade.

Em breve viu-se cercada do que havia de mais bello na saciedade litteraria de seu tempo e a imprensa occupava-se de suas producções como de uma audaciosa novidade.

[...]

A fecundidade de seu espirito, a sublimidade de seu estylo, sua phrase cheia de clareza e de seducção lhe tornarão perduravel o successo que adquerirão suas obras. Victima do casamento e sonhando já com esse dia que se vislumbra - da igualdade humana e universal - ella apaixonada, arrebatada, quasi divina em seu poder creador, não cessa de crear em seus romances uma pleiade de mulheres heroínas, intelligentes bellas, livres, grandes e fortes para romper os jugos da tyrania matrimonial e para collocar ao lado dos titulos de homem livre os direitos da mulher emancipada.

(Continua) (Jornal *A Ideia*, edição 4, 23/12/1879)

Para espantar de si a tentação do amor proibido, chama em seu auxílio “a poesia, as artes e a sciencia”. Obtém como resposta, todavia, a visão de “um horizonte infindo e banhado em lucidas auroras: era o horizonte litterario que ella mais tarde devia percorrer e assignalar com traços emmorredouros”. Apesar dos esforços, Sand não consegue resistir à tentação; abandona “sua riqueza e o seu marido para seguir a liberdade que a seduzia”.

Na verdade, ao se desvencilhar dos laços matrimoniais, George Sand já vivia aventuras amorosas com o também escritor francês Jules Sandeau. Essa atitude dela talvez seja omitida para que não sirva de mau exemplo para outras mulheres. Afinal de contas, ao abandonar a riqueza e o marido, o conforto e a segurança, ela partia em busca de uma liberdade que não era sólida, que, na ótica do jornal, não passava de sedução.

Das obras literárias fruto dessa dolorosa experiência marital, *Indiana* marca a estreia da Sand escritora³⁹ e de seu pseudônimo. A utilização de pseudônimos masculinos por

39 Anteriormente, Sand havia escrito *Rose et Blanche*, porém em parceria. Indiana marca a carreira

mulheres no século XIX era estratégia comum na literatura e na imprensa, visto que “[...] sua palavra pertence à vertente privada das coisas [...]. O que é recusado às mulheres é a palavra pública” (PERROT, 2005, p.317-318). Era, portanto, uma forma de resistência da mulher, para se fazer ouvida, com o objetivo de tomar a palavra para ocupar o espaço público.

Ao lado de George Sand, outra mulher virilizada e também escritora nos é apresentada na imprensa paraibana: a suíça Cecilia Bohl, que assina sob o pseudônimo de Fernan Caballero. Apesar de não se vestir como um homem nem de fumar em público, como o fez Sand, Bohl é representada na edição de 27/06/1877 de *O Conservador* como um ser quase masculino. Segundo o periódico em questão, diferentemente de muitas mulheres que lhe foram contemporâneas, ela

[...] conhecia profundamente o latim e fallava com admiravel facillidade o italiano, o francez e o allemão. Eram-lhe familiares muitas materias que nem sempre são do dominio dos estudos femininos, e comquanto as suas novellas e outros trabalhos litterarios revelem mais sentimento e mais engenho do que saber, ainda assim pela sua illustração mereceu o applauso dos doutos e foi o encanto da sociedade que a rodeou durante a vida. (Jornal *O Conservador*, edição 11, 27/06/1877)

Utilizar pseudônimo masculino não fez de Bohl quase um homem, mas sim a forma como teria se tornado escritora, tal qual ela nos é apresentada pelo jornal: foi educada pelo pai — em uma época em que tal responsabilidade era delegada à mãe —, conhecia outras línguas e era familiar a “muitas materias que nem sempre são do dominio dos estudos femininos”, muito embora estas não sejam especificadas. Atividades e prendas domésticas, que costumam estar associadas ao universo de formação da mulher do século XIX, não são mencionadas.

Mesmo dominando assuntos convencionalmente fora do campo de conhecimento feminino — o que lhe valia admiração social em virtude de sua ilustração —, em sua escrita “sentimento e engenho” sobrepunham seu “saber”, segundo o articulista. Apesar de sua trajetória social e intelectual marcadamente masculina, sua suposta “natureza feminina” estaria sempre embaçando esses outros fatores. Talvez fosse exatamente desse ponto negativo de origem, desse pressuposto de leitura masculina, que George Sand estaria fugindo ao adotar um nome de homem.

Na área política, uma brasileira que também circulava entre as duas searas de gênero — sem ter sido virilizada — foi a princesa Isabel. Apesar de não termos encontrado nenhuma menção a ela nos jornais consultados, podemos dizer que Isabel foi uma das mulheres — a

independente da escritora.

despeito de sua condição social — a ter recebido uma educação que “ultrapassou em muito os padrões da época. Poderia apenas ser comparável a que era dada no Imperial Colégio Pedro II, destinado a preparar a elite dirigente do país.” (MESQUITA, 2008, p.7)

Regente do império brasileiro três vezes, enquanto o imperador Dom Pedro II, seu pai, viajava pelo exterior, assinou a Lei Áurea na última delas. Além de ter regido o Brasil, Isabel, desde a primeira viagem à Europa,

havia sido incentivada por seu pai a visitar e conhecer o funcionamento das indústrias nos países considerados mais avançados. E, segundo suas cartas da época, havia escolhido a Inglaterra como modelo, considerando que, com o tempo, o Brasil poderia alcançar o mesmo nível de desenvolvimento, o que demonstra que a princesa era favorável às idéias de modernidade e progresso, pelo menos no que diz respeito ao aspecto de desenvolvimento tecnológico. (MESQUITA, 2008, p.6)

A partir das imagens escolhidas pela imprensa paraibana oitocentista para representar algumas mulheres escritoras, podemos perceber quão tênue é a fronteira que separa os gêneros. Sand e Bohl, embora nascidas mulheres, apresentam características que podem ser atribuídas aos gêneros feminino e masculino, e isso é algo que impactava bastante os jornalistas brasileiros. Tendo algumas qualidades exaltadas e outras omitidas, é sob o olhar dos homens da imprensa que a pena escreveu a história dessas mulheres na Paraíba oitocentista.

Aliada a uma outra possibilidade de experimentar o feminino, os jornais paraibanos apresentaram também aos leitores direitos sociais que deveriam ser assegurados às mulheres, sobretudo a educação. Isso porque

O despertar do espírito democrático, a rebelião contra a autoridade, a proclamação dos direitos do homem foram quase que necessariamente acompanhados pelo crescimento de um novo ideal referente à posição das mulheres, pelo reconhecimento, mais ou menos definido e consciente, dos direitos da mulher. Após 1789, a vida das mulheres jamais seria a mesma. (GAY, 1995, p.292)

Acompanhemos o que nos diz *A Ideia* sobre o assunto:

Não é unicamente um erro o comdenar-se a mulher à um papel mediocre na vida social e suppol-a incapaz de ser participante de todos os interesses que se agitam alem do lar domestico de todos os resultados da actividade humana.
Não é unicamente lamentavel que desde os mais remotos tempos, a mulher, sob o attributo humilhante de fraqueza, tenha arrastado duro e pezado grilhão; que sempre de tutela em tutela não tenha tido um só momento de autonomia e nem mesmo n'esse throno em que a colocara a sociedade christã ella tenha participado da maior e mais bella aspiração de humanidade: a liberdade.

É também triste e summamente injusto que ainda hoje se lhe negue o direito de pensar e de ser livre; que na hora em que tudo se emancipa-, a tribuna e a imprensa, a consciencia e a razão, quando os principios mais democraticos são discutidos com ardor e as leis mais salutaes garantem ao homem o gozo perenne dos mais nobres direitos, passe desapercibida essa parte, a mais bella sem duvida da especie humana; que nem uma só palavra seja articulada em pró da causa dessa emancipação, causa de que depende talvez altos designios de seus destinos. (Jornal *A Ideia*, edição 3, 13/12/1879; ênfase adicionada)

No século XIX, a educação foi aclamada como instrumento da modernidade, condição *sine qua non* para o progresso e atestado de desenvolvimento das nações. Educar era sinônimo de civilizar. Nesse contexto, educar a mulher significava não só emancipá-la da tutela do marido, mas conferir ao Brasil o posto de país moderno, que propagava as luzes da instrução para todos os cidadãos.

Isso porque ao longo do século XIX

criava-se um quase consenso (perceptível nas opiniões veiculadas nos jornais) em torno da ideia de que uma sociedade não evolui se não cuidar também da educação feminina, e não habilitar a mulher para participar, junto com o homem, dos progressos da técnica e das ciências. (DUARTE, 2010, p.18-19)

Em termos de legislação, à mulher não era negado o acesso à instrução, nem à escola. Na verdade, o que o jornal talvez estivesse cobrando fosse uma escolarização que superasse o elementar ensino de primeiras letras e que proporcionasse uma formação profissional descolada do que era tradicionalmente delegado ao feminino, para além da execução de tarefas domésticas. De fato, educar o feminino implicava ser moderno, e o jornal queria ser visto assim pelos leitores.

Pois será crível, que, hoje no meio dos esplendores da vida industrial e entre as magnificencias com que o espirito humano tem enriquecido a civilização moderna, pensemos ainda como **Diderot, Montisquieu e Rousseau**, à um seculo passado?

Pois será crível, que, quando os mais longinquos continentes se estreitam e se abraçam através dos mares pelas prodigiosas maravilhas do vapor e da telegraphia, quando as ideias velozes se communicão, com mais ligeireza talvez do que forão concebidas, traga-se ainda como **Mirabeau** a mulher enclausurada para as funcções sociaes?

Pois será crível, que, quando a razão humana não descança de investigar a magestosa questão de seus designios trazendo a barra da discussão os principios mais inverosimeis e utopistas n'essa universal tendencia para a democracia e para a liberdade, esqueçamos ainda a mulher - como o fizera **Robespierre, esse apostolo da igualdade humana**, na phrase de um vulto proeminente da litteratura franceza?

Pois será crível, que, quando **a guerra se torna um elemento da civilização** e a metralha, que arraza as filas cerradas dos batalhões, em vez de levar a morte nas azas de um poder usurpador, conduz a liberdade, a luz e a instrucção, pensemos ainda como **Napoleão**, essa aguia de Meio-dia, que emprehendera um dia a posse do mundo e que depois de ter tocado com as azas os cumes espantados dos Alpes e dos

Pyrineus e de se haver mirado nas aguas pomas do Rheno e do Mancha foi para sempre dormir em S. Hellena ao son das ondas em funeral?

E o que responder a essas interrogações?

A verdade: que é a sua condição a mais triste e degradante nas sociedades modernas, que **não há para ella educação publica ou profissional**, que sobre ella recahem as mais das vezes o peso das faltas do homem que **vive na ausencia dos mais innocentes direitos**, que para ella tem os codigos lacunas immensas, que **sobre ella recahe unicamente a macula da infidelidade conjugal e as consequencias infelizes da seducção e da bastardia**, que **se lhe julga um espirito fragil e inactivo, uma intelligencia incapaz** de altos commetimentos, que **para tudo precisa de tutelada**, que ainda mesmo no altar ornada de branco para o sacramento das nupcias é-lhe arrancado o sim, antes como um lamento ou um suspiro de dor, do que como o som de um hymno de amor e de liberdade, que nas classes pobres ella é a mais miseravel e nas abastadas a mais infeliz! (Jornal *A Ideia*, edição 3, 13/12/1879; ênfase adicionada)

Nesse trecho, reincide a citação a Rousseau, presente também em texto anterior que versava sobre a história de George Sand. O redator dos dois, embora não identificado, parece o mesmo. Nas duas oportunidades que teve para criticar a situação social da mulher, recorreu a Rousseau para endossar seu argumento. Entretanto, o filósofo iluminista soa ora como atrasado há um século, ora como “apóstolo da verdade”.

Dentre os pensadores iluministas citados, apenas Robespierre, que é também comparado a um apóstolo, aparece como sensato, por propagar, aos olhos do redator, a “igualdade humana” e porque é a igualdade de direitos entre homem e mulher que está sendo cobrada no texto. Não deixa de ficar evidente também a visão positiva que *A Ideia* mantinha dos evangelhos bíblicos.

Julgar a mulher “um espirito fragil e inactivo, uma intelligencia incapaz de altos commetimentos, que para tudo precisa de tutelada” era tarefa da ciência, pois ela, ao mesmo tempo que portava o progresso, naturalizava, via discurso médico-biológico, a inferioridade física e mental da mulher perante o homem.

Essa inferioridade intelectual era uma maneira de limitar o acesso da mulher à escolarização, de forma a garantir-lhe apenas a instrução elementar, e de justificar a necessidade da tutela do marido. Ainda assim, algumas mulheres fugiram a essa condição, a exemplo de Amantine Dupin e Cecilia Bohl. No Brasil⁴⁰, citemos a gaúcha Rita Lobato Velho Lopes, primeira mulher a se formar médica.

Contrastando com esse modelo de mulher virilizada, outra representação tecida pelos jornais para a mulher foi a de boa esposa e mãe, modelo referendado sobretudo pela Igreja, que a eternizou na figura de Maria, sobre o trono cristão.

⁴⁰ O acesso das mulheres a cursos de nível superior no Brasil foi permitido a partir de 1879. A formação da médica Rita Lobato Velho Lopes se deu em 1887.

2. Sobre o trono cristão: boa esposa e mãe

Ser boa esposa e mãe foi outra representação para o feminino que se fez presente no século XIX, contrastando com o ameaçador modelo de mulher emancipada que queria se firmar durante a modernidade. Isso pode ser visto no jornal recifense *O Trabalho*, quinzenário impresso na Typographia Mercantil, assinado por Antonio de Souza Pinto e Generino dos Santos⁴¹, poeta:

STABAT MATER⁴²
(QUADRO BIBLICO)
á minha mãe

Estava junto á cruz, posta de joelhos,
Maria, a mais formosa entre as mulheres,
Emquanto agonisava entre soffreres
Jesus que nos remio com seus conselhos.

Chorava: e o pranto de seos olhos bellos
Vinha banhar-lhe a face crystalina;
E uma areola immorta de luz divina
Corôava-lhe os nítidos cabellos.

De encontro ao seio eburneo, em dor desfeito,
Onde a rosa ao jasmim se entrelaçava,
Maria os pés da cruz triste abraçava,
Qual si apertasse o coração no peito.

Oh! quem podera prescrutar o fundo
D'aquella dor sem fim que a dilacera!
Ao vel-a assim, no espaço o sol tremera,
E em funda treva se abysmara o mundo!
(Jornal *O Trabalho*, 15/04/1873, p.7-8; ênfase adicionada)

Maria foi a personagem feminina escolhida pela Igreja Católica como modelo de conduta para a mulher no século XIX. A partir de então, contrastando com a Eva pecadora, que no poema é evocada na figura de Maria Madalena — “regenerada” pelo Cristianismo —, Maria passaria a representar o ideal de pureza, bondade, amor e castidade a ser alcançado por todas as mulheres.

A dedicação de Maria a Jesus e o sofrimento passado em nome dele seriam transpostos para a entrega total às vontades do marido, para o sofrimento pelos filhos e para os cuidados com o lar, de forma que “ser mulher foi [...] intrinsecamente ligado a ser mãe.” (EMÍDIO,

41 Foi redator também de *O Diabo a Quatro*, “revista satírica que deliciou parte da elite intelectual recifense, entre os anos de 1873 e 1878”. Ao se transferir para o Rio de Janeiro, Generino dos Santos “se dedica a uma poesia científica, que louva os heróis da humanidade, a maçonaria, deixando um enorme acervo reunido e publicado após sua morte em 1938”. Cf. Ferreira (2008).

42 *Stabat Mater Dolorosa*, hino católico do século XIII dedicado à Maria, de cujas dores trata.

2011, p.65)

E, em meio á tanta dor, tanta tristeza,
Dessa luta infernal dos elementos,
Maria soluçava, e, á seos lamentos,
Commovida gemia a natureza!

“Dizei, vós que passaes, si dor existe
Maior que a minha dor, que o meo martyrio!
E ella dobrava a fronte, como o lyrio
Ao sopro do tufão, chorosa e triste.

Depois, volvendo os olhos com ternura,
Olhos que a dor fizera soberanos,
Fitava-os em Jesus que a seos tyrannos
Entretanto sorria com doçura.

“Porque choras, mulher? Não vês q’eu morro,
Porque se cumpra a lei das prophcias?
Meo pai assim o quiz; si não, verias
Que elle havia de vir e meo soccorro.
(Jornal *O Trabalho*, 15/04/1873, p.7-8; ênfase adicionada)

Longe de ser um atributo naturalmente feminino, ser mãe é uma construção cultural, que foi se firmando na sociedade ao longo do tempo. O que o discurso da Igreja quer consolidar – e isso foi feito também com a ajuda da medicina, amparada pela ciência –, contrariamente, é que a mulher seria biológica e psicologicamente concebida para a maternidade.

Badinter (1985) trata o amor materno como mito. Para ela – justamente por não acreditar no determinismo biológico da mulher para tal condição –, esse amor é conquistado, ou seja, construído. É nesse sentido que afirma: “O amor materno é apenas um sentimento humano. E como todo sentimento, é incerto, frágil e imperfeito. Contrariamente aos preconceitos, ele talvez não esteja profundamente inscrito na natureza feminina.” (BADINTER, 1985, p.22)

No entanto inda rugia desvairada
A multidão em torno do calvario;
E somente enxugava-lhe o sudario
A **Magdalena, louca e desgrenhada.**

Mas, sentindo chegar o ultimo instante,
N’ancia da dor sem fim que o devorava
Era homem, chorou, – Jesus amava–,
Sorrisse embora o martyr triumphante.

Então, do pranto amargo ao extremo brilho,
Vendo o semblante do discip’lo amado,
Lhe disse e á **virgem mãe** que o tinha ao lado

“Filho, eis tua mãe! Mãe, eis teu filho!

Depois, voltando o olhar ao pae celeste:
“Porque, meu Deus, á mim desamparaste?
E, inclinando a cabeça sobre a haste
Da cruz, volteo á terra o que é terrestre.

É tudo findo já. Bello e fecundo
Espanca o sol a humida caligem:
– **Perdera o paraíso a mulher virgem,
Maria – a mulher mãe – salvara o mundo.**
1871
GENERINO DOS SANTOS.
(Jornal *O Trabalho*, 15/04/1873, p.7-8; ênfase adicionada)

Maria – a mulher mãe – salva o mundo redimindo as outras mulheres do pecado original de Eva. A virgindade, elemento em destaque no poema, foi recurso para atestar a pureza feminina, que deveria ser assexuada. “[...] Partia-se do princípio de que, graças à natureza feminina, o instinto materno anulava o instinto sexual e, conseqüentemente, aquela que sentisse desejo ou prazer sexual seria inevitavelmente, anormal.” (DEL PRIORE, 2006, p.208-209)

Daí Madalena ser “louca e desgredada”, dado seu histórico de prostituição, ou seja, de envolvimento com sexo por prazer e fora do casamento. A experiência de Madalena ameaça as regalias sexuais masculinas, pois somente ao homem eram permitidos o prazer e a extraconjugalidade. Pecadora como Eva, Madalena é o mau exemplo de conduta feminina que só Maria seria capaz de redimir. Por outro lado, havia aqueles que proclamavam uma outra via de redenção à mulher: a educação.

3. Uma instrução para além do indolente serviço d'agulha

É com essa frase que o jornal paraibano *A Esperança* se posiciona em defesa de um acesso mais amplo à educação para a mulher:

PARAHYBA 16 DE MARÇO DE 1877

Vamos por nossa vez traçar algumas linhas acerca da mulher no Brazil.

A mulher, desde o começo dos seculo, que tem sido para todos os paizes o prototypo do bello e do sublime.

Para o Brazil, porem a mulher é um atomo, é como uma figura de barro a que pouca importancia da-se. A mulher brasileira não é digna de elogios, porque prescindindo de sua formosura natural, nada mais apresenta merecedora de encomios.

É mesmo vergonhoso ver a mulher brasileira em um concurso de pessoas illustradas; ella acanha-se de tal forma que fica como muda; e tudo isto é devido a que? **A falta inconcebivel de instrucção que há para o sexo feminino.**

Não sabemos mesmo porque razão o governo não funda um collegio proprio para a educação do sexo feminino, a fim de que por este meio possa o Brazil ter mulheres illustradas que, por seu merito intellectual, sejam dignas de ser decantada nas páginas da Historia.

Para o Brazil só nasceu a mulher para o indolente serviço d'agulha, tesoura e outros trabalhos domesticos.

Não devia o Brazil entregar a mulher ao indiferentismo a que é lançada actualmente, pois que **a mulher é também dotada das mesmas faculdades, de que é o homem.** Deve cobrir-se de pêjo a sociedade brasileira por haver em seu seio pessoas quasi que a bem fallar, ignorantes e portanto immerecidas de aceitação no gremio de uma sociedade que se diz sabia. (Jornal *A Esperança*, edição 19, 16/03/1877; ênfase adicionada)

Ser “o prototypo do bello e do sublime” significa valorizar a mulher apenas por sua beleza. Para Gay (1995, p.356), esse tipo de valorização expressa “a campanha para exaltar as mulheres de maneira a deixá-las por baixo, de disfarçar a gaiola de pedestal”; mais ainda, “o ideal prescrito de que uma mulher deveria ser adorada por possuir habilidades – 'dotes' – que a tornavam agradável na sala de estar ou nos salões de dança e, mais importante ainda, indispensável na cozinha e no quarto das crianças”. Daí a investida na vaidade feminina, a cobrança à mulher para que fosse prendada, cheirosa, “formosa como uma flor”, “rainha do lar”.

Colégio próprio para a educação profissional do sexo feminino era a Escola Normal, destinada à formação de professoras para ensino primário. A primeira foi implantada em Niterói (RJ), em 1835. Na Paraíba, funcionou nas instalações do Liceu Parahybano, em 1884 (KULESZA, 1998). No período reclamado havia instrução para a mulher; o que se reivindicava era que se estendesse para além do básico e que tivesse acesso mais amplo, dada a quantidade de vagas oferecidas nas escolas e a limitada quantidade destas.

De acordo com a Lei n. 178 de 30/11/1864, assinada por Sinval Odorico de Moura, presidente da Parahyba do Norte, somente poderiam “haver cadeiras do ensino superior nas cidades mais importantes da província” (PINHEIRO & CURY, 2004, p.42). Essas cadeiras, destinadas à formação de professores, profissão para a qual a mulher foi sendo encaminhada, dada sua associação com a maternagem, limitavam-se não apenas ao pequeno número de cidades que poderiam abrigá-las, inclusive a dificuldades orçamentárias para manutenção do prédio e compra de materiais necessários para a formação dos educadores.

Para a mulher ser imortalizada – como o foram os “grandes homens” – nas páginas da História era necessário, diz o periódico, “merito intellectual”, capacidade de demonstrar a mesma desenvoltura racional que o homem. Nem todos esses “grandes homens”, todavia, eram ilustrados, como se está cobrando para a mulher.

Trabalhos manuais, que pudessem ser executados no interior do lar, como o da costura, citado no texto, eram também ensinados nas escolas para meninas. Contudo, preparavam as aprendizes para o casamento, com vistas apenas ao bom desempenho dos afazeres domésticos, sem intenções profissionalizantes. É isso que parece incomodar o redator do jornal.

O Brazil que toma a Europa como seu espelho em outros assumptos: porque também não a considera espelho para tomar o exemplo que ella apresenta acerca da instrucção do sexo feminino?

O que faz-nos admirar são estes grandes diplomatas consentirem tambem que suas filhas cresçam immersas na ignorância.

Por ventura ainda querem seguir os costumes antigos, quanto a educação da mulher?

O que fazião os pais antigamente não mandarem suas filhas, dizem os modernos, era a cegueira que havia d'aquelle tempo; **hoje que estamos no seculos das luzes**, sentimos dize-lo continua-se na mesma!!

A civilização do --- já destruiu a cegueira e dissipou outras superstições: e por que razão não educa-se a mulher da maneira devida?

Oh! bello e apreciavel sexo levantai-vos do abatimento em que jazeis, e bradai com todas as véras contra o indferentismo a que vos entrega o Brazil.

(Jornal *A Esperança*, edição 19, 16/03/1877; ênfase adicionada)

De fato, conforme vem sendo discutido ao longo deste trabalho, o Brasil se inspirou em países da Europa para experimentar a modernidade que então se vivia, porém, na Europa oitocentista as mulheres enfrentavam, tal qual aqui, lutas ferrenhas para ter um acesso mais amplo à escolarização, à educação profissionalizante. A própria atividade da imprensa, como vimos no caso de George Sand, era feita sob pseudônimo.

Ampliar o acesso da mulher à escolarização, enriquecendo o currículo, é uma reivindicação moderna, adjetivo ao qual o jornal quer se qualificar perante o público, assunto sobre o qual faz eco em suas páginas, posto que já estava ali, circulando nas discussões sociais daquele tempo. Para Jinzenji (2008, p.22), é também uma necessidade que

se desdobrara do conjunto de transformações ocorridas no mundo ocidental na modernidade. O século XVIII teria assistido à separação mais definida dos domínios da vida privada e pública, sendo a primeira, identificada com o meio familiar e doméstico, distinto da 'vida pública', relacionada aos espaços e meios de produção no mundo burguês. A família foi se constituindo, aos poucos, como o espaço de refúgio e recolhimento, 'o centro do espaço privado', implicando na produção de novos sentidos e configurações espaciais no interior dos domicílios e nas relações familiares. A mulher passaria a ter um papel fundamental, de guardiã e gestora da intimidade familiar, conjugal e educadora das novas gerações. Nesse ínterim, acompanhada da necessidade de distinção de comportamentos entre os sexos, se encontrava a idéia de que a mulher 'não somente era 'educável', como deveria ser educada'.

Educar não só a mulher, mas a população em geral, era tema recorrente na imprensa

do período e no debate político, haja vista a educação ter sido tomada, naquele tempo, como instrumento para civilizar a nação; a ela foi atribuída a responsabilidade de tirar o país da condição de “atrasado” perante os outros. Grande defensor dessa ideia era o político Rui Barbosa, que reivindicava a criação de um sistema nacional de ensino gratuito, obrigatório, laico.

Barbosa quis importar para o Brasil casos de países como Inglaterra, Estados Unidos, França, Suíça, Alemanha, Áustria e Austrália, que ele considerava bem sucedidos. Se por um lado ele desejava aplicar no Brasil exemplos do que vinha dando certo, por outro, não passa despercebida a comparação que é estabelecida entre o nosso país e aqueles, sinônimos de progresso também na educação.

Essa comparação, todavia, deixava o Brasil sempre em má colocação, por desconsiderar o contexto histórico do nosso país e as lutas políticas que aqueles outros, com sociedades muito mais antigas que a nossa, haviam enfrentado. Não dava para transpor ao Brasil, por mais que dessem certo, programas educacionais sem adaptá-los à nossa realidade, sem observar os limites orçamentários do nosso país.

A atitude de Rui Barbosa é própria da época, em que aqueles países se projetavam como sociedades-modelo para outras nações, em que todas elas queriam se afirmar como tal. No que diz respeito à laicização, movimento que vinha ganhando força no Brasil desde as reformas pombalinas, seu debate foi mais ampliado no final do Império, quando a relação Igreja-Estado já não era mais tão sólida.

Na imprensa, isso não passou despercebido. *O Liberal Parahybano* nos traz um representativo disso, com reação contrária à tirada da educação da administração das ordens religiosas.

CORRESPONDENCIA.

Pariz, 19 de Agosto de 1879

O duello travado entre a Republica e o catholecismo continua mais accerrimo. O conselho municipal de Pariz decidio que todas as escolas primarias municipaes dirigidas por membros de qualquer congregação religiosa ficarião sendo escolas seculares, a partir de 1 de Outubro. O conselho foi unanime em aceitar tal proposta, levantando-se um unico protesto. Outras cidades estão seguindo o exemplo de Pariz. Não se pôde imaginar medida mais iníqua e mais contrária aos princípios democraticos. Os leitores que acompanhão estas correspondencias sabem com que affinco sempre defendemos os direitos do Estado. Não somos, pois, suspeitos de clericalismo. Pois bem! a medida adoptada pelo conselho municipal de Pariz parece-nos iníqua, porque esses Religiosos, conhecidos aqui sob o nome de Irmãos das escolas *christãs*⁴³ são os melhores mestres que possui a França (como

43 O Instituto dos Irmãos das Escolas Cristãs, também conhecido como Irmãos de La Salle ou Irmãos Lassalistas, é uma congregação religiosa fundada por João Batista de La Salle. Tinha por objetivo criar escolas gratuitas para filhos de pobres. Além de ensinar a ler, escrever e contar, ofereciam também educação

comprovão os triumphos dos seus alumnos em todos os concursos, e as recompensas obtidas pelos Irmãos em toda as Exposições, além de que, não sendo sacerdotes, e não tendo outro fim sinão dar a instrucção primária não dispõem elles de influencia alguma que possa ser nociva á Republica. A medida é, outrossim, contraria aos principios democraticos, por isso que esses Religiosos são todos plebeos, filhos de lavradores e commerciantes pobres, e que seu ensino só é dado aos pobres, aos desherdados d'este mundo. O governo republicano perde d'esse modo, collaboradores modestos e dedicados, que, sendo tratados d'esse modo, irão engrossar as fileiras dos inimigos da Republica. (Jornal *O Liberal Parahybano*, edição 53, 16/09/1879)

Embora mencione fatos ocorridos em Paris, essa não é uma situação diferente no Brasil. Repercutindo debate desenvolvido na França, o redator faz um diálogo com o mesmo impasse que se travava por aqui. Atacando a decisão francesa, está, consequentemente, apresentando sua posição sobre o mesmo caso no Brasil.

Concentrar a educação nas mãos do Estado teve sua primeira tentativa em terras brasileiras com o marquês de Pombal, via expulsão dos jesuítas. Na transição de Império para República, quando o Estado seria laicizado, caberia somente a ele a responsabilidade pela educação.

A educação como luzes, atributo de cunho iluminista, desencadeador do pensamento moderno, será, por diversas vezes, repercutida nos jornais dessa época. No periódico *Echo Escolastico*⁴⁴, de 1877, a educação é reclamada para a Paraíba sob essa categoria, que serve de âncora para as de educar para o bem servir ao país, para manter (e promover) a ordem, garantir direitos.

Esse discurso que mescla os elementos da religião aos da modernidade é típico desse jornal. Seu pensamento é dado a ver não só no título; ele é reforçado na epígrafe, cuja autoria é atribuída a Shakespeare: *De Deus é maldição a ignorancia. Nas azas da instrucção ao ceo subimos*. Órgão do Partido Liberal, intitulava-se *Scientifico, Litterario e Noticioso*.

Embora não se afirme religioso, e sim científico, o *Echo Escolastico* trata de questões em pauta na modernidade (a educação é uma delas) – daí seu caráter científico –, mas o faz conduzido pela religião – inclusive pelo vocabulário mobilizado. À primeira vista contraditória, essa postura pode ser identificada nas outras publicações consultadas nesta

cristã. No Brasil, estão presentes desde 1907.

44 Impresso na tipografia dos herdeiros de José Rodrigues da Costa. Sobre este, sabemos apenas tratar-se de um impressor recifense que se mudou para a capital paraibana no final de 1834 motivado pela inexistência de tipografias na província da Parahyba do Norte. Recebeu muitas encomendas do governo, inclusive a publicação da gazeta oficial. Faleceu em 08/11/1866, ficando a tipografia com herdeiros que, logo após a queda do Império, mais precisamente em 31/12/1892, venderam-na aos proprietários de A União, órgão do Partido Republicano da Paraíba (HALLEWELL 2005). Editou também *O Publicador* (1864), de tendências liberais; *O Typographo* (1876), crítico e noticiador, e *O Estudante* (1885), literário, noticioso e crítico.

pesquisa. Ela faz parte de um período em que a leitura de realidade então existente se confronta com o modo de interpretá-la trazido pela modernidade. Nesse jogo de forças, as duas vertentes se misturam, se influenciam.

O fragmento a seguir, publicado na primeira página da edição de 13/08/1877, foi desmembrado em duas partes, visando a uma melhor discussão das categorias em que a educação foi representada pelo jornal.

PARAHYBA, 13 de Agosto de 1877.

Agora que reúne-se a Assembléa Provincial, incumbe aos dignos representantes da provincia facilitarem meios para diffundir-se pelos parahybanos **as luzes da instrucção**.

Está no auxílio desta illustrada Assembléa as esplendidas venturas anheladas pelos parahybanos, que dizem:

"Queremos instrucção para distinguirmos claramente os nosso **direitos**; para vermos desfeitas as **trevas** que obumbram as felicidades provinciaes e expandirmos idéas que exprimam **liberdade**; não essa liberdade que arroja o homem á commettimentos temerarios e immoraes, não essa liberdade que aspirão alguns para haver fraqueza á criminosos procedimentos, como louca e horrorosamente experimentou-se na communa pariziense; mas uma liberdade sã e pura, que demonstre o verdadeiro sentir de **Amor á Patria**, uma liberdade que seja a nobre exaltação de garbo para o povo que geme sob a preponderancia de desastrosas injustiças, uma liberdade que faça **engrandecer o Paiz**, e que suavise á todos no progresso de venturosa moralidade. (Jornal *Echo Escolastico*, edição 6, 13/08/1877; ênfase adicionada)

O conceito de educação como luzes, grafado pelos filósofos do Iluminismo e amplamente difundido no período em questão, é recuperado pelo *Echo Escolastico* na crença de que ela, ao retirar a população das trevas da ignorância, seria o instrumento para se levar o país ao progresso.

O acesso à instrução, em nome da liberdade, é solicitada com o objetivo de garantir direitos. Mais que isso: para servir à pátria, para trabalhar pelo desenvolvimento do país. O próprio Estado, quando passa a acreditar nessa afirmativa, começa a desenvolver meios de prover acesso à educação no intuito de apagar do Brasil a imagem de país "atrasado". Essa discussão terá lugar não só na imprensa, mas na política.

A experiência da Comuna de Paris⁴⁵ é uma representação da liberdade condenada pelo jornal. Nesse sentido, liberdade é sinônimo de bagunça, de perda da razão. Considerada uma república proletária, a Comuna representava uma ameaça ao poder constituído e à autoridade da Igreja, a qual era contrária à República, dado o caráter anticlerical desta. Ademais, sob a gestão da Comuna, Estado e Igreja foram separados, e a educação se tornou secular.

45 Fundada na Paris de 1871, a Comuna – primeiro governo operário de caráter socialista da história – foi símbolo da resistência popular em resposta à invasão prussiana à França. Baseava-se nos princípios da Primeira Internacional dos Trabalhadores.

Queremos instrucção porque nella descobrimos a amenidade dos beneficios populares; porque nella presentimos ter a primorosa ostentação de bemditos dias. Queremol-a porque sabemos que **os povos instruidos prosperam superabundando em grandezas honrosas á seu paiz e uteis ás nações**; queremos instrucção para com ella refrearmos as paixões que nos possuem arremessar ás infelicidades; quemol-a para podermos ponderar com reflexão feliz sobre a importancia da prudencia em furiosa indignação, que por acaso sentimos contra as leis que nos impõe a ordem; queremos instrucção para que não sejamos levados por caprichos alheios á enfurecermos contra as convenientes ordens de nosso governo como lamentavelmente aconteceu na desastrosa *quebra-kilos*; quemol-a para que não reapareçam scenas tão ignomiosas como presenciarse, ha pouco, casas de homens pacíficos e briosos invadidas pelo desespero de vontades affrontosas; para não mais ouvirmos, dolorosa e irremediavelmente, o soluçar de muitas filhas do povo pobre arrastadas á servir o desejo immundo de soldados cruéis, cujos actos envergonham a honra e nobreza do paiz!...

Queremos instrucção para conhecermos bem das **garantias** que temos na Constituição do Imperio, mas que interesses particulares nos escuressem; queremos e pedimos, finalmente, instrucção porque desejamos **gostar também do prazer que abrasa os homens por ella dirigidos.**"

É na verdade digno da attenção da illustrada Assembléa da Parahyba do Norte o desejo do povo parahybano.

Ella comprehende bem que **na instrucção está a prosperidade de um paiz, o engrandecimento de um povo e as pomposas vantagens da civilisação.**

Toda a medida que se tomar á favor da provincia sem ter em frente a instrucção do povo será inutil; será *imbrem in cribam genere*. (Jornal *Echo Escolastico*, edição 6, 13/08/1877; ênfase adicionada)

Um povo não instruído, era, por consequência, bárbaro; um empecilho que poderia se voltar contra a lei estabelecida pelos governos, como no citado caso do Quebra-Quilos. O prazer que abrasa os homens dirigidos pela instrução revela mais uma face dessa educação reivindicada no século XIX: ela era, de fato, de acesso quase restrito à elite, aos homens públicos. Daí a exigência de uma educação universal, gratuita e laica tão vivamente presente nos discursos políticos nos anos iniciais da República.

A Revolta do Quebra-Quilos – engrossada por comerciantes, proprietários de imóveis, pequenos agricultores e consumidores – (MACÊDO, 1998) ocorreu no Norte⁴⁶ do país entre fins de 1874 e meados de 1875. Consequência da adoção do sistema métrico francês, mais do que a dita ignorância a que se refere o *Echo Escolastico*, demonstra a capacidade de questionar o poder estabelecido. Por outro, nos dá evidências da ausência do arcabouço estatal do Império em localidades mais distantes da Corte.

Aprovada em 26 de junho de 1862, a lei que determinava adoção do sistema métrico francês só entrou em vigor em 1872, após a promulgação do Decreto Imperial de 18 de setembro. Mesmo com a exigência legal, as tradicionais medidas utilizadas no comércio permaneciam. Entre os motivos, a cobrança de taxas para o aluguel e aferição dos novos

46 Somente no século XX o termo Nordeste passou a designar a região hoje conhecida por esse nome.

padrões do sistema métrico – balanças, pesos e vasilha de medidas; a criação do chamado "imposto do chão", cobrado dos feirantes que expunham no chão da feira as mercadorias que pretendiam vender; o estabelecimento das novas regras de recrutamento. (MACÊDO, 1998)

Iniciada em Fagundes (então povoado de Campina Grande), a Revolta se alastrou por outros estados – Rio Grande do Norte, Pernambuco e Alagoas. A reação das autoridades provinciais se deu mais no sentido de conter a rebelião que afrontava o poder representado pelo imperador, do que como uma represália ao descumprimento da lei. Destruir pesos e medidas e saquear feiras seria a tal liberdade irresponsável condenada pelo jornal.

O debate sobre educação como ferramenta para civilizar pessoas em prol do progresso do país, embora tônica presente na política e na imprensa no Brasil como um todo, teve suas nuances, a depender dos interesses que moviam seus oradores. No Recife, cidade com quem dialogamos na pesquisa, identificamos dois jornais com representações diversas às do paraibano *Echo Escolastico*.

Na Paraíba, o *Echo* faz um apelo direto à Assembleia Provincial, a quem se dirige parecendo falar em nome da população paraibana. Permeado por uma visão religiosa, credita unicamente à (falta de) educação a responsabilidade pela situação de “atraso” em que enquadra a província. Isso demonstra uma visão também tendencialmente positivista, que influenciou o pensamento brasileiro do século XIX em diversos aspectos do campo social.

Segundo o Positivismo, a educação traria a redenção dos povos da situação de atraso e domínio em que se encontravam. Acrescida a essa crença, a visão da educação para o *Echo* se faz em nome de uma liberdade guiada para o servir à pátria, para o controle de condutas. É esse argumento de servir ao país que endossa à Assembleia talvez arditamente para ser atendida.

A Lanceta e *O Americano*, periódicos recifenses agora em questão, oferecem ao leitor uma representação da educação mais centrada na garantia de direitos individuais, e não no amor à pátria. Talvez por causa do cenário político e intelectual que fervilhava na capital pernambucana, pelas ideias americanas que moveram seus intelectuais e suas produções jornalísticas, pelo intervalo de tempo que marca as publicações.

[...]

sò o nosso povo, muito mais bruto que os proprios irracionaes, ha de necessariamente fazer um **pessimo uso da liberdade, pela rasão de não saber ler!** Mas então levem o absurdo á ultima consequencia e nos digam que as **luzes** que hoje enchem o mundo, já existiam *á priori*, antes de existir o primeiro homem. Sejam logicos, ao menos, no erro.

Quem foi que aconselhou o estado social sinão a razão natural? Não foi pelo prudente exercício de suas faculdades, a principio tóscas, depois pouco a pouco cultivadas, segundo os recursos que elle mesmo ia creando, não foi pelo **desenvolvimento instintivo e gradual de sua liberdade, primeiramente rude, confusa, embryonaria, mas depois paulatinamente desenvolvida e esclarecida**, que o homem chegou a comprehender que devia associar-se, e mais tarde que devia cultivar as industrias, as artes, as sciencias? A humanidade tem decahido ou tem progredido? A Roma culta não veio da Roma barbara?

Somos panegyrista da **escola, que reputamos indispensavel para o desenvolvimento prompto e proficuo da civilização**; mas entendemol-a como **auxiliar poderoso, é verdade, antes do que como fundamento das idéas e noções naturaes de bem e mal, de justiça, de ordem, de sociabilidade, de liberdade**. Os Lacedemonios eram um grande povo, cuja historia admiramos, e entretanto elles não tinham leis *escriptas*.

Não é porque o nosso povo não sabe ler que o reputais o mais atrazado do mundo? Pois saber que, á excepção dos Estados Unidos, da Inglaterra e da Prussia, poucos outros paizes mais terão, talvez, população de instrução superior á da nossa. Em geral os povos, mesmo os mais felizes, andam quasi todos uns pelos outros neste ponto.

Dizeis tambem a respeito do povo brasileiro: **“Como poderá fazer bom uso da liberdade um povo que dá pancada, que dá facada, que assassina?”** Porém em que paiz do mundo, ainda o mais culto, já se deixou de commetter semelhante ordem de violencias e delictos? **O que fazia o povo romano nos aureos tempos da republica? O que fez o povo de 1792 na França? De que paiz era Troppmann⁴⁷** (Jornal *A Lanceta*, 1889; ênfase adicionada)

A Lanceta parece não aderir à crença – reiteradamente afirmada ao longo da década de 1870 – da relação educação-civilização; em outras palavras, um povo poderia ser civilizado sem ser, necessariamente, educado. Nesse pensamento está implícito, pelo que se infere, o conceito rousseauiano de educar de acordo com a natureza. Essa educação seria dada de maneira gradual, com vistas ao desenvolvimento dos sentidos e da razão para aprimorar a capacidade de julgar.

A escola, todavia, não é repudiada, haja vista ela ser considerada local de excelência para desenvolvimento da civilização. O que diferencia *A Lanceta* é justamente o fato de a escola não ser tomada como um “templo” para cultivo da civilização, e sim como instrumento auxiliar dela; afinal, as noções de bem e mal, de certo e errado seriam naturais ao homem, tal como postulado por Rousseau.

Expondo essas ideias, *A Lanceta* demonstra também que separa educação de instrução. Assim, para ela, a escola seria um local destinado à instrução; a educação se daria pela convivência entre os homens. Ao contrário do que comumente circulava no período, com discursos que afirmavam reiteradamente a situação de “atraso” do Brasil em virtude da baixa instrução da população, *A Lanceta* informa – muito mais sensatamente – que outros países,

⁴⁷ Se a França, por um lado, foi um país que teve a imagem cristalizada como espelho de modernidade, progresso e civilização, por outro, foi berço de nascimento de Jean-Baptiste Troppmann, submetido à guilhotina em 19/01/1870 em virtude do assassinato de oito pessoas.

em geral, não estavam muito distantes de nós, que o Brasil não estava tão “atrasado” assim. Ademais, não demonstra exaltação aos países ditos “civilizados”, pois até mesmo neles, onde as pessoas eram instruídas, atos de barbárie – associados à falta de instrução – eram cometidos.

Assim como *A Lanceta*, *O Americano* insiste que a instrução é um auxílio ao desenvolvimento do país, mas não uma condição *sine qua non*. Em *O Americano*, porém, essa afirmativa figura mais como mote para levar o leitor à questão central do argumento: ela não seria prerrogativa para o direito ao voto⁴⁸.

Sendo o grau de instrução empecilho para a maioria da população – analfabeta – ter direito ao voto, os dois jornais recorrem a exemplos de sociedades antigas não escolarizadas, porém bem sucedidas na administração pública graças a um “bom senso natural inerente a todos os povos” que teria a instrução apenas como auxiliar em seu desenvolvimento. De corrente republicana liberal-democrática, o que *O Americano* intentava era conseguir apoio popular para a aprovação de uma república federativa presidencial⁴⁹, aos moldes estadunidenses, com plena separação de poderes.

É verdade, hoje incontroversa, que, **sem instrução profusamente derramada, um paiz não póde administrar-se, nem dirigir-se bem. Direitos e deveres, como proficuamente cultivall-os e delles ter clara consciência, sinão pela instrucção?** Costumes puros, como contrahil-os, usos depravados e preconceitos nocivos, como abandonal-os, sinão pela **moralisação das camadas?** E esta moralisação, de que modo adquiril-a, sinão preparando os espiritos, ministrando-lhes luz, ensinando-os a perceber as **verdades sociaes e individuaes**, a **discernir o bem do mal político?** Emfim, o paiz, que lê é o que tem idoneidade para defender e sustentar em toda sua plenitude seus direitos, porque só este está apto para os conhecer, assim como os seus deveres. Esta é a these.

Antes, porém, da instrucção, fornecida pela leitura, um instinto moral e social preexiste no espirito humano. A instrucção esclarece e desenvolve este instinto, mas não é ella que o vem crear, isto é – não é tal que, sem ella, ella não se manifeste. Assim o povo o mais ignorante não deixa de presentir onde está a capacidade, onde está o indivíduo, digno de sua confiança, á quem elle possa **entregar**, conscio de que se não engana nem se prejudica, **a gerencia de seus destinos**. Os nossos indios, que eram selvagens, não tinham letras; e com tudo elegiam livremente seu chefe com um tino, com um senso, com um acerto admiraveis: os suffragios geraes solicitavam sempre o mais distincto pela coragem – virtude principal entre elles. (Jornal *O Americano*, edição 2, 08/05/1870; ênfase adicionada)

48 Durante o Império, os analfabetos podiam votar quase sem restrições, até a criação da Lei Saraiva (1881), que vetou o acesso dos iletrados às urnas, ao estabelecer o chamado “censo literário”, proposto por Rui Barbosa. O direito dos analfabetos ao voto só foi reconquistado em 1985.

49 Defendida por Campos Sales, Rui Barbosa e Prudente de Moraes, saiu vencedora no confronto com a corrente republicana positivista, a qual brigava por uma ditadura republicana, seguindo os princípios de Auguste Comte.

Destaquemos que instrução para governar bem o país e para garantir direitos e deveres eram bandeiras já levantadas durante o Império, mas que *O Americano* quer apresentar como republicanas, por querer associar esta a tudo que fosse novo, moderno. O estado atual da instrução popular não estava tão atrasado como quer pintar o jornal, e medidas para equilibrar a administração nesse sentido – a exemplo do Ato Adicional de 1834 – estavam sendo empreendidas. *O Americano* faz isso por causa de sua vertente republicana, por acreditar que só ela resolveria “todos os males do Brasil”, que se deviam à monarquia.

Uma das medidas que refutam o tal estado deplorável citado pelo jornal é o Regulamento n.7 de 06/12/1865, que trata do Colégio de Educandos Artífices, criado em 1859 para recolher, educar e instruir meninos pobres e desvalidos, responsável “por alimentar, vestir e tratar em suas enfermidades todos os educandos; e, além da educação moral e religiosa, ensinar-lhes a ler, escrever e contar, noções de gramática nacional, música vocal e instrumental, e um ofício mecânico.” (PINHEIRO & CURY, 2004, p.120)

No próprio **estado actual**, em que nos achamos que é **deploravel** – não há duvida – **pelo que concerne á instrucção popular**, neste mesmo estado de quasi absoluta ignorancia e degradação, si um governo qualquer fôr um dia atacado de um impulso de honestidade, de patriotismo, de consciência, que o determine a abster-se absolutamente de tomar parte na eleição, de empregar a força, deixando a massa desassombrada, a expressão da urna ha de ser muito meritoria. **O nosso povo é demasiado ignorante**, sim; mas não tem o instinto de tal maneira embotado, que se torne incapaz de conhecer quem esteja no caso de offerecer-lhe garantias de leal e benefica direcção.

[...]

Trata-se de eleger o presidente da provincia. Para ser bem succedido em semelhante eleição não precisa o povo ter estudado Plutarcho, nem Rousseau. No montão de ruinas elle descobre os pontos solidos, no descabro geral dos caracteres elle sabe quaes são os que ainda restam, bem que obscuros e modestos, com tudo immaculados e salvos da universal desolação. Para esses fará converger seus suffragios: e ficai certos de que o mais votado ha de ser um homem digno.

[...] **Independente do poder central**, e ligado pelo sentimento da gratidão e por outros laços naturaes á provincia, dedicar-se-ha inteiro aos engrandecimentos desta. Ajudado de uma assembléa de egual modo eleita, mettido em brios pela expectativa publica, pelo valor do deposito que lhe foi confiado, elle zelará os dinheiros provinciaes [...]

A emancipação da provincia, isto é – seu futuro, sua garantia, seu adiantamento, sua gradual prosperidade deve começar deixando-se-lhe a livre faculdade de eleger o seu presidente.

A provincia deve reclamar com todas as forças por este direito. (Jornal *O Americano*, edição 2, 08/05/1870; ênfase adicionada)

Ao reivindicar acesso à escolarização, o termo utilizado pelos três jornais é bem específico: instrução. Na tese desenvolvida sobre jornais e educação da mulher na primeira metade do século XIX em Minas Gerais, a pesquisadora Mônica Jinzenji (2008) esclarece que

instrução e seus derivativos aparecem com uma frequência significativa nos jornais e demais documentos do período; entretanto, seu uso nem sempre parece coincidir com o significado encontrado nas definições dos dicionários da época. Nestes, os verbetes educação e instrução aparecem sempre relacionados um ao outro, havendo a diferenciação no que diz respeito à finalidade de uma e de outra ação: “o fim da educação é desenvolver as faculdades morais, enquanto a instrução visa a enriquecer as faculdades intelectivas.” (JINZENJI, 2008, p.22-23)

Mesmo reivindicando acesso à educação destinada ao intelecto, conforme evidenciado na documentação e explicitado acima, os jornais tomam a palavra instrução como sinônimo de educação, pois sem instrução, postulavam, o resultado seria a “selvageria” do Quebra-Quilos (*Echo Escolastico*), a má conduta de Troppmann (*A Lanceta*) e a exclusão da vida pública (*O Americano*).

A educação é ferramenta, assim, para preservar o bem-estar social. Esse objetivo faz sentido quando consideramos o contexto em que a instrução pública começava a ser organizada, com o propósito de “difundir as luzes, civilizar os bárbaros, implementar a ordem, consolidar o Estado independente e torná-lo moderno.” (JINZENJI, 2008, p.194)

Para a mulher, a educação teria a finalidade de colocá-la em pé de igualdade com o homem; assim, ela poderia tomar conhecimento de seus direitos, exercer uma profissão, participar mais ativamente da vida pública. Isso foi possível graças ao

incentivo a uma ampla divulgação da educação e da instrução junto à sociedade [...], ao movimento das ideias liberais entre os intelectuais e da adesão dos homens e mulheres esclarecidos do país. O século XIX convertia-se, assim, no momento decisivo de significativas transformações na vida das mulheres. O acesso feminino à escola se impunha, vencida as resistências e consolidava-se como uma realidade. Nesse momento, era a educação; mais tarde seria o trabalho e a ampliação de seus direitos políticos. (DUARTE, 2010, p.33-34)

Destacado isso, a atenção com o intelectual passa a sobrepor o cuidado com a aparência, conforme alertado pelo periódico paraibano *O Conservador*.

Educação feminina.

è nossa opinião que só tem legítimo jus à suprema elegancia a mulher que começou por educar a sua intelligencia, e adornar o seu espírito de todas as bellas qualidades que assignalam um abysmo entre as victimas da ignorancia e os bemaventurados da civilisação.

É myster que as nossas leitoras se convençam de uma verdade: si uma mulher sem instrucção é uma flôr sem perfume, uma mulher sem educação é um desses fructos grosseiros e venenosos que a natureza, como que por escarneio, faz brotar d'entre as sarças espinhosas. (Jornal *O Conservador*, edição 4, 29/09/1875)

A reprovação à atenção com a beleza aliada ao desprezo pelo cultivo do saber é

questão central nesse fragmento, no qual o jornal critica especificamente a moda, rubrica quase que exclusivamente feminina, e que é tão fugaz quanto a passagem do tempo na modernidade.

4. Moda: a fugacidade do tempo moderno e a mulher

Símbolo da modernidade, a moda é fruto da produção industrial, que propicia uma maior oferta de produtos e precisa gerar um consumo permanente, associando-se ao efêmero, à velocidade com que é renovada, ao apelo à novidade, à ânsia pelo que está por vir. É fugaz, tal qual o *flâneur* que caminha sem destino, sempre em frente, rumo ao desconhecido. Para Benjamin (1985, p.36), ela “prescreve o ritual segundo o qual o fetiche mercadoria pretende ser venerado.”

A moda encarna com bastante propriedade o “tempo fluido” decorrente da mudança de referência para demarcação do cronótopo tempo-histórico, exercendo, dessa maneira, “o fascínio do simultâneo começo e fim, o encanto da novidade e, ao mesmo tempo, o da efemeridade. [...] ela é ao mesmo tempo ser e não ser, encontra-se sempre na divisão de águas entre passado e futuro.” (SIMMEL, 2008, p.31)

O ferro e o vidro, materiais que passaram a ser largamente empregados nas construções, são elementos modernos que dão guarida aos objetos da moda nas galerias de Paris, cidade que “se afirma como a capital do luxo e da moda” (BENJAMIN, 1985, p.36). É essa imagem de vanguarda e de bom gosto que a cidade exporta de sua moda, de forma que as demais nela se espelham porque querem se associar aos valores que lhe estão agregados.

É nesse sentido que o sociólogo alemão Georg Simmel⁵⁰ (2008, p.24) fala do caráter particular e universal da moda, a qual

é **imitação de um modelo dado** e satisfaz assim a necessidade de **apoio social**, conduz o indivíduo ao trilho que todos percorrem, fornece um **universal**, que faz do comportamento de cada indivíduo um simples exemplo. E satisfaz igualmente a necessidade de **distinção**, a tendência para a diferenciação, para mudar e se separar. E este último aspecto consegue-o, por um lado, pela mudança dos conteúdos, que marca individualmente a moda de hoje em face da de ontem e da de amanhã, consegue-o ainda de modo mais enérgico, já que as modas são sempre modas de classe, porque as modas da classe superior se distinguem das da inferior e são abandonadas no instante em que esta última delas se começa a apropriar. Por isso, a moda nada mais é do que uma forma particular entre muitas formas de vida, graças à

50 Simmel considerava a moda um importante parâmetro para a compreensão da sociedade do século XIX. Em 1904 escreveu o artigo *Filosofia da Moda*, no qual apresenta as dualidades a ela inerentes como representativas das contradições humanas.

qual a **tendência para a igualização social** se une à tendência para a diferença e a diversidade individuais num agir unitário. (ênfase adicionada)

Nesse jogo de unir e separar, ela cria identidades que se distinguem por grupos sociais. Associar-se à moda francesa é distinguir-se do que não é francês, sinônimo de mau gosto. Assim, são criados modelos que, pela imitação, libertam “o indivíduo da dor da escolha”, deixando-o, “sem mais, aparecer como um produto do grupo, como um receptáculo de conteúdos sociais.” (SIMMEL, 2008, p.23)

Para ser divulgada, a moda ganhou espaço nas revistas femininas. Uma delas, A Estação (publicação quinzenal de origem francesa – sob o título de *La Saison* – editada no Rio de Janeiro de 15/01/1879 a 15/02/1904), foi fartamente divulgada no Brasil durante o século XIX em virtude de seu encarte de moldes, que ensinava, passo a passo, a reproduzir as últimas tendências da moda parisiense. Na Paraíba, o jornal *O Conservador* faz propaganda da revista em dois momentos diferentes e com posicionamentos completamente distintos. Acompanhemos:

Educação feminina.

Entre os meios de que pretende aproveitar-se a Redacção do "Conservador" para tornar o seu periodico interessante aos olhos do bello sexo é um dos mais poderosos o consagrar-lhe mensalmente um artigo de modas, no qual, resumindo-se a analyse do quanto dizem a este respeito os especialistas, como a *Mode Illustrée*, a *Saison*, o *Magasin des demoiselles* e outros, possam as senhoras parahybanas e suas hospedes encontrar **um guia do bom gosto e da elegancia parisiense**. Para isso tomaremos por assumpto todas as peças do vestuario feminino desde o chapéo multiforme até a elegante botina, de salto á Pompadour, e descreveremos com termos ao alcance de nossas menos instruidas leitoras, todos os elementos dessa **auctoridade magica e irresistivel que tem o segredo de tudo avassalar, e de mudar todos os mezes, sem crime e sem indignidade, o traje e a opinião de uma população inteira**. (Jornal *O Conservador*, edição 4, 29/09/1875; ênfase adicionada)

Nesse primeiro trecho, *O Conservador* expõe sua visão sobre a mulher ao relacioná-la à moda como um passatempo, uma futilidade. Afinal, o jornal ficaria mais interessante para a leitora se tivesse um artigo sobre modas? Moda⁵¹, de fato, era assunto que despertava interesse, posta a dimensão cultural que lhe foi conferida naquele século. Esse universo, contudo, é dado pelo periódico, a priori, como exclusivamente feminino.

Essa talvez tenha sido a saída encontrada pelo jornal paraibano para retirar à mulher a discussão de questões da vida pública – economia, política –, de domínio tradicionalmente masculino, que eram repercutidas nos impressos. À ela caberia, assim, o debate de assuntos ditos mais amenos, que envolvessem vestuário e decoração.

51 Não podemos desconsiderar que *A Estação*, além do *Jornal de Modas*, abrigava também a *Parte Literária*, que contava com a colaboração de escritores renomados de nossa literatura, entre eles Machado de Assis.

Se considerarmos também a condição social que a mulher tentava romper naquele período, a moda, como elemento de distinção, era o caminho por ela encontrado para ganhar destaque, pois aquela seria, nas palavras de Simmel (2008, p.39), “a válvula donde irrompe a necessidade de as mulheres se distinguirem e realçarem a sua individualidade segundo uma maior ou menor medida, quando tal satisfação lhes é recusada nas outras áreas.”

Mode Illustrée (de 1860 e ricamente ilustrada com xilogravuras, é considerada a primeira revista feminina de moda), *Saison* e *Magasin des demoiselles* eram as maiores revistas francesas de moda da época e circulavam também internacionalmente. Mais do que apresentar ao mundo as últimas novidades da moda, cumpriam o papel de firmar a imagem de Paris como centro difusor de requinte e de luxo, a quem as demais sociedades deviam seguir. Desse mesmo pensamento compartilha Simmel (2008, p.29), para quem “[...] as modas são produzidas em Paris com o simples fito de se tornarem modas em qualquer outro lugar.”

No final, ao lançar uma crítica à efemeridade da moda, *O Conservador* indica a consciência de que suas características básicas não passavam despercebidas por todos, contrariando a imagem de uma recepção completamente passiva a tudo que era ditado por ela. Em nossa leitura, porém, encaramos essa crítica também como uma ironia dirigida à mulher, que seria inconstante tanto quanto a moda.

Dois anos depois, *O Conservador* publica uma nota muito mais técnica sobre a revista, tendo em vista apenas a publicidade de *A Estação*⁵²:

Correio

Não podemos, em vista do excellent numero de 4 de Maio p. p, deixar de recommendar ás nossas **elegantes leitoras** o jornal de modas – a Saison. Não podem ser mais graciosos os figurinos colloridos toilette branco e granada obriga o contemplador a demorar a vista mais tempo do que pensara.

Não comprehendemos que haja uma **moça do tom** que não seja assignante da Saison, vasto coffre de moldes e padrões, de **conselhos e exemplos indispensaveis ao bom tom**.

Acresce que a todas as nossas conterraneas é facil metter as mãosinhas nesse coffre; pois a Saison é impressa também em portuguez, o que lhes facilita a comprehensão das phantasias da deusa caprichosa.

Convidamos, portanto, aquellas das nossas leitoras que não são ainda subscriptoras da Saison a inscreverem-se como taes, sendo certo que bastará para decidil-as a isso analysarem os figurinos coloridos e não colorido e os graciosos enfeites de que dá noticia o referido numero de 1 de Maio. (Jornal *O Conservador*, edição 11, 27/06/1877; ênfase adicionada)

52 Editada na Corte e distribuída para todo o Brasil, *A Estação* representava uma porta de entrada das ideias modernas no quesito moda até mesmo para as províncias mais distantes da capital. Isso contraria a tese de que o contato com os símbolos da modernidade teriam se restringido ao centro do país, mesmo que essa experiência se desse via jornal.

A *Estação* estampava um estilo de vida aspirado pela classe média burguesa, a quem se dirigia. Esse jeito de viver, transformado em objeto de consumo, era desejado por aquela classe com a intenção de associar-se à burguesia europeia como forma de distinção, quando a roupa passa a representar, nesse novo contexto, um *status* que não estava mais nos sobrenomes, e sim no capital.

Nesse segundo trecho, o jornal apela mais uma vez à mulher, para quem queria direcionar a leitura da revista. A partir da leitura de Simmel (2008), fica clara a apropriação que a mulher fez da moda como recurso que marcasse a sua individualização no meio social. A união entre esses dois elementos, portanto, não é aleatória, pois

Se a moda expressa e acentua ao mesmo tempo o impulso para a igualização e para a individualização, o estímulo da imitação e o da distinção, isso explica talvez o porque é que as mulheres aderem em geral à moda com particular exuberância. [...] as mulheres aspiram fortemente à relativa individualização e à caracterização da personalidade individual, que ainda lhes são possíveis. (SIMMEL, 2008, p.38)

Além de dar a ver status e delimitar individualidades, a moda, ou melhor, a recepção que se tem dela, aponta também o choque de costumes que se deu entre as gerações antiga e moderna com a passagem do tempo. Acompanhemos o poema *Le Monde Marche*, publicado no jornal crítico e chistoso recifense *O Encouraçado*, de 1875:

INGENUIDADES

LE MONDE MARCHE

– Mamãe, eu quero um vestido
Como aquelle de chiquinha,
Que outro dia com a Rosinha
Na igreja dos militares
Provocou tantos olhares!

Que vestido tão bonito!
Meio azul, meio encarnado;
E como tão bem armado;
Estava o laço da cintura
Realçando-lhe a figura!

E o tremendo, enorme coque,
Que o toutiço lhe encobria!
Como bem correspondia
N'aquelle andar tão coquette
Com o chic do toilette!

Mamãe, não vê como as moças
Gostam hoje de ir a igreja,
P'ra que todo mundo as veja
Primarem n'aquella roda
Em todo o rigor da moda?!...

(Jornal *O Encouraçado*, edição 10, 06/03/1875)

O mundo marcha, levado pelo progresso, mudando a todo tempo, pisando em tudo que é velho, e portando sempre o novo. Assim também é a moda, que não se fixa a um espaço-tempo, que por nada se detém, que por ninguém espera. A personagem do poema quer um vestido igual ao da amiga para exibir a mesma identidade que ela; não uma marca que a singularize, mas que demonstre seu pertencimento a determinado grupo. A roupa passa, com a atenção que desperta no outro, a conferir a existência do indivíduo na sociedade, a exibir poder aquisitivo. É para ser visto, é para ter a existência legitimada pelo olhar do outro que o indivíduo a ela se submete.

– Oh! Sinhà, não diga isso!
Pois agora é permitido
Na igreja o mesmo vestido
Que se usa n'um recreio,
No teatro, ou no passeio!?!...

No meu tempo, ninguém ia
De uma igreja a qualquer festa
Sem que levasse a testa
Envolvida na escomilha
Que fechava-lhe a mantilha!

Pois, o que?!... hoje se usa
Nas igrejas, de fazendas,
De flores, fitas e rendas,
Que nos bailes e partidas
São somente permittidas?!...

– Ora, vejam só, mamãe.
Como está tão atrasada!
Então vosmecê casada
Por ventura isso ignora?
Não sabe que é moda agora?

[...]

Como está tudo mudado!...

[...]

Ai! meu deus! ai! Quem me dera
Deixar este mundo já!

[...]

Uma vez que é isto moda,
Que todas fazem assim,
Faze-o também, quanto a mim
Hei de amar sempre o regresso,
Si isto assim é que é progresso.

Mas queira Deus que eu não morra
Sem ver inda acabar isto
E cheio o templo de Christo
D'aquella gente modesta
Que outr'ora vi, e não desta!
(Jornal *O Encouraçado*, edição 10, 06/03/1875)

A preocupação da jovem com o traje utilizado na igreja está ligada ainda, ressalte-se, aos namoros que lá se iniciavam. Sob o pretexto de ir à missa rezar, muitas moças se aproveitavam da ocasião para estabelecer relacionamentos amorosos. Nessa modernidade pautada pela lógica da mercantilização, o próprio indivíduo se tornava, adornado pela moda, um produto exposto nas vitrines da igreja à espera de pretendentes.

Pela reação da mãe, opositora a tudo que se diz moderno, até a Igreja estaria se modernizando, ao aceitar os novos costumes da moda. Isso porque a roupa, pelo que se vê no discurso dela, servia para encobrir a mulher, e não para expô-la. Nessa abertura, porém, a Igreja está mais preocupada em incorporar os elementos modernos conferindo-lhes um novo significado – na intenção de não perder fiéis –, do que com a exposição do corpo feminino.

Desfocado nos textos jornalísticos quando se trata de moda, é na *Galeria de Homens Ilustres* elaborada por *O Trabalho* que o masculino ganha contornos de exposição, tais quais os moldes femininos catalogados por *A Estação*. Passando, antes, pelo ridículo, ao portar trajes femininos à vista de curiosos no centro da cidade do Recife.

CAPÍTULO III

Modernidade e crise das virilidades: diversidade e normatividade masculinas em jornais paraibanos e pernambucanos (1870-1880)

1. O humor como agressão defensiva

Comuns em jornais oitocentistas, poemas, anedotas e charadas são tipos textuais aos quais se recorreu, com frequência, sob a pena do humor, como forma de agressão defensiva. Tomamos essa expressão, utilizada por Zica (2011) para analisar a ironia masculina presente em artigos publicados no jornal *O Noticiador de Minas* (1872), para caracterizar o uso do humor em textos redigidos na imprensa paraibana do mesmo período.

Analisando esse recurso, o historiador Peter Gay (1995, p.371) esclarece que “[...] o humor oferece esplêndidas oportunidades para o exercício – e o controle – da agressão. Por mais diversos que sejam os motivos subjacentes ao humor, suas dimensões agressivas são das mais preeminentes. Por uma coisa: ele é, proeminentemente, uma forma de se vangloriar.”

Vejamos de que modo isso se apresenta na imprensa oitocentista da Paraíba. Sob as rubricas do passatempo e da diversão, o paraibano *O Typographo*, de 1876, lança a seguinte pergunta ao leitor:

CHARADA

Diga-me, caro leitor,
que apelido deve ter
uma mulher que peccados
não cessa de commetter?

O que faria se a visse
fingindo-se arrependida;
mão direita sobre o peito
a esquerda aos ceos erguida?

Pois não estranha.É mulher;?
meu bom leitor. Que mais quer.
(Jornal *O Typographo*, edição 19, 15/11/1876)

Nesse texto, o jornal opta por revisitar a imagem bíblica da mulher pecadora. Sugere-se que pecar e fingir fariam, pois, parte da natureza feminina. Mais do que fazer o leitor rir, o jornal intencionaria ridicularizar a mulher, destacando uma característica negativa que lhe foi imputada pela Igreja Católica e pelo senso comum. Travestida de humor, a agressão lançada ao feminino ganharia contornos mais suaves.

Ao que parece, essa agressão, camuflada na brincadeira, foi dirigida ao feminino – via

imprensa – por homens que viam seu tradicional papel social de dominadores em risco. Essa tentativa de ridicularização dá sinais de um masculino fragilizado, inseguro para dialogar com as múltiplas propostas de experimentar gênero oferecidas pela modernidade, não polarizando os sexos, contrariando, inclusive, papéis fixados aos gêneros masculino e feminino.

No *Jornal do Domingo*, publicação recifense assinada por F. Prazeres, a edição de 20/05/1877, inclusa no período desta pesquisa, reserva duas seções, que se estendem por duas páginas, para o humor. A primeira, intitulada *Pensamentos*, trata de assuntos diversos. Entre os motivos de riso está a mulher.

Pensamentos

- Quando tiver de casar-me hei de preferir uma mulher baixa a uma alta, porque... de dous males deve-se escolher sempre o menor.
- Ver, ouvir e calar são tres cousas difficeis. Especialmente para os cegos, para os mudos e para as mulheres.
- As mulheres feias foram postas na terra para consolação dos homens... cegos.
- Orpheu foi buscar sua mulher no inferno. Eu conheço muitos viuvos que não iriam buscar a sua nem mesmo no paraizo. (*Jornal do Domingo*, edição 3, 20/05/1877)

Das 13 frases publicadas na coluna, quatro tiveram por alvo a mulher, como se vê acima. Essa escolha não é aleatória. Com o intuito de causar riso, a ironia é dirigida às mulheres como uma forma de agredi-las moralmente. Ao analisar mais especificamente cada uma delas, algumas questões são mais pontuais: o casamento, essencial para a constituição da família burguesa, oferece ao homem a oportunidade de atestar seu sucesso financeiro e sua boa conduta perante a sociedade; a beleza (ou a falta dela), que serve à mulher para que esta possa servir ao homem, tal qual um troféu a ser exibido; a necessária união entre homem e mulher, contanto que ela fique sempre abaixo dele. Assim, a escolha pela mulher de estatura mais baixa também é feita nesse sentido.

Cousas, a segunda coluna do *Jornal do Domingo*, é responsável por outra anedota que também desmerece a mulher via humor. A tagarelice, característica destacada no texto anterior, vem à tona mais uma vez. Isso porque o falar demasiadamente é tomado, nessas quadrinhas, “como um caso especial da inconseqüência essencial das mulheres” (GAY, 1995, p.307). Referindo-se ao masculino, contudo, transforma-se em oratória, quando o muito falar é recebido com elogios.

- Que uma molestia te ensurdeça... para não ouvires os ralhos de tua mulher.
E segue-os... se quizeres.
(*Jornal do Domingo*, edição 3, 20/05/1877)

Ainda no Recife, *A Lanceta*, na década de 1880 – eleita para dialogar com nosso recorte temporal devido aos desenrolar dos debates sobre gênero e modernidade que abrigou em suas páginas – registra o seguinte texto:

As mulheres

A Lanceta não tendo prevenção contra as illustres senhoras que receberam o título de bacharel em nossa Faculdade, oferece-lhes uns versinhos de Pedro Malazarte. Este espirituoso poeta recusa-se a aceitar o papel de advogado por motivos que lhe são pessoaes. As illustres senhoras estão n'outro caso e dispondo dos títulos scientificos bem podem patrocinar a causa commum. (Jornal *A Lanceta*, edição 5, 24/12/1889)

O texto, publicado em fins de 1880 – quando a escravidão havia sido abolida e a república proclamada –, foi, não à toa, assinado por Pedro Malazarte, “figura tradicional nos contos populares da Península Ibérica, como exemplo de burlão invencível, astucioso, cínico, inesgotável de expedientes e de enganos, sem escrúpulos e sem remorsos” (CASCUDO *apud* MELLO, 2000, p.24), personagem, a exemplo do Mephistopheles do paraibano *A Ideia* (1879), escolhido para não só ocultar a identidade do verdadeiro autor, mas para conferir deboche e ironia aos assuntos de que trata.

Pedro Malazarte, nesse sentido, é o porta-voz não só da opinião do jornal, mas de uma parcela da sociedade por ele representada que comunga do mesmo pensamento. Dessa vez o alvo de sua língua ferina é a formação de algumas mulheres como bacharéis pela prestigiada Faculdade de Direito do Recife.

Eis os versos:

FANFRELUCHES

A fumar um cigarro, só, pensando
Na morte da bezerra, eu estava aqui,
Hontem, na redacção, á noite, quando
Esta rimada carta recebi:
“Cidadão Malazarte.
O bello sexo
Por mim representado, pede, implora,
Nas linhas mal rimadas e sem nexo,
Que n'esta carta vos dirijo agora,
Que vos façaes solícito advogado,
A mais firme e leal das atalaias,
Erguendo da revolta o altivo brado
Em favor da emancipação das saias.
(Jornal *A Lanceta*, edição 5, 24/12/1889)

O poema, embora assinado por Leoncia, sugere ser criação do próprio Malazarte, com

a intenção de ridicularizar a ação em prol das mulheres que vinha sendo empreendida por Maria Augusta Meira de Vasconcelos⁵³, terceira mulher a se bacharelar em Direito pela Faculdade de Direito do Recife, e a quem o jornal segue rebatendo em edições posteriores.

Elas mesmas advogadas, precisam implorar a Malazarte por seus serviços jurídicos; precisam pedir a um homem que interceda por elas, tal qual Maria o faz com Jesus. Às vistas dele, escrevem sem rima e sem nexos só porque são mulheres, cuja capacidade intelectual se intenciona minorar. Conforme exposto no capítulo 2, todavia, escritoras do próprio século XIX, a exemplo de George Sand e Cecília Bohl, põem em xeque a avaliação de Malazarte.

A mulher tinha consciência de que podia mais do que o imposto pela cultura e pela sociedade e lutava por isso. Crochê, afazeres domésticos arraigadamente tidos como atividades femininas, assim como amamentar crianças, ou seja, ter filhos e deles cuidar, contrastam com a “emancipação das saias” reivindicada por Leoncia, a exemplo da libertação dos escravos e da proclamação da república. Nesse sentido, destaque-se a postura viril assumida por ela, quando adota a atitude de guerreira, que, com seu grito de guerra, está disposta a quebrar lanças.

[...]

Estamos, cidadão, nestes extremos,
Dispostas pela causa a quebrar lanças,
Já que elles pensam que nós só sabemos
Fazer *crochets* e amamentar crianças.

Espera o sexo meu o auxilio vosso,
E nesta carta uma vez mais vos lembro
Que ter queremos d'esta vez o nosso
Treze de Maio ou Quinze de Novembro.
Do sexo fraco é forte já o partido,
E não damos quartel, nem mesmo aos
(primos;

Saiba o governo, que tão bom tem sido,
Que se attendidas formos, adherimos.
Basta de escravidão, sexo tunante!
Basta de posições humildes, falsas!
Guerreiras, soltaremos, d'hoje em di-
(ante,

53 Além de falar várias línguas, praticava a equitação e a esgrima. De 1902 a 1904 foi uma das principais redatoras da revista feminina *O Lyrio*, editada exclusivamente por mulheres, que ela fundou, ao lado de feministas como Amélia de Freitas Beviláquia, a poetisa e jornalista Francisca Izidora, a romancista abolicionista Ignez Sabino, a professora, tradutora e poetisa Anna Nogueira, a feminista Edwiges de Sá Pereira, entre outras. (FERREIRA, Luzilá Gonçalves. Maria Augusta Meira de Vasconcelos – A deputada que não foi. In: **Presença Feminina**, s/d. Disponível em: <<http://www.alepe.pe.gov.br/sistemas/perfil/presencafeminina/MAugustaMVasconcelos.html>> Acesso em 30 set. 2015)

Este grito de guerra: abaixo as calças!
Leoncia.”
(Jornal *A Lanceta*, edição 5, 24/12/1889)

Ao que ele responde:

“Cidadã,
Sinto muito, mas não posso,
Acreditaes, prestar-vos tal favor;
Pois sendo sedicioso o grito vosso,
Não devo as calças minhas ser trahi-
(dor.
Pedro Malazarte.”
(Jornal *A Lanceta*, edição 5, 24/12/1889)

Em resposta à carta, Malazarte assume o posto de defensor dos interesses de seu “próprio sexo”, não importando a legitimidade das reivindicações do sexo feminino. Ele não aceita que a mulher se rebelde contra os tradicionais papéis que lhe vinham sendo impostos, mostrando estar entre os homens que não se aliaram à causa da igualdade de direitos pela qual as mulheres vinham lutando no século XIX.

No acervo da Fundação Joaquim Nabuco, onde as edições de *A Lanceta* estão microfilmadas, conseguimos resgatar ainda outro texto no qual o ataque à Maria Augusta persiste. Nele, combate-se a defesa do voto feminino, entre outras questões. Acompanhemos:

O VOTO DAS MULHERES

[...]

A Exm.a Sr. D. Maria Augusta Meira de Vasconcellos, formada em sciencias sociaes e juridicas, procura contestar a opinião dos que, como nós, entendem que a mulher não tem direito ao voto.

Pensando assim não queremos humilhar e abater a mulher aos pés dos seus tyrannos, não: queremos eleva-la no papel d’onde ella tem na longa trajectoria da humanidade espalhado um clarão constante e immorredouro. [...]

No meio da sociedade romana destaca-se como um pharol a figura serena e firme de Cornelia, viuva de Tiberio Sempronio Graccho, e mãe dos dous tribunos que fizeram a revolução democratica de Roma, entregou-se resolutamente á educação dos filhos, recusando a mão de Ptolomeu do Egypto que lhe offerecia uma corôa, tornando a sua casa o centro aristocratico onde discutia-se a decadencia da republica.

Matrona celebre pelo talento e pela virtude não abandonava os seus deveres mesmo quando presidia a roda dos Scipiões com as suas theorias hellenicis.

Não é desdenhar da mulher dizer que ella tem o seu encanto na casa arejada e varrida, com o branco avental preso á cintura, espanando os móveis, dispondo os quadros, reunindo os *bibêlots*, distribuindo o jantar na mesa da cosinha, pesando a carne que vem do açougue, conferindo a roupa que a lavadeira traz cheirosa e fresca.
(Jornal *A Lanceta*, edição 47, 04/06/1890)

O voto feminino – reivindicação de cunho internacional, tendo à frente o movimento feminista – foi regulamentado no Brasil em 1934, durante o governo de Getúlio Vargas.

Enquanto isso, mulheres de outros países, entre eles a França – símbolo de modernidade e progresso – permaneciam na luta em plena década de 30 do século XX.

O artigo de *A Lanceta* nos lembra que essas reivindicações, iniciadas fora do Brasil, chegavam até ele, ou seja, o país não estava isolado do processo da modernidade cujo foco irradiador era a Europa, mas que tomava feições específicas em cada região do mundo com a qual se deparava.

Faz-nos ver ainda que as mulheres estavam atentas a outras posições, as quais elas poderiam alcançar para além do espaço doméstico, e que, frente a tudo isso, o masculino, ameaçada sua posição – não tão mais sólida – de domínio social, opunha-se às ressignificações que o debate público daquele período estava permitindo ao feminino.

A cosinha não é um curral tresandando á lama, é uma graciosa officina, tranquila e aceiada, com as caçarolas limpas, a louça bem disposta nas prateleiras envernizadas, a agua fria cachoando brandamente nas bacias de marmore.

A dona da casa não faz o serviço, dispõe, administra, collabora com a ama n'uma especie de intimidade artistica, innocente e adoravel.

Não é humilhar a mulher pretender que ella se occupe principalmente das suas funcções que não se limitam á cosinha, que se estendem á sala, ao jardim, á educação do character da prole e sobretudo a alegria tonificante do lar na attitude patriarcal de mãe de familia.

É no lar que ella governa com os seus encantos, deitando o torrão de assucar onde o esposo deve encontrar a gotta de fel extravasada do calix das contrariedades humanas. [...]

Não é desprezar a mulher dizer que ella se deve voltar para a poesia da casa, exercendo com heroismo os seus deveres, não abrindo mão dos seus direitos sagrados. [...]

A illustre escriptora fique sabendo que nós oppomos contestações aos seus argumentos em favor do voto da mulher não por que entendamos que ella deva ter somente a cosinha por acenagem, mas por sermos da opinião que ella é rainha carinhosa e amante da casa de seu marido, desde a porta da rua até o extremo do quintal. (Jornal *A Lanceta*, edição 47, 04/06/1890)

Na segunda parte do texto, o articulista compara a esfera doméstica e as atividades nela desempenhadas a ambientes de trabalho externos a ela, na tentativa de convencer a leitora da importância do trabalho dela no lar. Afinal, se ela considerar que a cozinha é uma oficina, para que vai querer se aventurar a transitar em outra, se ela já pode fazer isso em casa? Para que procurar serviço na rua, quando há tanto por fazer fora dela? É como se dissessem à mulher que ela já exercia atividades de comando, ainda que na execução de tarefas do lar, as quais só ela saberia e poderia fazer tão bem...

Segundo essa visão, à mulher bastava o domínio no lar, de onde ela seria a rainha. A artimanha de elevar a mulher a essa condição, colocando-a num pedestal, foi trabalhada

também por Zica (2011), em análise do jornal *O Noticiador de Minas* (1872), no qual os redatores a ela recorrem para manter o feminino ancorado a valores tradicionais, que não poriam em risco a confortável situação gozada pelo masculino até então.

Ela podia dominar, mas só em casa – local exclusivo ao exercício do comando –, para delegar ordens a empregados, administrar por excelência. Exemplo disso são mulheres do passado que fizeram o mesmo. Porém, é razoável considerar que na Antiguidade não haveria as mesmas possibilidades para o sexo feminino tais quais elas estavam se apresentando na virada do século XIX.

Acreditava-se que exercendo o comando na vida pública, a mulher perderia a delicadeza e a ternura que lhe seriam naturais. Essa afirmação foi repetida, inclusive, em outros discursos correntes no XIX, entre eles o político, para desmerecer a luta das mulheres pela ampliação de seu espaço público. Além disso, era comum ridicularizá-la por, ao assumir postos de ocupação masculina, tornar-se masculinizada, uma virago, como se disse sobre a escritora francesa George Sand.

Na utilização do humor como agressão defensiva, o masculino também foi alvo de críticas na imprensa. Acompanhemos ainda em *A Lanceta* o seguinte poema:

Sem homem

Que o cão procure a cadella,
procure a cadella o cão,
é facto da natureza
que está fora de questão,

pois nos tempos que são proprios
os animaes se procuram;
nem d'outra fôrma as especies
se conservam e perduram.

Que a mulher procure o homem
para cumprir, sem disfarce,
a lei divina que manda
crescer e multiplicar-se.

É cousa naturalissima,
de que ninguem já faz caso;
p'ra isto a igreja publica
proclamas, publico e raso.

Mas que um velho tonto e feio,
que antropophagos não comem,
sem pudor, publicamente,
ande á procura de um homem,

isto é que é cousa exquisita,

de fazer-nos espantar:
é procurar enxaquecas,
e... sarnas p'ra se coçar.
[...] (Jornal *A Lanceta*, edição 22, 01/03/1889)

Para desenvolver o tema do poema – a relação afetiva entre homens não seria natural –, o autor inicia o texto apresentando ao leitor o que seria “de acordo com a natureza” em sua opinião: a união entre o sexo masculino (o cão) e o feminino (a cadela). Ele partiria do princípio de que isso seria um senso comum, e, apoiado nisso, espera do leitor a aceitação da ideia que apresenta. O sexo, pautado pela prescrição bíblica, é tomado no campo puramente biológico, com a finalidade de garantir a reprodução da espécie e a manutenção da família prescrita pela Igreja, referendada pelo casamento.

O argumento do poeta baseia-se em clichês religiosos e biológicos, este último fruto daquele próprio século. Apesar do rígido controle da Igreja, que prescrevia um modelo de sexualidade limitado à relação homem-mulher, sacramentado pelo casamento, o poema coloca em evidência outras formas de se experimentar a sexualidade e de se viver gênero. Essa atitude é compreensível quando consideramos que a experiência da modernidade no Brasil oitocentista parece ser lida fortemente sob o ponto de vista da religião católica, conforme viemos argumentando em capítulos anteriores.

Ao ampliar nosso olhar para a década de oitenta e para outro espaço – Recife –, percebemos que essa situação parece ser uma constante. Mesmo após a Proclamação da República e conseqüente fim do padroado, até os discursos mais inflamados deixam transparecer resquícios do pensamento religioso, inclusive na sexualidade.

Não sabemos a quem o poeta faz menção na narrativa. No entanto, a experiência sexual desse indivíduo poderia ser mote para diversos questionamentos e representações. Ao escolher o retrato do humor e da ridicularização, direcionando a atenção do leitor para um quadro bizarro, o jornal dá a ver sua inquietação com o embaralhamento entre o feminino e o masculino também proporcionado pela modernidade e sua potencial ação formativa ao categorizar os temas de que trata, fornecendo ao leitor uma espécie de guia de leitura do mundo.

Em edição posterior, outro tema terá vez na ridicularização do masculino nas páginas de *A Lanceta*: o vestir-se. Ele aparece em um momento de bastante religiosidade: a Páscoa.

Cruzes

Parece que o diabo anda solto.

Temos visto em pouco tempo cousas de arripiar pelle e cabelo.

Já não queremos fallar nos gatos com botas, nos bois que voam, nos passarinhos que correm por debaixo d'água, porque tudo já vem referido no *mundo ás avessas*.

O caso agora é outro. No sabbado ultimo andava na rua Imperial⁵⁴ um homem vestido de mulher, parecendo uma *marmota*, longo, com a saia curta, a *tourneur*⁵⁵ posta á banda e os seios fora de seus respectivos limites.

O diabo que tivesse apparecido em fraldas não causaria tanto espanto. Eram 10 horas da noite quando a tal venus vaga, de contrabando, foi presa atraz de uns *mucambos* quasi ao pé da ponte de Affogados.

Depois a policia trouxe o tal pandego na corda pela rua Imperial abaixo seguido de um cortejo enorme de homens, mulheres e meninos que atrahidos pelo fallatorio iam se encorporando á massa dos curiosos.

E o preso ovante⁵⁶, com as saias curtas, o cascbeque justo, alto, de uma altura de metter medo, parecia, comparando mal, uma palmeira esfolhada ao vento, carregada em charola⁵⁷ pelas ruas.

Em tempo de quaresma... Cruzes... (Jornal *A Lanceta*, edição 25, 12/03/1890)

Do latim *Crux Credo* (creio na Cruz), Cruzes ou cruz-credo é uma expressão utilizada para demonstrar medo, repugnância, nojo em várias regiões do Brasil ainda hoje. Pronunciada essa palavra, acredita-se, seria evocada (pela imagem da cruz) a presença do próprio Cristo (e, por extensão, a proteção dele). Proferida em momento de ameaça, podemos considerar que ela aqui traduziria a aversão à mistura entre masculino e feminino encarnada no personagem da história.

Na notícia acima, o alvo é a subversão dos papéis tradicionalmente impostos aos sexos, assim como o fez a escritora francesa George Sand, ao vestir-se de homem e adotar comportamentos tidos como do sexo masculino. Experiência semelhante é contada por Clayton (2004) acerca das *female husband*, mulheres da Inglaterra oitocentista que ao assumirem nome, vestimenta e postura masculinos, a despeito do desconhecimento de seu sexo, passaram a transitar em ambientes exclusivos aos de sua nova condição e a serem vistas por seus pares como seus iguais.

Assim, repetidamente, *A Lanceta* se utiliza do recurso de, sob o disfarce do desprezo, dar visibilidade ao assunto, trazê-lo à discussão. Não anulamos essa hipótese diante das considerações de Peter Gay (1995, p.371): “[...] os chistes representam uma saída bem-vinda, muitas vezes a única, para os desejos reprimidos. [...] na área da agressão a piada hostil se coloca no lugar do desejo, quase sempre entorpecido ou frustrado, de ferir ou matar os próprios inimigos.”

54 Localizada no bairro de São José, o qual é sede do bloco carnavalesco Galo da Madrugada.

55 Qualquer dispositivo usado por mulheres para expandir a saia de um vestido abaixo da cintura.

56 Triunfante.

57 Andor.

Registrar esses episódios, trazendo-nos à vista outras formas de se viver gênero, parece nos indicar outros modos de relacionamento convivendo em paralelo com o modelo aprovado pela Igreja. O humor, aqui, parece ter sido empregado devido ao seu caráter de estabelecer astutos rodeios, com os quais “[...] escapa às barreiras políticas, sociais ou religiosas construídas para restringir, ou inibir totalmente, conversas sérias sobre assuntos delicados.” (GAY, 1995, p.371)

Em *Trópicos dos Pecados*, Vainfas (1997, p.156-157) afirma que os amores homoeróticos⁵⁸ não passavam indiferentes pela sociedade desde a antiga tradição ocidental. O que ocorria “nas manifestações populares desde o final da Idade Média”, segundo ele, era

menos uma discriminação contra o uso do corpo, menos uma reprovação da ‘posição passiva’ no ato sexual, do que o estigma da inversão. O que parecia causar estranheza, por vezes atitudes hostis, escárnio e ironia, era o fato de um homem vestir-se de mulher, ostentar hábitos femininos ou, mesmo quando ‘ másculo’, revelar clara preferência por parceiros do próprio sexo. A inversão *social* dos papéis sexuais, mais do que o estilo da cópula, eis o que parecia inquietar as moralidades populares [...]

Essa postura diante do masculino que deseja sexualmente parceiros do mesmo sexo e que se apropria de vestes e trejeitos femininos analisada por Vainfas, para quem as raízes históricas estariam na Idade Média, se estendeu pelo menos até o século XIX, conforme se viu registrado nos jornais.

Na imprensa, o humor foi a ferramenta encontrada para a ridicularização de atributos de gênero que subvertem os sexos. No caso do masculino, o controle é mais intenso sobre os corpos, aos quais não se permitiria flertar com elementos femininos. Na modernidade, cujo flagelo “é a bissexualização da cultura e a confusão das características sexuais” (LE RIDER, 1992, p.164), foi sob essa ótica de deboche e ironia que a imprensa captou a mescla de nuances masculinas e femininas em um mesmo indivíduo.

2. Galeria de homens ilustres

Paralela ao humor, a biografia foi outra maneira encontrada pela imprensa oitocentista para cristalizar modelos de masculinidades. O jornal recifense *O Trabalho*, de Antonio de Souza Pinto e Generino dos Santos, explorado anteriormente no capítulo 2, foi responsável

58 O termo homoerotismo é proposto por Costa (1992) com o intuito de se desvincular das noções de homossexualismo e homossexualidade.

pela publicação, em 1873, de uma série de biografias de homens considerados ilustres. São, em sua maioria, escritores estrangeiros e adeptos do Positivismo, doutrina defendida pela publicação. Acompanhemos a abertura da seção:

GALERIA
DE
Homens ilustres

Sob este titulo, incetamos no presente numero, primeiro do segundo trimestre, uma serie de noticias biographicas dos homens mais celebres nas sciencias, letras e artes. Cremos prestar com isto um serviço aos nossos dignos assignantes, a quem ainda uma vez pedimos protecção para este periodico, que outro lucro não tem dado, nem dará aos seus redactores, alem do prazer de concorrerem na estreita medida de suas forças para o adiantamento intellectual desta provincia.

Na vida de um homem de merecimento ha sempre muito que aprender. A biographia é uma das faces da historia, e a historia, como diz Cicero, é a mestra da vida e a luz da verdade.

O primeiro quadro que vai honrar a nossa GALERIA é o de Emilio Littré, o homem da sciencia e do trabalho, o mais illustre philosopho dos nossos dias, o digno successor de Auguste Conte no ensino da philosophia positiva.

Esse esboço da vida de Littré foi ultimamente publicado na *Ilustração Francaza*, donde o traduzimos.

Em o numero seguinte daremos alguns traços do illustre Manzoni, celebre auctor dos *Noivos*. (Jornal *O Trabalho*, edição 7, 15/07/1873)

Ciências, letras e artes, áreas de atuação selecionadas pelo jornal, concentravam também, no século XIX, e não somente no Brasil, mulheres, como as escritoras e poetisas elencadas pelo paraibano *A Ideia*, destacadas no capítulo 2 dessa dissertação, além das estrangeiras George Sand e Cecillia Bohl, de quem também já falamos. Pela escolha feita por *O Trabalho*, entretanto, vê-se que apenas os homens poderiam figurar nessa galeria de célebres, pois, ao longo de todas as publicações, nenhuma mulher tem destaque nas páginas do jornal.

Outra questão fundamental na apresentação da coluna é o conceito de história: *magistra vitae*. Nesse sentido, *O Trabalho*, inserido no contexto da modernidade, que se baseia em novos espaços de experiência e horizontes de expectativa – conceitos de Koselleck (2006) discutidos na Introdução e no capítulo 1 desta dissertação –, permanece guiado pela história como mestra da vida, cujo espaço de experiência atrela-se ao conhecimento acumulado ao longo do tempo, fechando, assim, o escopo do horizonte de expectativa à possibilidade de repetição de situações, um futuro que poderia se assemelhar ao passado de algum modo. Talvez aí esteja mais uma vez a marca do Cristianismo, que pensa o tempo numa perspectiva de retorno.

É necessário aprender com os grandes homens para não repetir os erros do passado e

assegurar a glória do futuro. Assim, as biografias são construídas como simples narrativas que elencam fatos e feitos importantes. Nelas, o elemento-chave é o biografado, que aparece romantizado, e não atrelado ao emaranhado complexo do contexto vivido por ele.

Para a história, a escrita biográfica, sobretudo após os *Annales*, visa à compreensão de uma época, de um contexto, das relações de grupo, no qual o biografado é um indivíduo que atua, em conjunto com seus pares, no jogo social, nele interferindo e por ele sendo influenciado. Desse modo, a escrita biográfica tem por objetivo “compreender o sentido histórico da vida que se estuda.” (SCHMIDT, 2014, p.142)

Ressalte-se que as biografias escritas no XIX eram assinadas por jornalistas, cujos objetivos são completamente distintos dos do historiador. Ademais, o historiador profissional, nesse período, estava em formação, o que significa que escrita jornalística e histórica tinham naquela conjuntura valores muito próximos.

Somente após essa separação os historiadores passaram a realizar “suas pesquisas não com o intuito de desvendar segredos, mas sim de explicar historicamente os percursos de seus biografados, de pensá-los a partir de seus projetos e campos de possibilidade.” (SCHMIDT, 2014, p.139)

Não passa despercebida ainda a visão de imprensa como “farol das luzes”, compartilhada também pelo paraibano *Correio Noticioso*, de 1876, já abordado no capítulo 1. É nesse sentido que as biografias foram publicadas: para, a partir do exemplo dos homens em destaque, promover “o adiantamento intelectual da província”, haja vista a “missão” esclarecedora e educativa da imprensa periódica.

A seguir, alguns trechos do texto sobre Littré:

I
EMILIO LITTRÉ
(JULIO CLARETIE)

[...] Littré fez setenta e dois annos no primeiro dia de Fevereiro do corrente anno, e pode affirmar-se que ha pelo menos sessenta que trabalha. Teve por pai um homem admiravel e corajoso, que desde os mais tenros annos o ensinou a prezar a lucta, como regra de toda a existencia, e lhe repetia a cada passo: “Tenho vivido parcamente e soube educar-te.” Littré aprendeu, pois, desde creança a ser pensativo e resolutu. Educando do Lyceu Luiz o grande, alli deixou assignalado o seu nome nos concursos. Aos vinte e dois annos sabia não só as materias que se ensinam na Universidade, mas ainda – como resultado de profundo amor á erudição e grande sêde de saber – o allemão, o inglez, o italliano, o grego e mais que tudo isso, o sanscrito, que lhe foi ensinado, como a Barthélemy Saint-Hilaire, pelo sabio Eugenio Burnouff.

Depois disso quiz Littré ser medico. Para viver e sustentar sua mãe, estudando ao mesmo tempo os males e as maravilhas do corpo humano, dava licções de latim e

servia de repetidor. Dotado de constituição forte e vigorosa, aproveitava a sua força muscular, transformando-a em potencia cerebral. Austero sem aspereza, tímido sem frouxidão, mas occultando debaixo de sua modestia real uma paixão profunda pela liberdade, foi desses moços cujo coração pulsava á leitura das *Ordenanças* de Carlos X, contra o qual pegou em armas. Não se pode imaginar o que era este homem de estudo e paciência, combatendo no Louvre contra as guardas suissas da realeza. Sainte Beuve nol-o mostra vestido com o uniforme sedicioso da guarda nacional, trazendo na cabeça um chapéo desabado. [...] Verdadeiro sabio da idade media, vivendo encerrado com os grandes mortos, que evoca, Littré passou successivamente de Hipocrates ao naturalista Plinio, e da velha Grecia á joven Allemanha; abandonou Socrates e Celso pelo doutor Strauss, revolvendo sempre o campo da sciencia com a tenacidade robusta e paciente do lavrador. Littré vai passar as revoluções sem abandonar por um momento a actividade luminosa do interprete do passado, cheio ao mesmo tempo das preocupações do porvir. Depois de Fevereiro de 1848, não acceitou outra dignidade que não a de vereador. (Jornal *O Trabalho*, edição 7, 15/07/1873)

O texto, publicado originalmente no jornal francês *Illustração Franceza*, celebra a entrada de Littré para a Academia Francesa em virtude da publicação do *Dicionário de Língua Francesa*. Essa informação, que representa o ápice da carreira do escritor, serve de fio condutor à retrospectiva de vida que desfila aos olhos do leitor como em uma vitrine de curiosidades, como em sucessão de fatos, retilínea, com começo, meio e fim. A escolha por Littré deve-se por seu posto de sucessor de Auguste Comte na difusão do Positivismo, doutrina da qual o jornal recifense é adepto.

Além da história de vida de Emilio Littré, *O Trabalho* estampou em suas páginas as trajetórias de Alexandre Manzoni, John Stuart Mill, Philarète Chasles e Pedro-Joseph Proudhon, todos estrangeiros europeus. Não trouxemos aqui os textos completos, devido à extensão deles, nem fragmentos de cada um, dada a repetição da estrutura narrativa deles. A partir do texto sobre Littré, todavia, podemos dialogar com os demais.

A biografia desse personagem francês não apresenta ao leitor um Littré verossímil. A vida dele nos é contada como uma simples sucessão de fatos, e parece-nos que este homem estava predestinado a ser grande desde o nascimento, pois foi capaz de superar bravamente todos os obstáculos impostos pela vida. Esse esquema se repete em todas as outras biografias publicadas, que nos dão uma dimensão muito vaga de quem essas pessoas realmente possam ter sido.

[...] A sciencia, esta força irresistivel do seculo em que vivemos, esta grandeza algumas vezes temerosa, e muitas outras sublime, do homem em busca do progresso, terá ainda de que arreceiar-se e deverá curvar a frente como outr'ora ante o veto inquisitorial? Graças á esta intolerancia, a sciencia dos Lamark e dos Geoffroy Saint-Hilaire emigraria inteiramente para o paiz de Darwin ou de Wirchow. O sabio que de boa fé e com toda a sinceridade busca ardentemente a verdade, interroga anciosamente o destino humano, terá a temer que seja apontado como cúmplice dos incendiarios, dos miseraveis, dos loucos? [...] O seu viver é o de

um sabio e de um homem de antiga tempera. Grave, probo, simples e tolerante, sorri para sua mulher e sua filha, que vão á missa, enquanto elle continúa nos seus estudos de physiólogo. E só responde aos ataques que lhe dirigem, continuando essa existencia de pensador modesto, que nunca anciou por tanta celebridade, nem esperou dar causa para tamanho ruído. (Jornal *O Trabalho*, edição 7, 15/07/1873)

A realidade é fragmentada, e a biografia conta uma história de forma a dar sentido aos fatos, ou seja, os episódios de vida são selecionados e reorganizados de acordo com a conveniência do redator. Grande homem que é, modelo para as futuras gerações, o próprio Littré baseia-se em sábios consagrados pelo passado: Hipócrates e Plínio, cujas trajetórias merecem ser seguidas.

Pelo physico é Littré um velho de estranha e inolvidavel physionomia. Estatura mediana, rosto encolhido, sulcado e trigueiro. Caiem-lhe na nuca os cabellos negros e lisos como a um clérigo. A fronte larga e poderosa franze-se n'um pensamento unico. Brillam-lhe atravez dos oculos dous olhos cançados pelos velhostextos e pelos estudos philologicos. A viva expressão de seu semblante está principalmente no labio inferior, pronunciado e pendente, apartado das commissuras da bocca por dous sulcos profundos, onde se patenteia o desprezo mais completo e a mais pungente ironia pelas futilidades mundanas ou pelas injurias que lhe são atiradas.

[...] Quem não conhecer o traductor de Strauss ha de tomal-o ao passar por um sabio clérigo dos velhos tempos. A sua sobrecasaca preta lembra, pelo comprimento, os longos vestidos das personagens de Masaccio. Traz os bolsos constantemente cheios de brochuras. Parece ler e estudar sempre.

[...] Eis o homem. É o litterato mais intimamente ligado ao seu mister que já produzio este seculo de ruidosa charlatanice. É um letrado que cuida dos pobres, na qualidade de medico, e pede esmola para elles. É um philosopho que escreve a respeito da morte as paginas mais pungentes e mais sentimentaes. É um physiólogo que falla como poeta dos mundos desconhecidos, do infinito e das estrellas, *essas ilhas de fogo*, como lhes chama Byron. É um Fontenelle inspirado, que não tem dois cerebros, como o amigo de Madame Deffand, mas um cerebro e um coração. [...] (Jornal *O Trabalho*, edição 7, 15/07/1873)

E por que não afirmar que Littré foi retratado como bem sucedido na vida por ter trilhado os passos de homens célebres? Não passa despercebida também a ênfase dada ao quanto esses “grandes homens” se doam à humanidade, o que confere ao texto um tom de hagiografia, estilo de biografia — corrente desde a Idade Média — responsável por difundir a vida dos santos da Igreja Católica.

Na biografia do escritor italiano Alexandre Manzoni um aspecto abordado se diferencia do que foi usualmente tratado nos textos sobre os demais: o amor à pátria.

sua morte foi motivo de luto nacional para o paiz, cujas dores patrioticas presentemente consistem na perda de seos grandes homens. A camara, ao saber da morte do poeta, votou unanimemente que deplorava o passamento de Alex. Manzoni, desse velho que contribuiara com seos escriptos, como Mazzini com seos actos, para a unidade da Italia. (Jornal *O Trabalho*, edição 8, 30/07/1873)

No Brasil do século XIX, o apelo ao amor à pátria foi dirigido aos homens para despertar a ideia de unidade, de nação, para que, em nome desse amor, lutassem pela defesa do país na Guerra do Paraguai. Isso porque os homens, a quem cabe a luta armada naquele contexto mais do que nunca, “são incitados a reconhecerem-se como ‘filhos da pátria’ e, por conseguinte, a aceitarem, em nome da honra e do juramento, o cariz sacrificial do devotamento à ‘mãe comum de todos.’” (CATROGA, 2008, p.10)

E é em nome da honra que se vai à luta. Isso porque a ideia de honra, além de ser qualificada pelo gênero, sendo um atributo denotadamente masculino (WIKAN, 2010, p.71-72), é prova de virilidade, a quem se associa profundamente. É necessário expor essa virilidade e afirmá-la por atos, “à custa de um trabalho incessante e de privações”, conforme prescreve a biografia sobre Proudhon (Jornal *O Trabalho*, edição 11, 20/09/1873).

Nessa perspectiva, a virilidade se identifica com a grandeza – noção essencial –, com a superioridade, a honra, a força – enquanto virtude –, com o autodomínio, no sentido do sacrifício, com o saber-morrer por seus valores. A virilidade se realiza na exploração e na conquista de territórios, na colonização, em tudo aquilo que demonstra domínio sobre a natureza, na expansão econômica. Tudo isso constitui grandeza. (CORBIN, 2013, p.9)

Essas características podem ser observadas no registro do jornal paraibano *A Opinião* – impresso, tal qual seu contemporâneo *Echo Escolastico*, em 1877 na tipografia dos herdeiros de José Rodrigues da Costa – da chegada do General Osório ao Rio de Janeiro após batalhas travadas na Guerra do Paraguai:

Chegada do General Ozorio.

O dia 28 de Abril findo foi assignalado pela recepção estrondosa do General Ozorio na côrte do Rio de Janeiro.

A cidade amanheceu ruidosa de alegria; povo estava delirante de jubilo, o som dos hymnos marciaes e dos canticos confundiam-se nos ares com os perfumes das flores. O venerado e feliz soldado foi recebido com pomposa festa popular.

Manoel Luis Ozorio, de um simples cidadão elevou-se pelo seu merecimento a cathegoria de Marquez do Herval e a senador do Imperio. Desde tenros annos voltado a vida militar tornou-se digno herdeiro das glorias de Bento Manoel, das tradicções de seus paes e dos fastos de sua bellicosa provincia.

O comprimento do dever (ilegível) sempre o principio predominante do character nobre do Osorio, como o fora de Welington. E por isso o inclyto general em todas as acções de sua vida publica fez-se admirar sempre por todos que serviam sob suas ordens.

Agradecido tão eminente cidadão á manifestação honroza do povo tornou-se digno do acolhimento por suas bondosas maneiras e afabilidade para com todos que o cercavam. E assim fêz a sua entrada triumphante na côrte por entre flores e saudações, ouvindo de todos os lados vivas unanimes e applausos estrondosos de nacionaes e estrangeiros, que o acompanharam em pomposo sequito com frenesi e enthusiasmo-

Osorio recebeu assim as justas ovações populares, as homenagens estrondosas dos cidadãos agradecidos, porque foi elle o bravo dos bravos, á quem foram confiados os destinos do exercito brasileiro em numerosas campanhas do Paraguay. E a gratidão nacional, que produz em todos os tempos os milagres do entusiasmo, revelou-se por uma maneira esplendida.

A corôa de louros do invicto general, foi assim entrelaçada das perolas refulgentes da gratidão nacional.

Associando-nos ao prazer e jubilo do Povo Fluminense de longe rendemos preito ao illustre Marquez do Herval congratulando-nos com a sua chegada á côrte do Imperio. [...] (Jornal *A Opinião*, edição 6, 17/05/1877)

Essa reportagem não deixa de ter caráter biográfico, pois tece uma breve narrativa da trajetória de vida do general. Tal qual os “homens ilustres” de *O Trabalho*, Osório, herdeiro de grandes figuras a ele anteriores, lutou por seus ideais e merece, assim como os heróis da Grécia Antiga, ser recebido com festas após empenho em sacrifício pela pátria.

Os hinos marciais que marcaram a chegada de Osório têm suma importância nesse ritual de boas-vindas, haja vista sua capacidade de despertar nas pessoas o sentimento de identidade nacional, de pertencimento a uma nação, de orgulho por fazer parte dela. Não à toa o Hino Nacional Brasileiro ter sido composto durante a independência do país, em 1822. Lacombe & Calmon (1989, p.26) nos esclarecem, com mais propriedade, que

Hino é a composição poética e musical em honra de algum fato histórico ou acontecimento. Assim, temos hinos em honra de heróis, de um partido, de um clube, ainda mais, em honra de uma nação. Focalizando dessa maneira, entendemos que o hino, em sua tessitura, diz da história e dos fatos da nação, sendo, portanto, a voz que proclama suas características quer por seus feitos e glórias, quer por suas peculiaridades geopolítico-sociais e históricas. O Hino Nacional Brasileiro está realmente dentro desta concepção.

Na segunda reportagem sobre a volta do General Osório, publicada três dias após a anterior, *A Opinião* dá continuidade à descrição das qualidades do militar:

Ozorio

Anima-nos o jubilo do povo.

Quando, no meio dos multiplicados successos e eventualidades politicas, que entorpecem a marcha civilisadora dos grandes principios democraticos, vemos o espirito publico despertar ao influxo de uma idéa patriotica e generosa, sentimo-nos ainda animaados pelo futuro da patria. [...]

A semelhança da lava, pois, o espirito publico não morre; porque é de sua essencia illuminar a estrada do futuro como pharol da liberdade.

E o Povo Fluminense acaba de nos dar disso um exemplo glorioso, despertando desse abatimento para receber em seu seio o invicto general Osorio com aquelle delirante entusiasmo de um povo eminentemente patriotico.

É que o poder dos homens de genio arrasta consigo as multidões, excitando admiração expontanea dos seus contemporaneos.

Venerar os grandes homens como o general Osorio que illustrou a nação e salvou a patria com os seus prodigiosos feitos de valor, é um dever de todo compatriota.

Osorio, nobilitado pelo suffragio popular, reconhecido e acceito pela escolha imperial, veio de sua provincia natal occupar o assento que lhe competia no Senado brasileiro.

Foi por essa occasião, que a população da Côrte do Imperio, sem distincção de classe e de nobreza, prodigalizou ao bravo e distincto Rio-Grandense, as mais deslumbrantes manifestações de apreço e admiração.

[Ilegível] de um passado tão glorioso arrebatarem do coração daquelle povo – adhesões espontaneas e vivas entusiasticos em honra do general, que ergueu tão alto o pavilhão nacional.

O exemplo é contagioso, e uma como especie de força electrita communicou-se á todas as fibras, animando e vivificando uma população inteira para receber de braços abertos e heróe e martyr, que symbolisa os fastos da sangrenta guerra entre o Brasil e o Paraguay. (Jornal *A Opinião*, edição 7, 20/05/1877)

Interessante observar a escolha de *A Opinião* por Osório como herói da Guerra do Paraguai, haja vista ele não ter sido o único militar a chefiar as tropas durante o conflito. Órgão do Partido Liberal na Parahyba do Norte, o jornal é entusiasta de Manuel Luís Osório, Marquês do Herval, por ele também ser um liberal monarquista, figura que deveria inspirar a conduta dos demais membros do partido.

Não se menciona o período de comando de Luís Alves de Lima e Silva, Duque de Caxias, que assume a liderança da guerra após a saída de Osório por motivos de saúde e por desentendimentos com o presidente argentino. Na imprensa mineira Osório também é exaltado em detrimento de Caxias, conforme observou Zica (2011) analisando a escrita de Bernardo Guimarães, que era entusiasta aberto do Partido Liberal durante o conflito.

Na própria literatura de Bernardo Guimarães constata-se o silêncio com relação à figura de Caxias, sobretudo no poema épico *A campanha do Paraguai – Heróides brasileiras*, de 1876. Osório só virá a ser substituído no imaginário social por Caxias como herói nacional em 1923. (RODRIGUES, 2009)

Rodrigues (2009, p.181) explica ainda que a memória da Guerra do Paraguai,

constituída nos anos imediatos à campanha, foi resultante dos embates políticos entre liberais e conservadores. Nos jornais e na tribuna das câmaras de deputados e do Senado, os dois lados defenderam a importância de personificar como herói seus respectivos generais e, assim, inventar uma tradição para possivelmente ser comemorada pelas gerações vindouras.

Para Bertaud (2013, p.74), “a força e resistência ao cansaço, a aptidão para superar o sofrimento físico e a dor moral, enfim, a aceitação de derramar seu sangue para a defesa do país são um conjunto de qualidades viris que encontram sua completa satisfação no estado

militar”. Nesse sentido, Osório seria um legítimo representante desse pensamento, propagado pelo jornal na então Parahyba do Norte.

A sua entrada para o Senado é pois tão applaudida pela Nação como na antiguidade as Colonias Romanas applaudiam os laureados martyres, que subiam ao Capitolio, soberbo templo dos heroes triumphantes, recebendo as benções e felicitações de um povo inteiro.

Liberal de ideas e de coração o nobre Marquez do Herval inspira a geração nova coragem, entusiasmo e dedicação até o sacrificio. Osorio é o symbolo das glorias da patria, porque com o seu gladio ivencivel apontou as victorias mais resplendentes, e obteve os triumphos mais esplendidos.

Bem rasão tem o povo fluminense de exclamar hoje reconhecido:

Bem vindo sejas, – como outr’ora exclamava o Principe commandante em chefe dos nossos exercitos ao vel o pela terceira vêz voltar ao campo das batalhas com as feridas ainda sangrando, para auxilial-os nos mais arranjados commettimentos da guerra.

Bem vindo sejas, – foi o echo que então repetio o exercito inspirado por aquelle legendario vulto, que lusia no meio das selvas e cordilheiras paraguayas, qual centelha electrica, que brilha como pharol n’um Céu tempestuoso e negro.

Bem vindo sejas, – era até a saudação e a prece, que cerravam os labios dos bravos moribundos e dos mutilados corpos arrojados por terra no anear extremo das pelejas!

Sim, o nome de Osorio tinha a influencia magnetica da fé, e da esperanza, e operava no animo dos soldados por meio da sympathy, que arrasta insensivelmente as naturezas generosas produsindo heróes e martyres. E quem não sabe que no meio das maiores devastações, da maior carneficina, e dos mais completos destroços, o nome de Osorio, como um talisman sagrado, aviventava a acção e suavisava o desespero dos martyres nos seus ultimos momentos de vida sacrificada em honra da patria?! [...] (Jornal *A Opinião*, edição 7, 20/05/1877)

Nenhuma análise do conflito é feita na reportagem, assim como são ocultadas possíveis falhas do general na condução dos combatentes. Vozes contrárias à participação do país na guerra não são ouvidas. Tudo é festa na Corte carioca, e isso, em si, parece suficiente para consolar as dores dos que choravam, à espreita ou à distância, pela perda de parentes, por familiares mutilados, pela desassistência aos que retornaram para casa incapacitados de trabalhar.

Os voluntários, mencionados superficialmente no final do texto, não se alistaram puramente pelo amor à pátria ou pelo sentimento de dever, como se quer fazer verdadeiro. Essa Unidade Militar, criada em 1865 pelo imperador D. Pedro II, tinha como propósito reforçar o quadro de efetivos do exército. Para atrair interessados, o governo oferecia algumas recompensas a quem se alistasse: quantias em dinheiro, lotes de terras, empregos públicos, alforria a escravos, que, muitas vezes, aproveitavam para fugir. (RODRIGUES, 2009, p.13)

E não eram somente os escravos que tinham suas estratégias. De acordo com Toral (1995, p.292),

Os cidadãos do império dispunham de diversas formas de se esquivarem da convocação. Os mais aquinhoados, utilizavam-se de doações de recursos, equipamentos, escravos e empregados à Guarda Nacional e aos Corpos de Voluntários para lutarem em seu lugar; os que podiam menos, faziam *oferecimento de familiares*, ou seja, alistavam seus parentes, filhos, sobrinhos agregados etc. Aos despossuídos não restava outro recurso para escapar ao alistamento que a fuga para o mato.

Considerando-se os escravos, além de serem doados, eles eram, também, comprados como substitutos “para lutarem em nome de seus proprietários”, que não se restringiam a proprietários de terras, pois essa prática era comum inclusive a “sociedades patrióticas, conventos e o governo”, que fazia “vista grossa para os fugidos.” (TORAL, 1995)

Acreditamos que esses homens aceitaram o posto de voluntários porque também tinham seus interesses, e até mesmo por não saberem exatamente o que se passava nos campos de batalha, por desinteresse ou pelas lacunas da imprensa, na omissão de informações reais do conflitos, a exemplo da descrição romantizada elaborada por *A Opinião*.

Foi por meio da disciplina, do habito, da vontade e da paciencia, que Osorio conseguiu fazer de legiões de voluntarios um exercito aguerrido e invencivel. Homens bisonhos, tirados dos campos, de profissões estranhas, alheios ao serviço militar, acariciados por elle e por elle disciplinados tornaram-se verdadeiros soldados, e deram provas irrecusaveis de sua nobreza e valor nos campos de batalha. Ninguem duvida que Osorio, o predestinado genio das conquistas, com a sua bravura e cordialidade como que injectava o ardor nas veias dos soldados, que expandiam se de entusiasmo quando seguiam seus passos.

Foi elle, que, de lamina em punho calcou primeiro o sólo paraguay o executando a mais ousada expedição e provocando das forças inimigas a fereza e a bravura.

Nessas temerarias emprezas uma aureola lhe circundava a frente, e o venerando ancião parecia transformado em vulto legendario! Inspirado pela fé invencivel dos Crusados exercia sobre as hostes inimigas aquella influencia magica dos guerreiros de Ossian.

Osorio, cujo character magnanimo identificava-se a bondade, o dever e o sacrificio, foi sem duvida alguma naquellas pelejas o talisman dos bravos, o penhor das glorias e o pharol da liberdade.

Eis a rasão, porque o povo fluminense demonstrou n'essa effusão de jubilo a sua admiração e o seu reconhecimento ao grande general.

As grandes emoções d'amor nem sempre podem ser articuladas; mas a voz da consciencia do povo brasileiro falta a linguagem da gratidão e do dever, manifestando se assim em homenagem àquella, que consubstancia em si todas essas paginas de glorias que enobrecem a patria, todos esses louros e espinhos que circundam as fronte dos heróes e dos martyres, todas essas epopéas de triumphos escriptos com o sangue de nossos irmãos. (Jornal *A Opinião*, edição 7, 20/05/1877)

Servir ao país deve ter ficado, muito provavelmente, mais no discurso do governo, a título de angariar novos voluntários, do que nos corações e mentes daqueles homens, recrutados sem armamento suficiente, fardamento adequado ou qualquer tipo de treinamento mais eficiente.

Outra hipótese a ser considerada é a de atender a princípios de virilidade que circulavam na sociedade de então, porque, conforme explica Corbin (2013, p.9),

Ao mesmo tempo, a virilidade tem relação com a morte; a morte heroica no campo de batalha ou na arena do duelo, morte provocada pela fadiga do trabalho [...] A virilidade não constitui uma simples virtude individual. Ela ordena, irriga a sociedade, cujos valores sustenta. Ela induz efeitos de dominação – dentre os quais o exercido sobre a mulher é apenas um elemento. Ela estrutura a representação do mundo. Para o indivíduo dessa época, ela não constitui tanto um dado biológico quanto um conjunto de qualidades morais que lhe convém adquirir, preservar, e da qual o homem deve saber dar provas.

Ideia semelhante é compartilhada por Gay (1995, p.34). Discorrendo sobre a prática de duelos – confrontos realizados em público para defender a honra e afirmar a virilidade dos homens no século XIX –, ele aponta a cicatriz como "um sintoma de defesa, uma prova de bravura, uma afirmação de status igual e de auto-respeito masculino". Ora, sem o duelo, onde a limpeza da honra; sem o olhar da plateia, onde a garantia de respeito pela sociedade; sem a cicatriz, a prova de bravura?

Consideremos ainda outra omissão do texto de *A Opinião*: nada é dito sobre as homenagens recebidas também no Rio de Janeiro pela enfermeira Ana Justina Ferreira Nery, em seu retorno ao Brasil após ter servido nos hospitais de campanha que abrigaram brasileiros feridos durante o confronto com o Paraguai.

Em dissertação defendida em 2001 pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), o historiador Marcelo Santos Rodrigues aborda a participação das mulheres na Guerra do Paraguai, com ênfase na baiana Ana Nery. De acordo com ele,

O discurso construído por biógrafos e historiadores baianos nas obras correntes no final do século XIX e primeira metade do século XX, em torno da enfermeira Ana Nery, identificaram a condição feminina associada à fragilidade e à bondade, valores historicamente e culturalmente projetados, limitando e omitindo o papel feminino, negando a capacidade da mulher de negociar e fazer valer seus desejos. Assim, identificamos um discurso, assentado na fragilidade feminina, valorizando sua participação na Guerra como mãe dedicada aos filhos e à pátria. (RODRIGUES, 2001, p.56)

Talvez por isso ela tenha recebido o título de “mãe dos brasileiros” pelo Exército na campanha do Paraguai. Nery vinha de uma família de posses e com influência política em seu estado. Além disso, tinha filhos na frente de batalha. Ela pode ter se aproveitado disso e do caráter maternal da enfermagem como papel naturalmente feminino para ficar mais próxima dos filhos.

Ainda segundo Rodrigues (2001, p.57-58), “outra forma de colaboração [das mulheres na Guerra do Paraguai] foi o oferecimento de vagas em colégios para educar filhos de soldados voluntários para a guerra”, “a doação percentual de seus salários e a oferta de escravos”; estas últimas, mais que atos de caridade, mecanismos para livrar algum parente do *front* de batalha.

Ana Nery recebeu homenagens na cidade do Rio de Janeiro, capital do Império, de um grupo de mulheres baianas moradoras da cidade. A ela foi oferecido um álbum guarnecido de madrepérola e prata e acompanhado de uma mensagem de agradecimento (RODRIGUES, 2001, p.66). Ressalte-se que Ney não foi a única figura feminina presente na Guerra; talvez ela tenha sido a personagem mais emblemática a quem a historiografia oficial registrou. O resgate da colaboração de outras mulheres vem sendo feito em trabalhos mais recentes, a exemplo de Dourado (2002), cuja dissertação registra, além da enfermeira,

Outra categoria de mulheres, as seguidoras do exército, andarilhas e vivandeiras, movidas pelos mais diversos motivos: econômicos, afetivos, comerciais, entre outros, acompanhava os homens, criando modos de vida e sobrevivência na retaguarda das tropas. As vivandeiras eram mulheres que acompanhavam o exército para vender víveres, bebidas e objetos de necessidade; muitas delas eram também prostitutas. Com todo o preconceito existente, foram poucas vezes notadas. Amantes ou legítimas esposas de soldados, elas cuidavam dos filhos, da comida, das roupas e, por vezes, enfrentavam os campos de batalha, pegando em armas e socorrendo os feridos, fazendo os curativos e os conduzindo até os hospitais de sangue. Sofriam como os homens a marcha extenuante, o sol, o frio, a fome, as chuvas que alagavam os campos, as doenças, os acampamentos sem as mínimas condições de higiene e as mortes. (DOURADO, 2002, p.79)

Assim, podemos ter uma outra visão, sem dúvida muito mais enriquecedora, da presença da mulher na Guerra do Paraguai, estendida para muito além do caráter maternal atribuído à enfermagem. Alguns anos depois, ampliando os estudos sobre a Guerra e a atuação das mulheres nela, Dourado (2010) apresenta, em sua tese de doutorado, a piauiense Jovita Alves Feitosa, que se alistou no exército de Voluntários da Pátria, gerando, com isso, intensas discussões nos jornais de sua época acerca de sua participação no campo de batalha. Sem dúvida, mais uma mulher que não se restringia às divisões de tarefa por gênero direcionadas a seu sexo.

Retomando a galeria de “homens ilustres” consagrados na imprensa do século XIX, cabe citar o francês Georges-Eugène Haussmann. Responsável pela reforma urbana (“haussmannização”) da cidade de Paris, foi mencionado pelo *O Liberal Parahybano* de 16/09/1879. Referimo-nos agora a outro jornal, que não se utiliza da citada categoria –

“homem ilustre” – para qualificar Haussmann. Contudo, o tratamento dado no texto parece seguir exatamente nessa direção.

Correspondencia

Pariz, 19 de Agosto de 1879

[...] - De mais, o conselho municipal de Pariz, que agora tem á sua frente um creoulo de Cuba, naturalizado Francez (O Sr. S. de Heredia), quer absolutamente tornar-se celebre. Deo agora para mudar os nomes das ruas supprindo todos os nomes que cheirão a Bonapartismo.

A rua Bonaparte, a avenida do Rei de Roma, o caes de Napoleão, forão desbatisados. O proprio boulevard Haussmann, que recorda o nome d'esse administrador incomparavel que fez de Pariz a cidade mais aceada e mais amena da Europa, não foi poupado. Até mesmo os jornaes republicanos tem levantado brados contra essa monomania do conselho municipal; elle prossegue impavido. (Jornal *O Liberal Parahybano*, edição 53, 16/09/1879)

Muito mais que embelezar a cidade, a reforma estabelecida por Haussmann tinha por objetivo redesenhar a cidade para conferir ares de modernidade, no período em que a França despontava entre as cidades mais importantes da Europa, e acabar com as barricadas, tão comuns à época da Comuna de Paris. Daí o alargamento das ruas e avenidas, dificultando os amotinamentos e metaforizando a imagem de grandeza que a cidade queria se atribuir.

Não deixa também de mostrar que Haussmann encarnou o espírito moderno de desprezar o que é antigo, com a demolição de tudo que lembrasse a Paris antiga, e referenciar-se pelo novo, grandioso. Iluminadas, as ruas, compridas e amplas, fluem em frente, assim como o tempo deve ser, em direção ao futuro.

Impulsionado pela onda de progresso, utilizou-se do ferro e do vidro, tão caros a essa época nas construções – entre elas a Torre Eiffel, erguida para a Exposição Universal de 1889 –, no erguimento das galerias – vitrines de objetos e locais de *flânerie*. Seu trabalho serviu de inspiração para outros reformadores urbanos, a exemplo do prefeito Francisco Pereira Passos, no Rio de Janeiro do século XX. Conforme José Murilo de Carvalho,

A mais espetacular reforma urbana foi a reforma e o saneamento da cidade do Rio de Janeiro, empreendidos pelo engenheiro Pereira Passos e pelo médico Oswaldo Cruz, a partir de 1903. Um novo porto foi construído, ruas foram alargadas ou abertas, centenas de casas demolidas. Uma avenida rasgou o ventre da velha cidade colonial expulsando gente, alterando o transporte, mudando a cara da cidade. O prefeito Passos quis ainda mudar os hábitos da população para que a cidade também nisso se parecesse com o modelo parisiense. Recolheu mendigos, mandou tirar vacas e cães das ruas, proibiu cuspir nas ruas e dentro dos veículos. (CARVALHO, 2005, p.111)

Por ter estudado na França em 1860, Pereira Passos pôde assistir à reforma urbana de

Paris em andamento. De volta ao Rio de Janeiro, pôs a circular as ideias de modernidade aplicadas ao espaço urbano em sua cidade. Entre os principais marcos de sua administração ficaram o Theatro Municipal, o Museu Nacional de Belas Artes e a Biblioteca Nacional.

Assim, diante das imagens selecionadas e das representações construídas pela imprensa para caracterizar e aprovar ou não nuances de gênero nos sexos masculino e feminino, percebemos o quanto valores são atribuídos no campo da linguagem para convencer o leitor de sua opinião, formando – ou pelo menos modificando – a compreensão dele acerca do assunto. Ressalte-se que a atribuição de qualificativos é completamente seletiva, e aparentemente ausente de nexos.

Dessa maneira, a França, aclamada reiteradamente como país-modelo representativo de progresso e modernidade no que se refere a ciência, tecnologia, bom gosto e moda, veta às mulheres o direito ao voto, assim como no Recife a bacharela em direito Maria Augusta Meira de Vasconcelos é impedida de exercer a profissão. A agressão, estimulada particularmente ao masculino, como insígnia de virilidade e bravura, destina-se à defesa da pátria, no episódio da Guerra do Paraguai, e de privilégios frente a reconfiguração do feminino, numa modernidade que se diz mais racional.

Conclusão

Esta dissertação se constituiu num estudo sobre as representações culturais que se estabeleceram entre gênero e modernidade na Parahyba do Norte oitocentista tendo como foco a década de 70 do século XIX. Diante do exposto ao longo do trabalho, percebemos que as representações de gênero são construídas na imprensa de acordo com modelos específicos de modernidade estabelecidos em contexto discursivo particular analisado.

Dessa maneira, consideramos que a imprensa articulou uma modernidade seletiva, que se apresentava, assim como os elementos de gênero, ora como portadora do novo, ora como elemento justificador de condutas já estabelecidas. Essa seleção, empreendida pelos jornais, produzia uma realidade discursiva que fosse mais condizente com o posicionamento de seus realizadores em meio às relações de poder nas quais estavam inscritos, de modo que o assunto escolhido, depois de hierarquizado e perpetuado, apresentava-se como única possibilidade de se viver e experimentar modernidade e gênero.

Podemos expressar o feitiço contraditório desse modo de operacionalizar a modernidade em muitos dos jornais analisados, conforme observado ao longo dos capítulos desta dissertação: no primeiro, evidenciamos a leitura da modernidade oitocentista, que se conduz primordialmente pela ciência, a partir do viés religioso, seja para se referir a personagens históricos tão díspares quanto Jesus Cristo e Gutenberg, seja para tratar de questões políticas a exemplo da separação entre Igreja e Estado.

No segundo, a escritora George Sand, pintada como figura positiva para as mulheres, tem destaque por suas nuances masculinas, como se as atividades por ela desenvolvidas não pudessem, por si só, lhe conferir mérito. Sand era escritora, ofício no qual as mulheres estavam apenas ingressando, mas era mulher. Por isso a necessidade de se destacar os atributos masculinos dela. Do contrário, seu trabalho soaria como menos importante.

Mais algumas “concessões” ao feminino são analisadas na parte dois da dissertação: a ele é atribuído o título político, de comando, de rainha, mas apenas do lar. Aparentemente empregado para enaltecê-la, esse epíteto apenas aponta um *locus* ao qual a mulher deve restringir-se: o privado. Além disso, em meio a direitos exigidos, entre eles uma educação que superasse o domínio das atividades domésticas, a mulher não podia votar. Nem mesmo na França, sinônimo de avanço social e técnico.

No capítulo final, destacamos a pernambucana Maria Augusta Meira de Vasconcelos,

bacharela pela Faculdade de Direito do Recife. Ela teve negado o exercício da profissão unicamente por ser mulher. Nesse caso, ao contrário de Sand, ela não poderia trabalhar sob pseudônimo masculino. Em vez de virilizada, situação que poderia até lhe conferir algum crédito, ela foi ridicularizada por querer transitar em esferas – de destaque profissional e de atuação na vida pública – que o masculino recusava-se a compartilhar.

Nas páginas do jornal recifense *A Lanceta*, no qual Maria Augusta é desmerecida, instaura-se um clima de guerra entre homens e mulheres – a partir da história dela e do personagem satírico Pedro Malazarte, porta-voz do periódico –, numa total polarização, em que masculino e feminino devem representar socialmente o estabelecido pela tradição.

É assim que essa modernidade, erigida sob o triunfo da racionalidade, apela à exaltação da violência como via para resolução de conflitos, seja ela via discurso, tal qual no episódio de Maria Augusta Meira de Vasconcelos, seja no campo de batalha, como na Guerra do Paraguai. Para estimular o homem a aceitar a luta, é enaltecida, nos jornais, uma série de valores viris – entre eles amor à pátria e defesa da honra –, encarnados no general Osório, comandante de tropas brasileiras na Guerra do Paraguai. Nesses campos, a violência é não só permitida, como também apoiada.

Essas nuances dualistas nos possibilitam compreender outras questões: a convivência entre França e Estados Unidos como países-modelo para orientar experiência da modernidade na Paraíba oitocentista, haja vista o recorte das imagens dos países: apenas o bom gosto e o requinte da moda de Paris e o debate político americano foram enfatizados com mais entusiasmo pelos redatores dos periódicos. A citação de mulheres que passam de Eva e Madalena a George Sand e Joana d'Arc também variam de acordo com o objetivo a ser alcançado: para diminuir ou regenerar a mulher, num extremo; para exaltá-la, em outro, mesmo que, para isso, ela tenha que ser masculinizada.

Essa modernidade, além de seletiva, não deixa de ser também aquela que cultua o apetrecho. Esses adereços, abundantes na sociedade burguesa pela produção de bens de consumo iniciada pela revolução industrial, adquirem o *status* de fetiche, de objetos de desejo que vão conferir distinção social àqueles de bom gosto e de posses que frequentam as galerias francesas e as exposições universais.

Talvez a face mais visível desse apetrechamento esteja expressa na importância que à moda foi então conferida. Tendo Paris como cidade de vanguarda em tudo que se referisse ao assunto, ela encarnava o requinte e o luxo que a França exportava como elemento legitimador

de um verdadeiro modelo para o que fosse moderno.

Seletiva e de apetrechamento, a modernidade oitocentista, tal qual a pudemos ver nos jornais analisados, parece ter sido também embasada em referenciais da ciência, do racional, da técnica e do progresso. Esses qualificativos, via de regra masculinos, só eram admitidos em condutas femininas quando estas eram virilizadas, a exemplo da escritora suíça Cecilia Bohl, de quem tratamos no capítulo 2.

Por outro lado, a mistura entre caracteres masculinos e femininos, sobretudo quando atribuídos a algum homem, não foi vista com bons olhos pelos articulistas dos jornais pesquisados, indicando o caráter arbitrário de suas escolhas, posto que a variação de posicionamento dos jornais sobre qualquer assunto tratado dependia de interesses diversos, oscilando entre dar espaço às novas vozes e soar também moderno, e, desmerecendo essas mesmas vozes, consagrar o estabelecido.

Se enaltecer o feminino é torná-lo viril, talvez por acreditar-se que uma mulher, para ter valor, precisaria igualar-se a um homem, desmerecer o masculino, naquela conjuntura histórica, é feminilizá-lo. Foi o que constatamos no capítulo 3 no discurso dos jornais, que se utilizaram, para isso, do humor como forma de ridicularizar toda atitude masculina que se distanciasse dos ideais de virilidade então em voga.

Direcionado à mulher, o humor, muitas vezes, foi empregado para reforçar estereótipos como tagarelice, traição, fingimento. Ressalte-se que esse humor utilizava-se do riso para atacar o feminino, que, com maior destaque, passava a ameaçar o espaço de dominação masculina, até então predominante.

Para reforçar esse espaço, além do humor, recorreu-se à apresentação de biografias de homens de destaque nos campos da ciência, da literatura, da política, da guerra, esta última talvez a que melhor ateste a virilidade de um homem, que, em nome do amor à pátria, não fugiria à luta, posto ser o estado militar o local onde a satisfação das qualidades viris encontra sua completa satisfação (BERTAUD, 2013).

Nas reportagens sobre a Guerra do Paraguai, enquanto o masculino é estimulado à violência, a fim de, além de exibir virilidade, tornar-se herói da pátria, o feminino, na figura da enfermeira Ana Nery, “mãe dos brasileiros”, é estimulado ao cuidar. O general Osório foi enaltecido pelo jornal paraibano *A Opinião* em 1877, resgatando e perpetuando sua memória, ao passo que Ana Nery não recebeu menção nem na imprensa da Paraíba nem na de Pernambuco, a despeito da prestação de serviço dela nos hospitais de campanha.

Esse mal-estar revelado nas representações construídas pelos jornalistas em relação à mescla de elementos masculinos e femininos em um mesmo indivíduo anda na contramão das reflexões de gênero empreendidas pelas ciências humanas a partir da década de 60 do século XIX por pesquisadores como Joan Scott, que enfatizam a fundante não-polarização dos gêneros, a inter-relação entre eles.

Não passou despercebida também nesta dissertação a leitura da modernidade e das relações de gênero pelo viés da religião em muitos periódicos analisados, inclusive porque alguns dos jornais pesquisados pertenciam à Igreja ou eram por ela inspirados. Nesse sentido, em vários casos muitos elementos da tradição são reforçados, ao passo que os modernos, embora citados, apenas aparecem para serem diminuídos perante o peso das heranças históricas acumuladas. Essa concepção opõe-se diametralmente ao deslocamento do espaço de experiência e do horizonte de expectativa postulados por Koselleck (2006), posto que em boa medida se baseia nas glórias do passado.

Nesse cenário, ganhou destaque o feminino, que teve, sem dúvida, seu leque de significações e representações largamente ampliado, haja vista sua eleição como elemento portador do novo. Por isso, enquanto alguns jornais apresentavam outras formas de experimentar o feminino – suplantando os tradicionais papéis de esposa e mãe; reivindicando acesso a uma educação voltada para o mercado de trabalho, e não somente para a administração do lar; tecendo biografias de mulheres que romperam com o que lhes era estabelecido, a exemplo de George Sand – outros reforçavam o modelo já estabelecido pela força da tradição.

Por isso havia a reivindicação de acesso à educação para a mulher, melhor dizendo, uma ampliação, capaz de qualificá-la para o mercado de trabalho. Ressalte-se que educação é direito exigido não apenas para a mulher, pois, conforme se pensava, ela seria um item indispensável para se chegar à “civilização” e conseqüente “progresso dos povos”, arduamente almejado pelos oitocentistas, num período em que uma nação se vê superior à outra e, mais que isso, responsável por tirar as demais da situação de “atraso”.

Podemos compreender o período em que as ações se desenrolam, anos 70 e 80 do século XIX, tal qual o estudamos neste trabalho, identificado-o como uma fase de transição do tradicional modo de marcar o cronótopo tempo histórico e o horizonte de expectativa para o novo, convivendo num jogo de forças em que a manutenção e a renovação de ideias convivem paralelamente, momento em que antigo e moderno ganham outras significações.

O espaço dessas discussões se deu no jornal, veículo de comunicação que dá suporte à circulação de representações culturais do que seriam a modernidade e as vivências de gênero, instrumento que influenciaria o leitor na maneira de entender os fatos nele registrados ou por ele produzidos. O processo da modernidade, época da história marcada pela utopia do progresso, da educação, da civilização e da ciência, trouxe, com essas representações-chave, uma outra maneira de tratar os assuntos correntes no cotidiano, conforme identificado nas fontes pesquisadas.

Diante disso, reforçamos o caráter seletivo da modernidade analisada neste trabalho conforme nos apontaram as fontes. A partir da operacionalização feita por cada jornal abordado, essa seleção trouxe pistas de como cada grupo acabava se apropriando de uma face ou outra dessa modernidade de acordo com seus próprios interesses, fixando ou negando realidades dentro de um mesmo contexto.

O que nos pareceu mais evidente ao longo de toda a discussão foi a mescla entre antigo e novo, masculino e feminino, que permeou a modernidade captada e produzida nos jornais oitocentistas da Parahyba do Norte e de Pernambuco. Foi essa maneira de pensar dita moderna que proporcionou, indubitavelmente, outras possibilidades de se experimentar gênero para homens e mulheres.

Que essas reflexões possam alimentar outras produções acadêmicas no assunto, quem sabe especificando ainda mais a atuação na imprensa de personagens como George Sand e Maria Augusta Meira de Vasconcelos, ambas, embora com tipos textuais diferentes e em épocas distintas, redatoras em periódicos e que tratavam de questões de interesse feminino, ou, a exemplo da pesquisadora Maria Teresa Garritano Dourado, aprofundar a história de mulheres que colaboraram com a Guerra do Paraguai e até mesmo em outros conflitos ao longo da história, mesmo sem terem participado diretamente deles.

Referências

- AGUIAR, Cláudio. **Franklin Távora e o seu Tempo**. Ateliê Editorial: São Paulo, 1997.
- ALMEIDA, Horácio de. **História da Paraíba**. João Pessoa: Editora Universitária, 1978.
- ALONSO, Angela. Crítica e Contestação: o movimento reformista da geração 1870. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 15, n. 44, p.35-55, 2000.
- ARAÚJO, Fátima. **História e Ideologia da Imprensa na Paraíba**: dados históricos e técnicos. João Pessoa: A União, 1983.
- AZEVEDO, Ferdinand (Org.). **Ação Social Católica no Brasil**. Corporativismo e Sindicalismo. Carlos Alberto de Menezes. Edições Loyola: São Paulo, 1986.
- BADINTER, Elisabeth. **Um Amor Conquistado**: O Mito do Amor Materno. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1985.
- BARBOSA, Ivan Fontes. **A Escola do Recife e a Sociologia no Brasil**. 2010. 339f. Tese (Doutorado em sociologia) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas-UFPE, Recife, 2010.
- BENJAMIN, Walter. Paris, Capital do Século XIX. In: KOTHE, Flávio. **Walter Benjamin**. Rio de Janeiro: Ática, 1985.
- BERTAUD, Jean-Paul. O exército e o brevê de virilidade. In: CORBIN, Alain (Org.). **História da Virilidade**. Vol. 2: o triunfo da virilidade: o século XIX. Tradução de João Batista Kreuch e Noéli Correia de Melo Sobrinho. Petrópolis: Vozes, 2013.
- BIGELI, Maria Cristina Floriano; SANTOS, Cesar Augusto dos. O SIGNIFICADO DE HASTEAR A BANDEIRA E CANTAR O HINO NACIONAL NAS ESCOLAS PÚBLICAS DE HOJE. **Revista Travessias**, Cascavel, v. 5, n. 11, p.592-599, 2001.
- BURY, John. **La Idea del Progreso**. Tradução de Elías Díaz e Júlio Rodríguez. Madrid: Alianza Editorial, 1971.
- CARRÉ, Patrice A. Expositions et modernité: Electricité et communication dans les expositions parisiennes de 1867 à 1900. **Romantisme**, Paris, n. 65, p.37-48, 1989.
- CARVALHO, José Murilo de. **Pontos e bordados**: escritos de história e política. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

CARVALHO, Marcus Vinicius Corrêa. **Moderno, Modernidade, Modernização: Polissemias e Pregnâncias.** In: GIL, Natália; ZICA, Matheus da Cruz e; FARIA FILHO, Luciano Mendes de (Org.). **Moderno, Modernidade e Modernização: a educação nos projetos de Brasil – séculos XIX e XX (vol.1).** Belo Horizonte: Mazza Edições, 2012.

CATROGA, Fernando. **Pátria, Nação, Nacionalismo.** In: TORGAL, Luís Reis; PIMENTA, Fernando Tavares; SOUSA, Julião Tavares (Coord.). **Comunidades Imaginadas: Nação e Nacionalismos em África.** Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2008.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural: entre práticas e representações.** Tradução de Maria Manuela Galhardo. 2. ed. Lisboa: Difel, 1990.

_____. **À beira da falésia: a história entre certezas e inquietudes.** Tradução de Patrícia Chittoni Ramos. Porto Alegre: Ed. Universidade, UFRGS, 2002.

_____. **A história ou a leitura do tempo.** Tradução de Cristina Antunes. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

CLAYTON, Susan. **O hábito faz o marido? O exemplo de uma female husband, James Allen (1787-1829).** In: SCHPUN, Mônica Raisa (Org.). **Masculinidades.** São Paulo: Boitempo Editorial; Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2004.

CORBIN, Alain. **Introdução.** In: CORBIN, Alain (Org.). **História da Virilidade. Vol. 2: o triunfo da virilidade: o século XIX.** Tradução de João Batista Kreuch e Noéli Correia de Melo Sobrinho. Petrópolis: Vozes, 2013.

COSTA, Jurandir Freire. **A Inocência e o Vício: estudos sobre o homoerotismo.** Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1992.

DEL PRIORE, Mary. **História do Amor no Brasil.** 2. ed. São Paulo: Contexto, 2006.

DIAS, José Luciano de Mattos. **Medida, normalização e qualidade: aspectos da história da metrologia no Brasil.** Rio de Janeiro: INMETRO, 1998.

DOURADO, Maria Teresa Garritano. **MULHERES COMUNS, SENHORAS RESPEITÁVEIS: A presença feminina na Guerra do Paraguai.** 2002. 122f. Dissertação (Mestrado em história) – Centro de Ciências Humanas e Sociais-UFMS, Campo Grande, 2002.

_____, Maria Teresa Garritano. **A história esquecida da Guerra do Paraguai: fome, doenças e penalidade.** 2010. 221f. Tese (Doutorado em história) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas-USP, São Paulo, 2010.

DUARTE, Constância Lima. **Nisia Floresta**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010.

EMIDIO, Thassia Souza. **Diálogos entre feminilidade e maternidade**. Um estudo sob o olhar da mitologia e da psicanálise. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

FEBVRE, Lucien. **Honra e Pátria**. Tradução de Eliana Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

FERREIRA, Luzilá Gonçalves. Francisca e Generino: um amor literário. **Revista Continente Multicultural**, Recife, abr/2008, Coluna Entre Linhas.

_____, Luzilá Gonçalves. Maria Augusta Meira de Vasconcelos - A deputada que não foi. In: **Presença Feminina**, s/d. Disponível em:
<<http://www.alepe.pe.gov.br/sistemas/perfil/presencafeminina/MAugustaMVasconcelos.html>>
Acesso em 30 set. 2015.

GAY, Peter. **A Experiência Burguesa da Rainha Vitória a Freud: o cultivo do ódio**. Tradução de Sergio Goes de Paula e Viviane de Lamare Noronha. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

GOMES, Ana Carolina; PICCOLO, Priscilla; REY, Ricardo. **Exposições Universais: Sociedade no século XIX – NEC (Núcleos de estudos contemporâneos) – UFF**. Niterói: UFF, 2011.

GUMBRECHT, Hans Ulrich. **Modernização dos Sentidos**. Tradução de Lawrence Flores Pereira. São Paulo: Editora 34, 1998.

HALLEWELL, Laurence. **O Livro no Brasil: Sua História**. Tradução de Maria da Penha Villalobos, Lólio Lourenço de Oliveira e Geraldo Gerson de Souza. 2. ed. rev e ampl. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005.

HAMDAN, Juliana Cesário. Tavares Bastos e a educação no Império: as palavras e os conceitos. In: VALLE, Ione Ribeiro; HAMDAN, Juliana Cesário; DAROS, Maria das Dores (Org.). **Moderno, Modernidade e Modernização: a educação nos projetos de Brasil – séculos XIX e XX (vol.2)**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2014.

HANSEN, Gilvan Luiz. Espaço e Tempo na Modernidade. **GEOgraphia**, Niterói, v. 2, n. 3, p.51-67, 2000.

HEIZER, Alda Lúcia. Considerações sobre a participação da América Latina nas Grandes Exposições da segunda metade do século XIX. **Revista Eletrônica da ANPHLAC**, São Paulo, n. 9, p.1-16, 2010.

WIKAN, Unni. **Em Honra de Fadime: Assassinato e Humilhação**. Tradução de Beth Honorato. São Paulo: Editora Unifesp, 2010.

ZICA, Matheus da Cruz e. **Diversificação dos modos de ser masculino e estatização da violência masculina na escrita literária e jornalística de Bernardo Guimarães (1869-1872)**. 2011. 192f. Tese (Doutorado em educação) – FaE-UFMG, Belo Horizonte, 2011.

Fontes

A ESPERANÇA. Jornal Litterario, Recreativo, e Noticioso. Anno II. N.:19. Parahyba, 16 de Março de 1877. Disponível em:

<http://www.cchla.ufpb.br/jornaisefolhetins/acervo/PERIODICOS_PARAIBANOS/1826%20A%201959/A%20ESPERAN%C3%87A_16-03-1877.pdf>

A ESPERANÇA. Jornal Litterario, Recreativo, e Noticioso. Anno II. N.:30. Parahyba do Norte, 30 de Julho de 1877. Disponível em:

<<http://www.cchla.ufpb.br/jornaisefolhetins/diversos.html>>

A IDEIA. Revista Critica, Noticiosa e Litteraria. Publicação Quinzenal. Anno I. N.:3. Parahyba do Norte, 13 de Dezembro de 1879. Disponível em:

<<http://www.cchla.ufpb.br/jornaisefolhetins/aideia1879.html>>

A IDEIA. Revista Critica, Noticiosa e Litteraria. Publicação Quinzenal. Anno I. N.:4. Parahyba do Norte, 23 de Dezembro de 1879. Disponível em:

<<http://www.cchla.ufpb.br/jornaisefolhetins/aideia1879.html>>

A IDEIA. Revista Critica, Noticiosa e Litteraria. Publicação Quinzenal. Anno II. N.:5. Parahyba do Norte, 28 de Janeiro de 1880. Disponível em:

<<http://www.cchla.ufpb.br/jornaisefolhetins/aideia1880.html>>

A LANCETA. Anno I. N.:3. Recife, 18 de Dezembro de 1889. Edição disponível na caixa 121 do acervo de microfilmes da Fundação Joaquim Nabuco.

A LANCETA. Anno I. N.:5. Recife, 24 de Dezembro de 1889. Edição disponível na caixa 121 do acervo de microfilmes da Fundação Joaquim Nabuco.

A LANCETA. Anno II. N.:9. Recife, 15 de Janeiro de 1890. Edição disponível na caixa 121 do acervo de microfilmes da Fundação Joaquim Nabuco.

A LANCETA. Anno II. N.:22. Recife, 01 de Março de 1890. Edição disponível na caixa 121 do acervo de microfilmes da Fundação Joaquim Nabuco.

A LANCETA. Anno II. N.:25. Recife, 12 de Março de 1890. Edição disponível na caixa 121 do acervo de microfilmes da Fundação Joaquim Nabuco.

A LANCETA. Anno II. N.:47. Recife, 04 de Junho de 1890. Edição disponível na caixa 121 do acervo de microfilmes da Fundação Joaquim Nabuco.

A OPINIÃO. Orgão do Partido Liberal. Anno I. N.:6. Parahyba do Norte, 17 de Maio de

1877. Edição disponível no acervo do Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba.

A OPINIÃO. Órgão do Partido Liberal. Anno I. N.:7. Parahyba do Norte, 20 de Maio de 1877. Edição disponível no acervo do Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba.

CORREIO NOTICIOSO. Anno IX. N.:591. Parahyba, 7 de Dezembro de 1876. Disponível em: <<http://www.cchla.ufpb.br/jornaisfolhetins/diversos.html>>

ECHO ESCOLASTICO. Periodico Scientifico, Litterario e Noticioso. Anno I. N.:6. Parahyba do Norte, 13 de Agosto de 1877. Disponível em: <<http://www.cchla.ufpb.br/jornaisfolhetins/diversos.html>>

JORNAL DO DOMINGO. Gazeta Litteraria. Anno I. N.:3. Recife, 20 de Maio de 1877. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=827533&pasta=ano%20187&pesq=>>

O AMERICANO. Semanario Politico e de Litteratura. Anno I, N.:2. Recife – Domingo, 08 de Maio de 1870. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=758400&PagFis=16&Pesq=%20PR_SOR_02379_758400>

O AMERICANO. Semanario Politico e de Litteratura. Anno I. N.:3. Recife – Domingo, 15 de Maio de 1870. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=758400&PagFis=24&Pesq=PR_SOR_02379_758400>

O CONSERVADOR. Periodico Polymathico. Anno I. N.:4. Parahyba, 29 de Setembro de 1875. Disponível em: <http://www.cchla.ufpb.br/jornaisfolhetins/acervo/PERIODICOS_PARAIBANOS/1826%20A%201959/O%20CONSERVADOR_29-09-1875.pdf>

O CONSERVADOR. Órgão Constitucional e Catholico. Anno III. N.:2. Parahyba, 27 de Junho de 1877. Disponível em: <http://www.cchla.ufpb.br/jornaisfolhetins/acervo/PERIODICOS_PARAIBANOS/1826%20A%201959/O%20CONSERVADOR_27-06-1877.pdf>

O ENCOURAÇADO. Periodico Critico e Chistoso. Anno II. N.:10. Recife, 06 de Março de 1875. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=827495&pasta=ano%20187&pesq=>>

O LIBERAL PARAHYBANO. Órgão do Partido Liberal. Anno I. Publicação semanal. N.:47. Parahyba, 30 de Agosto de 1879. Disponível em: <<http://www.cchla.ufpb.br/jornaisfolhetins/oliberalparahybano1879.html>>

O LIBERAL PARAHYBANO. Órgão do Partido Liberal. Anno I. Publicação semanal.

N.:53. Parahyba, 16 de Setembro de 1879. Disponível em:
<<http://www.cchla.ufpb.br/jornaisefolhetins/oliberalparahybano1879.html>>

O TRABALHO. Publicação Periodica. Anno I. N.:7. Recife, 15 de julho de 1873. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=827487&pasta=ano%20187&pesq=>>>

O TRABALHO. Publicação Periodica. Anno I. N.:8. Recife, 30 de Julho de 1873. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=827487&pasta=ano%20187&pesq=>>>

O TRABALHO. Publicação Periodica. Anno I. N.:11. Recife, 20 de Setembro de 1873. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=827487&pasta=ano%20187&pesq=>>>

O TYPOGRAPHO. Periodico Critico e Noticiador. Anno I. N.:19. Parahyba do Norte, 15 de Novembro de 1876. Disponível em:
<<http://www.cchla.ufpb.br/jornaisefolhetins/diversos.html>>